
Programa de Pós-Graduação: EESC-USP.

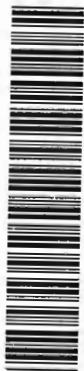
Dissertação de Mestrado

O ESPAÇO EDIFICADO E A INDÚSTRIA DE CALÇADOS
EM FRANÇA.

Mauro Ferreira

Orientadora: Profa. Dra. Ermínia Maricato

DEDALUS - Acervo - EESC



31100017863



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. EESC - USP

**O ESPAÇO EDIFICADO
E A INDÚSTRIA DE CALÇADOS
EM FRANCA.**



MAURO FERREIRA
ORIENTADORA ERMÍNIA MARICATO

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA DA USP- Universidade
de São Paulo - da EESC São Carlos, PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM
ARQUITETURA.

Dedico este trabalho a Ermínia Maricato, que com sua perseverança e luta em busca de uma sociedade mais justa, tornou-se referência maior para minhas próprias atividades profissionais e do cotidiano.

Para Atalie, Pablo e Natalie.

Agradecer nominalmente a todos que me auxiliaram na elaboração deste trabalho ocasionaria o risco de alguma omissão grave.

Mas não poderia deixar de apontar a inestimável ajuda que prestaram A.C.Coutinho, Luiz Cruz, Lafaél Petrone, Azael Camargo, Roberto Starck, Carlos Lemos, Maria da Glória Gohn e Ceíso Lamparelli, além da FAPESP, sem cujo auxílio este trabalho não teria sido possível de realizar.

A todos, o meu agradecimento.

RESUMO.

O ESPAÇO EDIFICADO E A INDÚSTRIA DE CALÇADOS EM FRANCA.

O autor realizou um estudo que verifica, a partir da própria fundação de Franca, em que bases se processou a evolução urbana da cidade, vista a partir do surgimento da indústria coureiro-calçadista, e desenvolve suas reflexões utilizando-se da mudança dos processos de trabalho na confecção dos calçados e seu rebatimento na arquitetura industrial.

O quadro referencial montado traduz a industrialização e seus caminhos com a abordagem que CANO, Wilson, e SINGER, Paul, têm dado a este fenômeno, incluindo a substituição de importações, o café e a ferrovia, e a criação de um mercado interno, que propiciou a Franca, por sua privilegiada posição geográfica, tornar-se produtora de calçados em grande escala.

O estudo demonstra ainda que o fordismo e o taylorismo, incorporados a partir da década de 20 aos processos de trabalho, vão se refletir na produção do espaço construído, levando a standartização dos produtos calçadistas à própria arquitetura industrial, resgatando, através de mapas e fotos, a transformação física da cidade de Franca, via expansão da indústria calçadista, tornando-se um registro histórico do processo de acumulação capitalista sob a perspectiva das transformações espaciais operadas no urbano, até o início dos anos 80.

ABSTRACT.

THE EDIFIED SPACE AND THE SHOE INDUSTRY IN FRANCA.

The author has done a study that checks, from the very settlement of Franca, the bases in which the town urban evolution has proceeded, seen from the arising of the shoe and leather industry, and develops his reflections using the changing of work processes and the making of shoes and their influence in industrial architecture.

The set referring table expresses the industrialization and its ways with the approach that CANO, Wilson, and SINGER, Paul, have been giving to this phenomenon, including the substitution of importation, coffee and railroad and the creation of an inner market, which let Franca become, by its privileged geographic situation, shoe producer in large amount.

The study still shows that the fordism and taylorism, which were from the decade of the twenties ahead, to the processes of work, will be reflected in the production of the constructed space, taking the standardization of shoe products to the very industrial architecture, and rescuing, through maps and photos, the physical transformation of the town of Franca by the shoe industry expansion, becoming a historical record of the process of capitalist accumulation under the perspective of the space transformation worked in the urban area, until the beginning of the eighties.

I N D I C E

ÍNDICE.

O ESPAÇO EDIFICADO E A INDÚSTRIA DE CALÇADOS EM FRANÇA.

1. INTRODUÇÃO.....	p. 9
2. CAPITULO I. A EVOLUÇÃO URBANA DE FRANÇA.	
2.1. O Surgimento do Núcleo Urbano.....	p. 18
2.2. Desenvolvimento Urbano e Artesanato do Couro.....	p. 30
3. CAPITULO II. A INDUSTRIALIZAÇÃO.	
3.1. Entre o Artesanato e a Manufatura.....	p. 38
3.2. Calçados Jaguar: o Salto Tecnológico.....	p. 48
3.3. A Retomada da Industrialização.....	p. 68
3.4. A Arquitetura Industrial.....	p. 81
3.5. Expansão Industrial e Espaço Urbano.....	p.102
4. CONCLUSÃO.....	p.140
5. BIBLIOGRAFIA.....	p.145
6. ANEXOS.....	p.150

I N T R O D U Ç Ã O

1. INTRODUÇÃO.

A cidade de Franca, localizada no extremo nordeste do Estado de São Paulo, caracteriza-se hoje pela sua condição de polo industrial, maior produtora de calçados masculinos do país. A origem da proposta de investigação que resultou neste trabalho está no próprio fato de vivermos e trabalharmos neste espaço, marcado pela desigualdade social e pela aparente "desordem" espacial que a expansão industrial acarretou.

Neste sentido, o objetivo inicial do trabalho era mostrar que a produção calçadista atual nos remete a uma atividade tradicional na cidade, que remonta ao século passado. Referimo-nos a que a cidade de Franca sempre esteve ligada a atividade coureira, com um artesanato que supria de artefatos de couro a região, e também a velha trilha do Anhanguera, para o norte.

Assim, a partir deste impulso inicial, de investigar as razões que transformaram o espaço urbano de Franca em uma cidade industrial, fomos buscar no passado os primórdios desta urbanização. E verificamos que as transformações ocorridas sempre estavam atreladas aos processos de produção, às modificações na economia em expansão, o que tornou o trabalho obrigatoriamente interdisciplinar. Pois são múltiplas as variáveis que vão interferir nas mudanças dos padrões de produção, tanto dos produtos quanto da própria cidade. São variáveis sociais, políticas, econômicas, tecno-

lógicas que ultrapassam os nossos limites profissionais e vão explicar as lacunas que certamente existem nesta dissertação.

Desta forma, a ênfase inicial no desenvolvimento histórico da cidade de Franca se explica pelo fato de que o espaço urbano resulta da intervenção do homem e dos conflitos entre os interesses dos diferentes setores que lutam pela hegemonia neste espaço. Tornou-se necessária a presença da História, na medida em que espaço e tempo estão relacionados. Relações estas que expressam as transformações da economia pelo avanço do capital industrial, notadamente num período mais próximo.

Isto porque as interpretações mais correntes na parca bibliografia local existente apontam a industrialização de Franca como consequência da queda dos preços do café, grande sustentáculo da economia local desde a chegada da ferrovia, na década de 80 do século XIX.

Se um dos pontos de partida da pesquisa foi a de buscar elementos que confirmassem esta visão, e que explicassem a transformação urbana da cidade, voltada para o café e o gado, em um polo industrial, começou a ficar claro que a industrialização, ou ao menos o que a detonou, é anterior a 1929.

A partir daí, buscamos obter um quadro referencial que mostrasse a industrialização, a partir da abordagem que Wilson Cano e Paul Singer têm dado a este fenômeno, que incluem o café e a ferrovia, mas também a criação de um mercado interno, a substituição de importações, a I Guerra Mundial.

Foi neste sentido, de historicizar o problema, que utilizamos a figura do industrial Carlos Pacheco, criador da fábrica de calçados "Jaguar". Pois foi esta indústria a primeira a mecani

zar sua produção, e portanto, a consumir um salto tecnológico, entre artesanato e indústria.

As questões relativas ao processo produtivo, aos métodos de trabalho, vão surgir com força neste momento, rebatidas na arquitetura industrial. É neste instante que o espaço, transformado em mercadoria, vai ser comprado, alugado, construído, produzido mesmo em função do novo modo de produção que se consolida.

Logo após, ocorre um salto visível na arquitetura industrial, no imediato pós-guerra. É a introdução da "gerência científica", que traz em sua concepção novos preceitos, ditos racionalistas, modernos. A partir daí, a interferência do Estado na economia assume tal dimensão que vai desaguar no modelo exportador ainda vigente, e que ocasionam a brutal expansão urbana e industrial da cidade de Franca. E que acirram as contradições no espaço construído.

Assim, o estudo que propusemos procura relacionar as questões ligadas à tecnologia da produção e o edifício industrial o desenvolvimento industrial e o desenvolvimento urbano, o processo de trabalho e a força de trabalho emergente, o Estado e o desenvolvimento industrial. Ou melhor, como conjugar todos estes elementos, realizando um estudo que não se esqueça de ligar o processo de trabalho, o fordismo e o taylorismo, à situação de monopólio que a indústria calçadista estabeleceu no espaço construído de Franca.

Portanto, a estrutura geral do trabalho procura englobar, em dois grandes capítulos, toda a problemática a que nos propusemos estudar. O primeiro trata da evolução urbana de Franca, desde o surgimento do núcleo urbano até o artesanato do couro, li

gado ao desenvolvimento urbano.

O segundo capítulo enfocará a industrialização, desde o salto tecnológico perpetrado pela fábrica "Jaguar", passando pela estagnação e a retomada da industrialização, através da arquitetura industrial, ela própria cada vez mais industrializada, obrigada a isto pela standartização que o modelo exportador exige, o processo de trabalho e a tecnologia empregada.

Neste capítulo, procuramos discutir também a expansão do espaço urbano e a expansão industrial, a influência do Estado, numa interface direta com o espaço urbano resultante deste processo.

Para realizarmos o trabalho, procuramos estabelecer um procedimento metodológico que conjugasse conhecimentos já dados e sistematizados, e a busca de material factual, que implicasse numa reflexão sobre os aspectos envolvidos e relacionados aos objetivos do trabalho.

Procuramos sempre complementar, ou precisar melhor os conceitos que surgiram, através de citações. E de qualquer maneira, os instrumentos teóricos sistematizados e utilizados são suficientemente flexíveis para encaixarem as diversas entrevistas realizadas com atores do processo, que alimentaram a reflexão e a análise de determinados aspectos do processo de decisão arquitetônico e de produção industrial.

A coleta de dados foi feita através de entrevistas informais, utilizando-se algumas questões norteadoras. E também de forma direta, em consulta a documentos oficiais existentes referentes ao assunto, como o PDDI - Plano Diretor de Desenvolvimento

Integrado, o Plano do Distrito Industrial, a legislação de uso do solo, os números do Cadastro Físico da Prefeitura, os números coletados pelo IBGE, pelo IPT e outros.

Portanto, o trabalho que nos propusemos realizar visa fundamentalmente registrar e resgatar a transformação física da cidade de Franca, através do surgimento e a evolução da indústria calçadista. Neste sentido, seria um registro histórico do processo de acumulação capitalista visto sob a perspectiva das transformações espaciais que ele operou.

Isto porque a própria história urbana de Franca, e mais ainda, a história da indústria de calçados praticamente inexistente. Está para ser contada. Assim, entendemos ser oportuno o estudo, pois acreditamos ser fundamental à população de Franca conhecer sua própria História, como instrumento indispensável à conquista da cidadania plena. Sem identificar e reconhecer as modificações ocorridas no meio urbano, e em seu próprio ambiente de trabalho, no caso do operariado, não há possibilidade de buscar transformações sociais que tragam melhorias concretas na qualidade da vida urbana local.

Desta forma, o objetivo principal do estudo é subsidiar através da análise dos elementos concretos do urbano e da arquitetura industrial, o entendimento das condições históricas em que se produziu a industrialização do município, e o próprio processo de acumulação do capital que conformou a cidade no que ela é hoje.

O trabalho busca, portanto, tornar-se uma referência inicial para o aprofundamento de outras questões relativas ao espaço construído de Franca. E referência também para os próprios trabalhadores da indústria, para entenderem o processo de formação e

e reprodução da força de trabalho, e o imbricamento destes pontos no espaço real e concreto em que vivem.

CAPÍTULO I
A EVOLUÇÃO URBANA
DE FRANCA

2.1. O SURGIMENTO DO NÚCLEO URBANO.

No final do século XVIII, o ouro de Minas Gerais dá sinais de esgotamento. Os mineiros começam a viver o ocaso de suas ricas cidades, de sua opulência colonial. Muitos, com a exaustão dos veios auríferos, refluem sobre as fronteiras de São Paulo, então com uma escassa ocupação.

Neste movimento migratório, os mineiros vão fazer seus assentamentos cada vez mais para o oeste, no intento de se fixarem nas novas terras desbravadas com atividades agro-pastoris. Assim, acabam por ocupar a faixa onde se estendia a velha trilha do Anhanguera, o caminho do sal, a "estrada dos Goyazes".

A rota para Mato Grosso e Goiás não passava de uma picada sempre ruim, palco de viagens longas e difíceis, sem qualquer conforto aos que se dispunham a enfrenta-la, a não ser pequenos pousos, "que na melhor das hipóteses, eram coberturas abertas aos ventos de todos os lados"⁽¹⁾. Uma destas pousadas, chamada de Covas, é que dá origem à povoação de Franca, um local onde os tropeiros e viajantes paravam para descanso, após semanas e semanas na estrada, os comboios de carros de boi extenuados pelos esforços na lama, ou recobertos de fina poeira vermelha.

É o núcleo inicial do povoamento, mas certamente não é o arraial. Pois na verdade, "a origem de Franca, enquanto arraial freguesia, núcleo urbano, data do século XIX, e se quisermos ser

1. FERREZ, Gilberto, "O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo Botânico William John Burchell, 1825/1829", p. 107.

mais precisos, de 1805. Antes eram os pousos, o sertão do Rio Pardo, mas não o arraial e freguesia de Franca" (2). Chiachiri Filho afirma ainda que "Franca já nasceu Freguesia, graças ao grande afluxo de "intranses" mineiros que, em pouco tempo, se espalharam por todo o Certão do Rio Pardo Caminho dos Guayazes" (3).

Isto porque os pousos eram locais de passagem, voltados para o comércio com aqueles que se aventuravam a viajar. As freguesias não, já se esboçavam como núcleos urbanos, ainda que modestíssimos, não sendo Franca o produto da expansão do pouso de Covas. Foram os próprios moradores da região, liderados por um mineiro de Congonhas do Campo, Hipólito Antonio Pinheiro, que iniciaram o processo de criação da Freguesia, solicitando ao governador da Capitania de São Paulo, Antonio José de Franca e Horta, sua intervenção no sentido de obterem a autorização para criar a Freguesia.

Os motivos apresentados ao pedido, da ausência de assistência espiritual e a distância enorme que os moradores da região deviam percorrer até Moçim-Mirim, sede mais próxima da Igreja e da Justiça, inclusive sob risco de ataques indígenas, se juntaram aos interesses geo-políticos de Franca e Horta, muito interessado em povoar o nordeste paulista com os próprios mineiros, e com isso impedir sua anexação a Minas Gerais.

Ou seja, Franca e Horta queria definir as fronteiras paulistas e conter os eventuais ímpetos expansionistas da Capitania vizinha.

Assim, em 29 de agosto de 1805, em virtude do empenho do governador Franca e Horta, D. Mateus de Abreu Pereira, Bispo da cidade de São Paulo, autorizava a instalação da Freguesia, em terreno doado por Vicente Ferreira Antunes, sua mulher e o irmão,

2. CHIACHIRI FILHO, José, "Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador", p. 59.

3. idem, p. 59

Antonio Antunes de Almeida. Portanto, o núcleo urbano nasce com esta doação de terras, para erguer a Igreja Matriz, deliberadamente, e não da evolução dos pousos que se sucediam pela estrada. Como uma forma de prover aquela gente de lei e religião, mas também para conter as investidas expansionistas da Câmara de Jacuí, cidade mineira vizinha e interessada em ampliar sua área de domínio e controle.

Se o início da povoação está ligado ao último período da mineração e ao seu declínio, a atividade primeira foi o comércio do sal, em virtude mesmo da localização geográfica na rota de Goiás. Isto fez surgir logo atividades profissionais ligadas ao mesmo de forma complementar, como seleiros, ferreiros, carpinteiros.

A pecuária desenvolveu-se também, através dos "intranses" mineiros, que buscavam exatamente pastagens abundantes para suas criações, tornando-se sua atividade econômica primordial cujo reflexo se dava sobre o povoado nascente. Tanto que, de entreposto na rota do sal, passagem obrigatória dos rebanhos do Brasil central que rumavam para o sul do país, onde se encontravam os centros consumidores, transformou-se em pólo pastoril, numa consequência natural do desenvolvimento da pecuária na região.

O arraial lentamente foi se solidificando. Se os pousos eram núcleos populacionais modestos, de construções esparsas, a freguesia já exibia uma articulação espacial coerente, que tendia ao urbano. As construções erguidas sempre no entorno da Igreja Matriz, cuja função não era apenas religiosa, mas também um forte elemento garantidor da coesão social.

Pois eram apenas as festas religiosas e suas atividades

que faziam os homens abandonarem sua dura labuta nos campos para irem ao arraial, trazendo suas mulheres, filhos e escravos, justificando o erguimento de residencias que permaneciam desabitadas durante a semana toda, servindo de abrigo apenas nos domingos e dias santificados. Era a Igreja o centro de tudo, e a vida da povoação nascente se fazia em torno dela.



Desenho da rota do sal, elaborado por Gilberto Ferrez.

Isto acontecia também, é verdade, porque as fazendas tinham que ser praticamente auto-suficientes, devido ao seu isolamento, evidenciado pelas dificuldades de comunicação e transporte. Necessitavam pouco dos arraiais, ao contrário dos mesmos, que dependiam do campo. Assim, a sede da freguesia, incipiente núcleo urbano, arraial diminuto, em nenhum momento se confunde com o campo, mesmo que tivesse sua existência em função dele.

Porisso, para Paul Singer, "cidade e campo constituem, desta maneira, dois modos distintos de organização da vida social. A cidade, para poder subsistir, tem que dominar o campo, para dele extrair um excedente. Este domínio pode ser político, incluindo-se neste conceito a dominação ideológica"⁽⁴⁾. É neste domínio que se inclui a Freguesia de Franca, que não se funde ao campo e mantém padrões urbanos para a época, considerando-se ainda a rarefeita densidade demográfica da região.

A ocupação inicial do núcleo urbano, portanto, deu-se nas terras doadas à Igreja, e situadas no topo da colina margeada por dois córregos, o Bagres e o Cubatão, reiterando o fato de que no Brasil, "a tendência geral dos núcleos mais antigos foi a ocupação de sítios elevados. Facilitava-se desse modo a aplicação de um esquema defensivo elementar, e o controle eficiente das vias de comunicação"⁽⁵⁾.

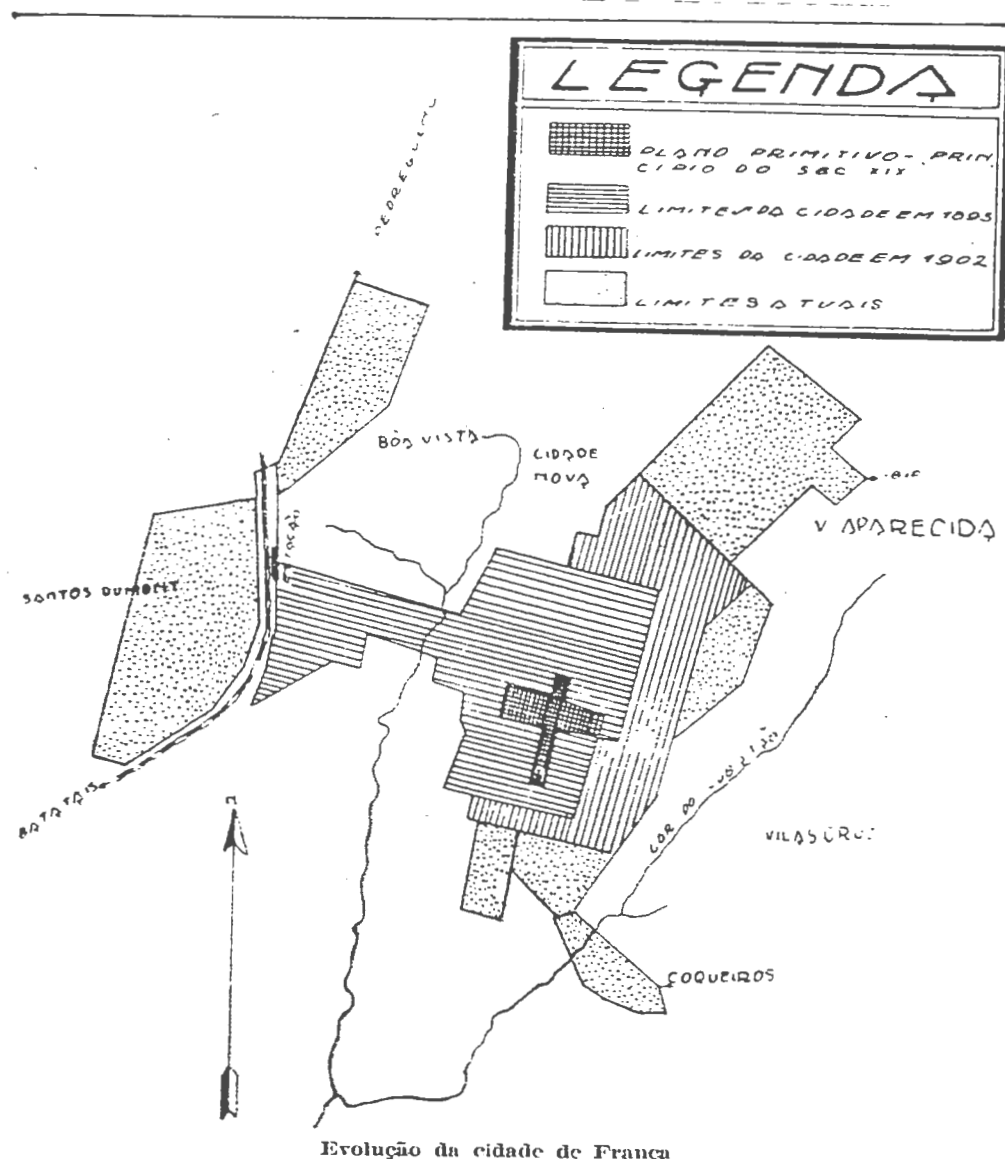
O esquema urbanístico adotado revela seu caráter hipodâmico, com o amplo largo defronte a Igreja Matriz, e as ruas adjacentes compondo quadras mais ou menos retangulares, onde foram construídas as primeiras habitações e locais para pouso dos tropeiros e viajantes.

Neste sentido, diversos historiadores levantaram a hi -

4. SINGER, Paul, "Economia Política da Urbanização", p. 84

5. REIS FILHO, Nestor Goulart, "Evolução Urbana do Brasil", p. 124

hótese de que, "ao contrário de tantas cidades antigas que apareceram sem organização prévia, Franca possui um plano que data dos princípios do século XIX"⁽⁶⁾. Este plano, citado inicialmente pelo escritor Antonio Constantino em artigo publicado no jornal "O Commercio da Franca"⁽⁷⁾, é atribuído ao alferes Manoel Marques de Carvalho, dando ao núcleo inicial a forma de uma cruz, em cujas extremidades haveria uma igreja, com a Matriz no centro.

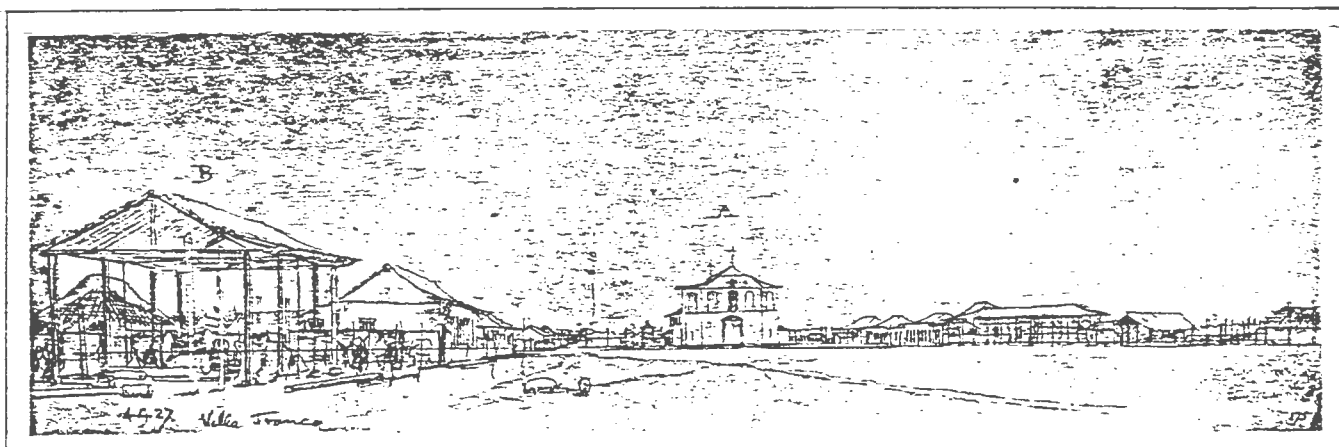


6, DIAGNÓSTICO, "Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado", p. 110
 7, O artigo foi publicado em 22 de março de 1931.

Trata-se de uma hipótese que não encontra referência nos documentos que tratam da forma de ocupação física que o arraial tomou nos seus primórdios. Todos os viajantes que passaram por Franca no início do século XIX, e que registraram suas impressões como Saint-Hilaire e Luis D'Alincourt, não fizeram qualquer citação sobre esta característica urbana. O desenho recentemente divulgado do botânico William John Burchell ⁽⁸⁾, que retrata o vilarejo em 1827, demonstra a inconsistência desta hipótese, pois são visíveis construções residenciais logo atrás do cemitério e da Matriz, que seria parte da cruz citada por Constantino.

O desenvolvimento, bastante lento, do povoado, seria incapaz de em tão curto espaço de tempo, negar as características de um plano como o citado, o que torna improvável sua existência.

Luís D'Alincourt, em sua descrição, faz menção à formosura e ao arruamento do povoado, por volta de 1818, e muito embora relate que "o Largo da Matriz esteja mais guarnecido de casas" nada diz sobre a praça em forma de cruz.



Nº 175, de 4-9-1827
Villa Franca
150 x 480 mm

O desenho da Villa Franca, elaborado por William J. Burchell.

8. FERREZ, Gilberto, "O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo Botânico William John Burchell, 1825/1829", p. 113

Já Auguste de Saint-Hilaire fala que a "Vila Franca, onde pousei, é aprazivelmente localizada em meio de vastas pastagens numa região descoberta, semeada de capões de mato e recortada por profundos vales. Ocupa esta encantadora vila o centro de uma elevação do terreno, larga e arredondada, de cada lado banhada por um pequeno regato. Não havia ali, ao tempo de minha passagem, senão cerca de umas cinquenta casas, mas já estavam assinalados os locais para construção de um grande número delas"⁽⁹⁾. O viajante francês, arguto observador, assinala ainda o bom arruamento do arraial, e a concentração das construções no Largo da Matriz.

Porisso, é quase impossível que um plano urbanístico da envergadura levantada por Constantino passasse despercebido aos olhos dos visitantes, homens empenhados em documentar de forma sistemática tudo que observavam. E junto com isto, podemos apontar a própria lentidão do crescimento urbano para afastar a hipótese de alteração rápida no "plano em cruz".

A continuada dependência de Mogi-Mirim para as questões judiciais, às vezes pequenas rugas e rixas, faziam necessária a presença da Justiça para aplicar a lei com rapidez. Isto, mais os constantes entreveros armados com a vizinha Jacuí, sobre a explosiva questão das divisas, obrigaram o Governo a decidir, ante os constantes apelos da população de Franca.

Em 21 de outubro de 1821, quando já se rompiam os laços coloniais do país com Portugal, o Governo paulista decretou a ereção da Freguesia em Vila, com a denominação de Vila Franca D'El Rey, com o objetivo de resolver os problemas de divisa e atender aos reclamos da gente francana. Determinou ainda o ato governamento

tal que se levantasse o Pelourinho, se demarcasse o local e terreno para o Rossio e Paços para Conselho, Cadeia e Casa da Câmara, obras que deveriam ser feitas às expensas da própria população local.

Porém, foram necessários ainda o transcorrer de tres longos anos para que efetivamente se instalasse a Vila, com a vinda do Ouvidor Geral Silva Freire para demarcar o Rossio em 28 de novembro de 1824, com o nome devidamente alterado para Vila Franca do Imperador, em função das mudanças políticas ocorridas em função da Independencia.

A economia pastoril do sul de Minas já nesta época era bastante adiantada com relação a outras regiões do país. Na verdade, "os intrantes mineiros, quando afluem para o Sertão do Rio Pardo a fim de formar suas fazendas e fundar as Freguesias, já vêm como criadores de gado"⁽¹⁰⁾. Assim, estas famílias trouxeram seu próprio gado e adaptaram sua criação à região.

Este mesmo gado, fornecedor de leite e carne para subsistência do sertanejo, também fornecia o couro, matéria-prima essencial para quem vivia no isolamento, e se via obrigado a produzir artefatos como arreios, selas, botas, equipamento tanto para a montaria quanto para os carros-de-boi. Uma atividade econômica deste tipo ajustava-se perfeitamente à realidade do local, requerendo pouca mão de obra onde ela era escassa e rara.⁽¹¹⁾

Um dos motivos que faz com que surja a atividade coureira é este, como expressão econômica, mas por si, não explica o florescimento do artesanato coureiro-calçadista.

Em 1827, constatava-se a existência de "30 çapateiros" entre os oficiais artesãos trabalhando regularmente na Vila, número

10. CHIACHIRI FILHO, José, "Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador" p. 159

11. Segundo CHIACHIRI FILHO (1986), os "intrantes" eram pequenos pecuaristas, e de modo geral, acostumados a tratar, eles próprios, as criações e a pre-

superado apenas pelos "36 carpinteiros" (12). Ora, ainda que este artesanato coureiro devesse existir em quase todas as vilas do país e também nas próprias fazendas, pela evidente utilidade e necessidade dos artefatos de couro, parece-nos que sua importância em um núcleo urbano como Franca está ligada ao fato de sua localização geográfica ser estratégica. Ou seja, a quantidade relativamente grande de artesãos do couro na vila estaria ligada ao fato de ser um posto avançado no caminho para Goiás, passagem obrigatória dos comboios, que acabariam por transforma-la paulatinamente em um entreposto comercial de certa importância, num país de urbanização rarefeita.

A vocação para "empório" comercial de Franca é corroborada pelas inúmeras licenças concedidas para cortar, talhar, charquear e negociar carne verde, no Registro de Licenças de Negociantes da Vila Franca, assim como o intenso comércio do sal, um comércio tão importante "que o sal transportado de Santos, via Campinas, era conhecido no nordeste paulista, sul de Minas, Goiás e Mato Grosso, como sal francano" (13).

Até 1834, existiam apenas 29 sedes municipais na Província de São Paulo, e de Franca a Campinas, apenas Mogi-Mirim. Isto para uma população estimada em 330.000 habitantes. Por isso, a situação geográfica de Franca, sem dúvida, favoreceu-a no sentido de se tornar tradicional entreposto comercial, pelo menos até o final da Guerra do Paraguai, quando a abertura definitiva daquele rio à navegação tornou a velha rota dos carros de boi para o centro do país anti-econômica. Já em 1872, a população de São Paulo havia saltado para a casa dos 840.000 habitantes, indicando um expressivo crescimento demográfico (14).

parar as pastagens. Não sendo abastados, tais trabalhos não exigiam mão de obra escrava em grande escala.

12. Estes dados constam da "Tabela do Termo da Vila Franca do Imperador", citados por COSTA, Alfredo Henrique (1965).

De qualquer forma, é somente a partir de 1850 que se encontram mais informações regulares a respeito dos oficiais artesãos em Franca, através das anotações efetuadas no livro de "Matrícula dos Guardas Nacionais da Reserva", onde encontramos 17 artesãos do ramo coureiro-calçadista: 12 sapateiros, 4 seleiros, 1 trançador.

A "Matrícula" mencionava o nome, estado civil, profissão e renda, com a respectiva divisão de seus domicílios pelos quarteirões da cidade. De 1850 a 1865, último ano de registro encontrado, este quadro se mantém, quase sempre para mais. Alfredo Costa afirma ser "digna de nota a concentração destes profissionais: em 1860, havia sete deles somente no quarteirão da praça "Santa Figênia" (sic), todos registrados como sapateiros, além de tres seleiros. Ao todo, dez oficinas numa só quadra" (15).

A existência dos artesãos está, sem dúvida, ligada ao comércio proporcionado pela estrada. Um relatório da Câmara Municipal de Franca ao Governo Provincial em 1871, relata que das províncias do Mato Grosso e Goiás, os negociantes importavam couro, sola e algodão, e assim, há grandes probabilidades que se devolvessem estas matérias-primas ao mercado na forma de produtos e artefatos de couro.

Em 1875, a Câmara Municipal já impunha 50 mil réis de imposto aos negociantes de calçados, um valor que segundo COSTA (1965) faz presumir grande rentabilidade no ramo.

Ou seja, o período de estagnação econômica imposto pela mudança de rota dos produtos que demandavam Mato Grosso e Goiás, e vice-versa, apenas acentuam a importância do comércio para Franca, como entreposto.

13. CHIACHIRI, José, "Vila Franca do Imperador", p. 104

14. Em 1838, a população do Termo da Vila Franca do Imperador era de 10.664 habitantes, sendo 9.149 livres e 1515 escravos. Quando da elevação a cidade, em 1856, a população urbana era de aproximadamente 5.000 habitantes, ainda

Neste período, em que o café já havia iniciado de forma impetuosa o seu avanço pelo interior paulista, numa arrancada que se fazia acompanhar pelos trilhos das ferrovias, Franca era uma cidade bem povoada para os padrões da época, com residências de beirais largos, encachorrados e forrados, em toda a volta dos dois largos principais, da Igreja Matriz e Barão da Franca.

Na medida em que ocorria a expansão física do vilarejo, acentuava-se a necessidade da adoção de medidas disciplinares para a ocupação do espaço. A preocupação urbanística, expressa em normas para edificações e arruamentos, como o Código de Posturas de 1858, vão acentuar o caráter hipodâmico do agenciamento urbano inicial. Esta ocupação vai se dar no topo da colina onde se ergueu a Igreja Matriz, e vai crescendo numa malha reticulada que acompanha também as duas principais vias de acesso, nos sentidos de Batatais e Covas.

É interessante observar que as posturas do município tentaram regulamentar a passagem dos tropeiros dentro do espaço urbano, na medida em que ocasionavam danos ao leito das ruas, todas sem pavimentação. De qualquer maneira, o ano de 1870, na história econômica de Franca, pode ser considerada uma data limite. Com o término da guerra do Paraguai, e conseqüente abertura definitiva do rio do mesmo nome à navegação, torna-se mais econômica a ligação com as províncias centrais do Brasil por via fluvial.

2.2. DESENVOLVIMENTO URBANO E ARTESANATO DO COURO.

Dura pouco o declínio de Franca como empório situado na rota do sal. A cidade modifica-se para atender às demandas de outro ciclo que se inicia: o do café. E da ferrovia.

Os cafezais, vindos do vale do Paraíba, envolvem Campinas e sobem interior adentro, reeditando a marcha do Anhanguera, até atingir as terras roxas da região de Ribeirão Preto, que vai se tornar o maior centro produtor do país.

As velhas pastagens são radicalmente substituídas pelo café, "fato evidenciado pela ausência de citações sobre a pecuária local em documentos e jornais, antes tão fartas" (16).

Franca, porém, jamais foi grande produtora de café, em decorrência da composição geomorfológica do seu solo. Possuidora de uma dualidade paisagística e ecológica onde as encostas são férteis e apropriadas às culturas nas manchas roxas, e os cerrados com suas pastagens, devido à pequena extensão das áreas férteis em relação às demais, a região de Franca não foi capaz de conseguir uma produção cafeeira que se equiparasse à de Ribeirão Preto.

Assim, esta dualidade acabou por dar uma conformação diferenciada à economia do campo na região: o café se esparramando pelos baixos chapadões e o gado preservando suas pastagens nas cimeiras destes mesmos chapadões. E este é um traço tão caracte -

rística que se prolonga, em parte, até os tempos atuais.

Para acompanhar a expansão da cafeicultura, por volta de 1860 constituiu-se em São Paulo uma rede ferroviária que se inicia através da São Paulo Railway, a Estrada de Ferro Santos a Jundiaí. Acompanhando o movimento de penetração do café rumo ao norte, os trilhos de aço das novas linhas se estendem rapidamente. Dentre elas, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que partindo de Campinas, alcança Ribeirão Preto em 1883, Batatais em 1886, e no ano seguinte, Franca, seguindo em direção ao Rio Grande e triângulo mineiro.

Com a chegada da estrada de ferro, abriram-se novas perspectivas para a economia regional, que passou a desenvolver-se em dois eixos: um, voltado para a exportação de café, e o outro, de subsistência da população, como a produção dos gêneros de primeira necessidade, alimentos, roupas, etc.

A cidade de Franca, nesta época, ocupava a região que vai do cemitério da Saudade até a avenida Major Nicácio, não ultrapassando ao sul a rua Floriano Peixoto, e na direção do córrego dos Bagres, a atual rua Marechal Caxias. Por isso, a locomotiva representou, no plano urbano, um formidável impacto na estrutura física existente.



Com suas próprias exigências técnicas, topográficas e físicas, a ferrovia impunha um determinado terreno para implantar a estação, e com isso, trazia para o seu entorno uma gama de atividades enorme, como grandes armazéns e depósitos, hotéis, pousadas, restaurantes. Com isso, polarizava toda uma região ao seu redor, a partir de suas plataformas de embarque e desembarque.

Extremamente poderoso, como um imã, "esse polo, muitas vezes periférico e distante, passou a competir com o centro urbano, complementando-o ou mesmo suplantando-o"⁽¹⁷⁾. A ferrovia, portanto, deixou profundas marcas na evolução das cidades brasileiras, onde inúmeras delas, inclusive Franca, "com um centro de negócios alongado entre a Matriz e a Estação, galgando suaves encostas, revelam a implantação característica entre as águas dum rio e o aço duns trilhos"⁽¹⁸⁾.

Esta descrição é exatamente o que ocorre em Franca: a Estação, distante do centro histórico, em colina oposta e dividida por um córrego, desenvolve-se estanque ao núcleo urbano inicial, interligado por uma rua, a Voluntários da Franca, que une as duas colinas, tornando-se a principal artéria comercial da cidade.

Assim, a ferrovia vai contribuir para a instauração de um novo ciclo econômico, na medida em que "as possibilidades de desenvolvimento urbano a partir do comércio de um único artigo colonial são bastante limitadas"⁽¹⁹⁾, como o sal. Considerando-se ainda que Franca se impôs apenas como produtora de cafés finos em virtude da produtividade, graças às manchas de terras férteis espalhadas por seu território, e mais, que a vizinha cidade de Ribeirão Preto tornou-se a sede de um domínio econômico regional

17. MARX, Murillo, "Cidade Brasileira", p. 114.

18. idem, p. 114.

19. SINGER, Paul, "Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana", p. 40

construído a partir do café; é a ferrovia que vai indicar um caminho de desenvolvimento urbano.

Parece-nos portanto, que um dos pontos cruciais que explicam a evolução urbana de Franca decorre da dualidade de sua economia, pois ainda que predominantemente agro-pastoril, ela permitiu uma urbanização lenta mas constante, que gradualmente se intensifica a partir do comércio e de uma base artesanal de produção de bens que antes eram executados nas fazendas, junto da agricultura de subsistência. Singer observa ainda que "estas atividades manufatureiras devem ter sido praticadas em escala reduzida, com baixo nível de divisão do trabalho e tecnologia muito primitiva. A sua transferência para empresas urbanas especializadas e enquadradas numa estrutura capitalista deveria proporcionar, como proporcionou, ganhos imensos de produtividade" (20).

Na esteira destas modificações no modelo de produção das manufaturas, é que em meados da década de 80 o padre Alonso Ferreira de Carvalho instalou o primeiro curtume de que se tem notícia em Franca, sendo o couro curtido através de processos rudimentares, com o uso da barba-timão, espécie vegetal abundante nos campos próximos à cidade, da qual se extrai o tanino. (21)

Neste período, a produção francana já incluía uma grande variedade de artigos de couro, como arreios, lombilhos, sapatos, chinelos. Todos eles produzidos com métodos e processos artesanais, que se utilizavam da "faca, martelo, torquês, alicate, lamparina a álcool, ferro de polir, "giga" (para polir o lado da sola) e "retrombon" (ou trombon) para polir o salto" (22). Esta variedade, além dos numerosos seleiros e sapateiros da cidade, proporcionaram, já em 1895, a inclusão de tres nomes no catálogo de so-

20. SINGER, Paul, "Desenvolvimento Economico e Evolução Urbana", p. 40

21. Várias fontes citam o ano de 1885 como o do surgimento do curtume do pe. Alonso. Não conseguimos encontrar nenhum documento que comprovasse tais afirmativas. O curtume existe até hoje, denominado Curtume Della Torre.

las e couros.

O aumento da produção calçadista, em detrimento dos artigos de selarias se deve, segundo a interpretação de Maria Ignez Freitas de Vilhena, "ã abertura de estradas, e conseqüentemente, a preferência pelo transporte motorizado"⁽²³⁾. Tal afirmativa é discutível, na medida em que, na verdade, é a ferrovia que vai do minar o transporte em todo o período cafeeiro.⁽²⁴⁾

Em 1876, antes da brutal expansão do plantio de café, a rede ferroviária paulista totalizava apenas 200 km além de Jundiaí. Em 1897, já eram mais de 1600 km de trilhos, o que dá uma idéia da expansão e modificações em termos de transporte ocorridas no interior do estado, em função da exportação cafeeira.

O que ocorre é que o advento da República faz com que os estados se tornem mais livres da tutela federal, o que acabou por favorecer os mais ricos, como São Paulo. Com o grosso de sua receita proveniente da exportação do café, São Paulo passou a amparar atividades que beneficiaram ainda mais a cafeicultura, como subvencionando a imigração estrangeira e garantindo juros para a expansão da rede ferroviária.

Neste aspecto, ainda que o objetivo fôsse auxiliar a cafeicultura, as medidas adotadas (como juros e subvenção) acabaram por beneficiar também o desenvolvimento das atividades industriais.

A transformação pelo café de Ribeirão Preto em poderoso polo regional subtrai e drena de Franca extensa área de influência, tornando-a também uma espécie de satélite em termos comerciais e de serviços. E ainda que pequenas povoações permanecessem vinculadas economicamente a Franca, diversas delas foram se des-

22. COSTA, Alfredo Henrique, "Contribuição ao Estudo da História da Indústria do Calçado de Franca: suas Bases Artesanais e o Impacto Tecnológico", p.581.

23. VILHENA, Maria Ignez Freitas de, "A Indústria de Calçados de Franca", p. 87

24. Em 1907, as receitas ferroviárias representavam 71% do valor bruto da pro-

membrando administrativa e politicamente.

EXPANSÃO DAS ESTRADAS DE FERRO, DA CRIAÇÃO
DAS PRIMEIRAS LINHAS EM 1854, A 1929

Anos	Região cafeeira ⁽¹⁾ (km)	Brasil (km)
1854	14,5	14,5
1859	77,9	109,4
1864	163,2	411,3
1869	450,4	713,1
1874	1.053,1	1.357,3
1879	2.395,9	2.895,7
1884	3.830,1	6.324,6
1889	5.590,3	9.076,1
1894	7.676,6	12.474,3
1899	8.713,9	13.980,6
1904	10.212,0	16.023,9
1906	11.281,3	17.340,4
1910	—	21.466,6
1915	—	26.646,6
1920	—	28.556,2
1925	—	32.000,3
1929	18.326,1	32.000,3

¹ Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara (antigo distrito Federal), Minas Gerais e São Paulo.

Fonte: Para os anos de 1854-1906. Centro Industrial do Brasil, *Le Brésil. Ses richesses naturelles, ses industries*, Paris, 1909, vol. II, pp. 40-43. Para os anos seguintes, Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria do Brasil, *Brasil Atual*, Rio de Janeiro, 1930, pp. 147-149.

Tabela elaborada por SILVA, Sérgio (1976).

Assim, no final do século passado, em função do café e da ferrovia, a cidade de Franca atinge padrões de urbanização contando em seu bojo relações de produção do artesanato coureiro e do comércio que criaram um contexto espacial de atividades realmente urbanas, ainda que as decisões políticas permanecessem atreladas às elites das zonas rurais.

Apenas o que foi dito, no entanto, não explica o posterior incremento da produção de calçados que se deu no caso de Franca. É verdade que as cidades, antes limitadas quase exclusiva

mente às suas funções de repasse comercial, de sede dos poderes do Império e da Igreja, sempre sobreviveram graças aos excedentes que conseguiam se apropriar do setor de mercado externo. Como assinala Singer, "os mecanismos desta apropriação eram a renda da terra, a intermediação e a coleta de impostos. Essas funções e mecanismos conformaram o uso do solo urbano com residências urbanas de fazendeiros, funcionários governamentais, empregados do comércio e serviços de intermediação, como agentes de importação e exportação, tabeliães, agentes financeiros e mais tarde, ferroviários" (25).

É o mesmo Singer que afirma ainda que na área tributária da capital de São Paulo, da qual Franca faz parte, entre 1870 e 1920 e 30, é que ocorre com maior intensidade a substituição da produção de subsistência por produto de exportação, que gera como consequência um processo de formação de um mercado interno em potencial, para a nascente indústria nacional.

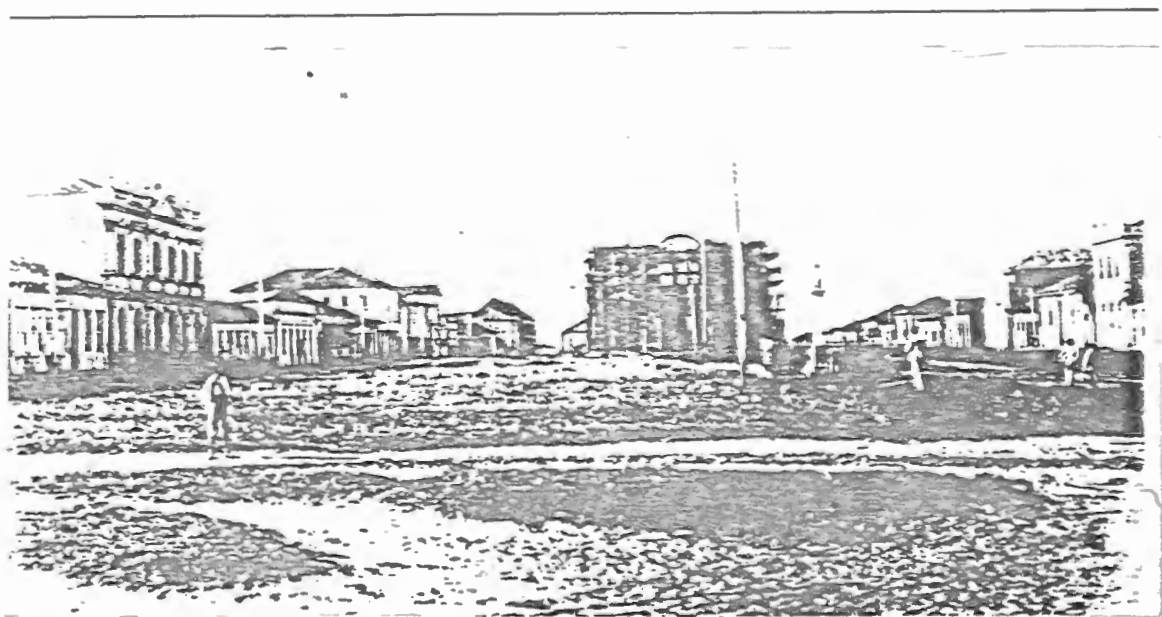
Ou seja, não foi o declínio do uso de artigos de selaria, mas principalmente o surgimento de um novo mercado e a possibilidade de atingi-lo de forma rápida e eficaz pela ferrovia que vai propiciar o incremento das atividades coureiro-calçadistas em Franca.

Mesmo lentamente, na última década do século XIX, a cidade vai se ampliando, notadamente em função da estação ferroviária. Em 1893, "a cidade estendia-se mais ou menos até as ruas que ficam atrás da Matriz, estando o cemitério isolado. Ao norte, tinha avançado de modo irregular, começando então a surgir o bairro da Cidade Nova; a Este, atingira a altura da Santa Casa. Para os lados da Estação, embora muito pouco povoado, já estava se deli-

neando um bairro, ao lado da estrada de ferro e da estrada de ro-
dagem para Batatais. Em 1902, nota-se um desenvolvimento Norte, e
ã Este, dos lados da Cidade Nova e em direção ao córrego do Cuba-
tão. Para Oeste, a população se torna mais densa, principalmente
na rua da Estação, que une esse bairro à cidade, e que começava a
atrair o comércio..." (26).

Em 1905, a Estrada de Ferro Mogiana chega a Uberaba. A-
liada aos inúmeros ramais das estradas de ferro que fóram se es-
tendendo por todo o interior, acompanhando a marcha dos cafezais,
Uberaba vai polarizar em torno de si a ligação e o comércio com o
Brasil central, acabando por retirar de Franca, como em 1870 a mu-
dança de rota, sua condição privilegiada de negócios com o interi-
or de Goiás, Mato Grosso e o próprio Triângulo Mineiro.

Talvez porque isto não afetasse de forma profunda a eco-
nomia local, na medida em que a agricultura cafeeira já era a
principal formadora da renda do município, os reflexos destas
transformações no espaço urbano não se traduziram na redução do
ritmo da expansão da cidade, que como dissemos, era lento.



Franca em 1900.

3.1. ENTRE O ARTESANATO E A MANUFATURA.

Em 1901, o ingresso na relação de contribuintes do imposto de "Indústrias e Profissões", de Carlos Pacheco de Macedo, é o registro inicial de uma fase de profundas transformações. Mineiro de Formiga, Carlos Pacheco veio para Franca logo após o seu primeiro casamento, e é através dele que vai se consolidar o salto tecnológico do artesanato para a indústria manufatureira de calçados em Franca.

Começando como simples "carreiro", em 1903 Carlos Pacheco já figura como firma individual e como sócio de Macedo & Cia., aparecendo na rubrica de "arreios e couros". Seu imposto inicial, na ordem de dez mil réis, salta dois anos depois para setenta mil réis para cada uma das organizações, demonstrativo eloquente do salto produtivo e acumulativo de capital que obtém.

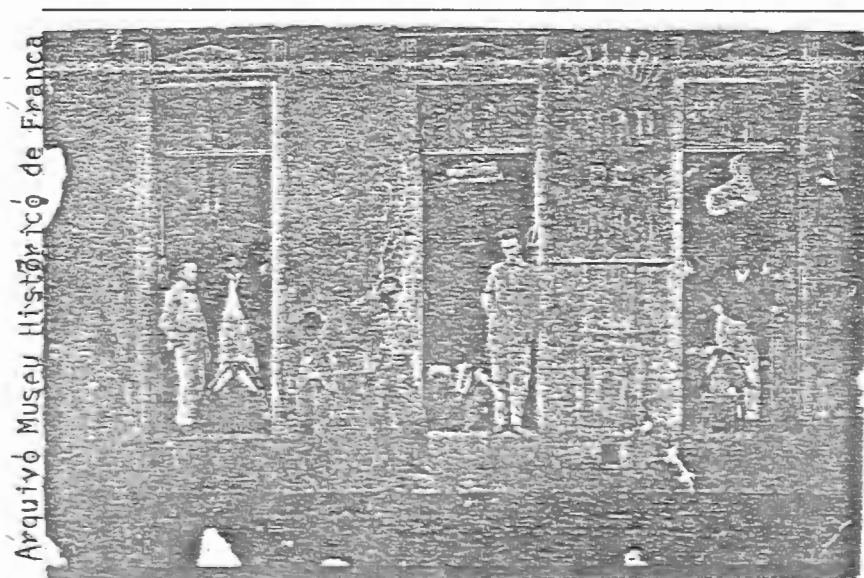


Foto da Selaria União, de Carlos Pacheco de Macedo, por volta de 1910. 38

Em 1910, conforme o "Almanaque da Franca", as fábricas de calçados se elevam ao número de 18, e a de Carlos Pacheco & Cia. foi a de maior movimento. Naquele ano, sua firma manufaturou 16.594 pares de botinas, 8.660 pares de chinelos, 74 botas de montar e 122 pares de sapatos. Como a produção francana, em seu total, havia sido de 25.696 pares de botinas, 11.131 de chinelos, e 149 botas, a empresa de Carlos Pacheco produziu o correspondente a mais de 60% da produção francana de botinas, e mais de 75% de chinelos.

Com relação aos impostos dispendidos com a selagem dos produtos, Carlos Pacheco contribui com 7 mil contos e 137 réis, para um recolhimento total da indústria francana do ramo de 10 mil contos e 923,5 réis. Esta expressiva participação de Carlos Pacheco é demonstrativa de sua importância para a "promissora indústria de calçados e selarias", como se referia o "Almanaque". Participação esta que pode ser considerada decisiva para a transformação industrial de Franca.

A indústria coureira também se expande, pois em 1906 o já citado padre Alonso cria outro curtume, o "Progresso", e Elias Motta compra o "Curtume Cubatão". (27)

Este Elias Motta é, ao lado do padre Alonso, um dos precursores da indústria coureira, tendo empreendido viagem aos estados do sul do país em 1912, para estudar e se capacitar no ramo curtumeiro, uma vez que naquela região encontravam-se as indústrias mais desenvolvidas do setor. Em entrevista ao jornal "Comercio da Franca", Motta disse que em 1913 ele instalou em Franca o primeiro curtume com maquinaria, importada da Alemanha, e sua iniciativa pioneira fez com que seu curtume fôsse o único do interior

dotado de máquinas na época, superado apenas pelo "Água Branca", da capital paulista.

A Prefeitura de Franca concedeu-lhe na ocasião, uma isenção de impostos e taxas por dez anos, e em 1917 ele chegou a instalar uma filial em São Paulo, um depósito e distribuidora de couros curtidos em Franca. Este mesmo Elias Motta já estivera envolvido anteriormente (1905) com a produção de calçados e artigos de couro, numa selaria que acabaria sendo comprada por Carlos Pacheco.

O fato é que, graças à expansão do mercado interno, Carlos Pacheco conseguiu acumular o capital suficiente para se juntar a um capitalista carioca e adquirir o "Curtume Progresso", aquele fundado pelo padre Alonso. A indústria foi remodelada, com a importação de máquinas alemãs e a introdução de novas técnicas produtivas que aprimoraram seus produtos, tornando-se a ponta de lança de Carlos Pacheco para dar o salto tecnológico que vai fazer a ponte entre o artesanato e a indústria seriada, que vai acabar por ocorrer de fato na sua fábrica de calçados "Jaguar". De qualquer modo, é patente que a modernização e a maquinização da indústria coureira precede a calçadista.

Neste período, as "exportações paulistas para o resto do país de manufaturados e de produtos manufaturados mais do que compensavam a queda das exportações de café" (28), o que é um indicativo também da expansão do mercado interno paulista, induzido pela própria exportação. Wilson Cano aponta ainda que "a nascente indústria paulista, embora subordinada pelo capital cafeeiro, dele se beneficiava duplamente: recebia o mercado criado pelo café, ao mesmo tempo em que dispunha de força de trabalho barata e abundante".

dante" (29). A acumulação cafeeira propiciou um amplo mercado para os produtos da incipiente indústria, principalmente a de alimentos e vestuário, oferecendo grandes vantagens para aplicação de capitais na comercialização agrícola e na própria indústria.

Foi desta forma que a indústria paulista deu seu grande salto em termos produtivos, entre 1907 e 1919, crescendo até mais que o dobro do restante da indústria nacional. Um outro fator pode ter favorecido a transferência do capital cafeeiro para as atividades do comércio e da indústria: "o investimento mais pesado de capital ocorria durante o primeiro ano, com o desbravamento da terra e a formação de mudas. Do quinto ao décimo terceiro ano, conforme as circunstâncias, o fazendeiro poderia esperar algum lucro" (30). Em 1915, havia apenas 47.000 pés de café do que dez anos antes, fazendo com que se presuma que os lucros dos cafeicultores foram investidos em outras atividades que não agrícolas.

A cafeicultura francana, que sofreu sua primeira grande crise em 1906, com a queda dos preços no mercado internacional, teve uma consequência benéfica sobre a pecuária, além de propiciar o início das indústrias de congelamento de carne, que se expandem mais fortemente durante a I Guerra Mundial, surgindo inclusive o frigorífico de Barretos, que vai também abastecer os curti-
mes francanos.

Há ainda, como consequência do desânimo dos cafeicultores francanos, um "primeiro movimento de fracionamento das propriedades rurais, que viria a se completar em 1930, alterando a estrutura fundiária vigente e suas formas de exploração econômica" (31).

Se em 1907 a produção paulista de calçados representava

29. CANO, Wilson, "Raízes da Concentração Industrial em São Paulo", p. 151.

30. idem, p. 155.

31. DIAGNÓSTICO, "Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado", p. 30

24% do país, já em 1919 representava 36%, quase igual à do Rio de Janeiro, que totalizava 42% do país, para uma produção de 12 e 17 milhões de pares respectivamente, eloquente demonstrativo do avanço na produção e o estímulo a este aumento dado pela demanda do restante do país, não atendida também pela restrição às importações decorrentes da guerra européia.

Em 1921, Carlos Pacheco já reúne as condições que lhe permitiriam consumir o salto tecnológico em sua antiga selaria e sapataria. Envia seu funcionário, e futuro sócio de indústria na "Jaguar", Hercílio de Avelar para um estágio na Fábrica de Calçados Coelho, uma das maiores do Rio de Janeiro, para se familiarizar com as máquinas de calçados e a nova tecnologia de produção, uma vez que Hercílio é quem assumiria o comando técnico da indústria.

As máquinas de "pontiar", alisar sola, pregar saltos, "arunhar" saltos (tirar-lhe o excesso da borda), "gigar" (refilar o solado) e o balancim, importados da Alemanha, vão transformar uma selaria na fábrica de calçados "Jaguar", numa moderna unidade de produção seriada, incorporando a cooperação aos processos de trabalho característicos da manufatura.

Instalada na Praça de Nossa Senhora da Conceição, a principal da cidade, a indústria de calçados "Jaguar" era um extenso e estreito casarão, que incorporava o térreo do sobrado anexo. A esquina da praça, entre Voluntários da Franca e Major Claudiano iria assistir uma mudança tecnológica que se refletiria no futuro industrial da cidade. O galpão estreito recebia o maquinário, ao longo da rua Voluntários, e o térreo do sobrado, almoxarifado, expedição e escritório. No pavimento superior, vivia Carlos

Pacheco de Macedo e sua família.

Arquivo Museu Histórico de Franca



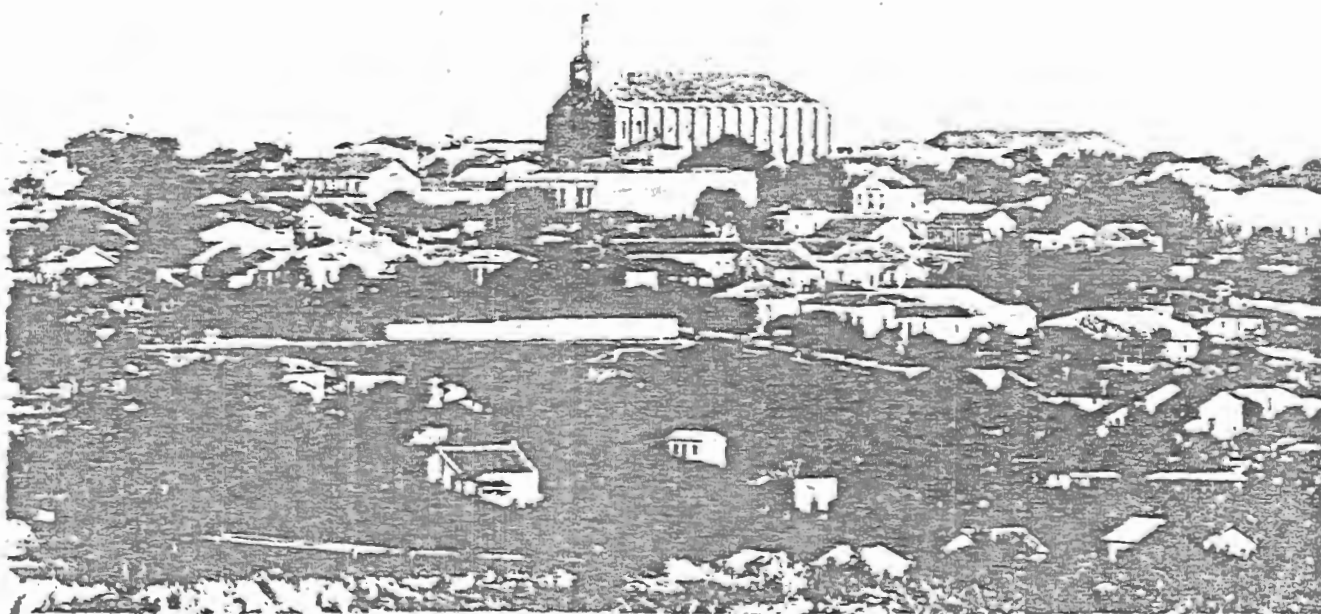
Foto da esquina onde funcionava a "Jaguar". O sobrado à direita era escritório da fábrica no térreo e residência de Carlos Pacheco no pavimento superior.

O município de Franca, em 1920, atinge uma população de 20.997 habitantes, o que representa uma taxa média de crescimento da ordem de 9,8%, revelador de uma acentuado crescimento populacional.

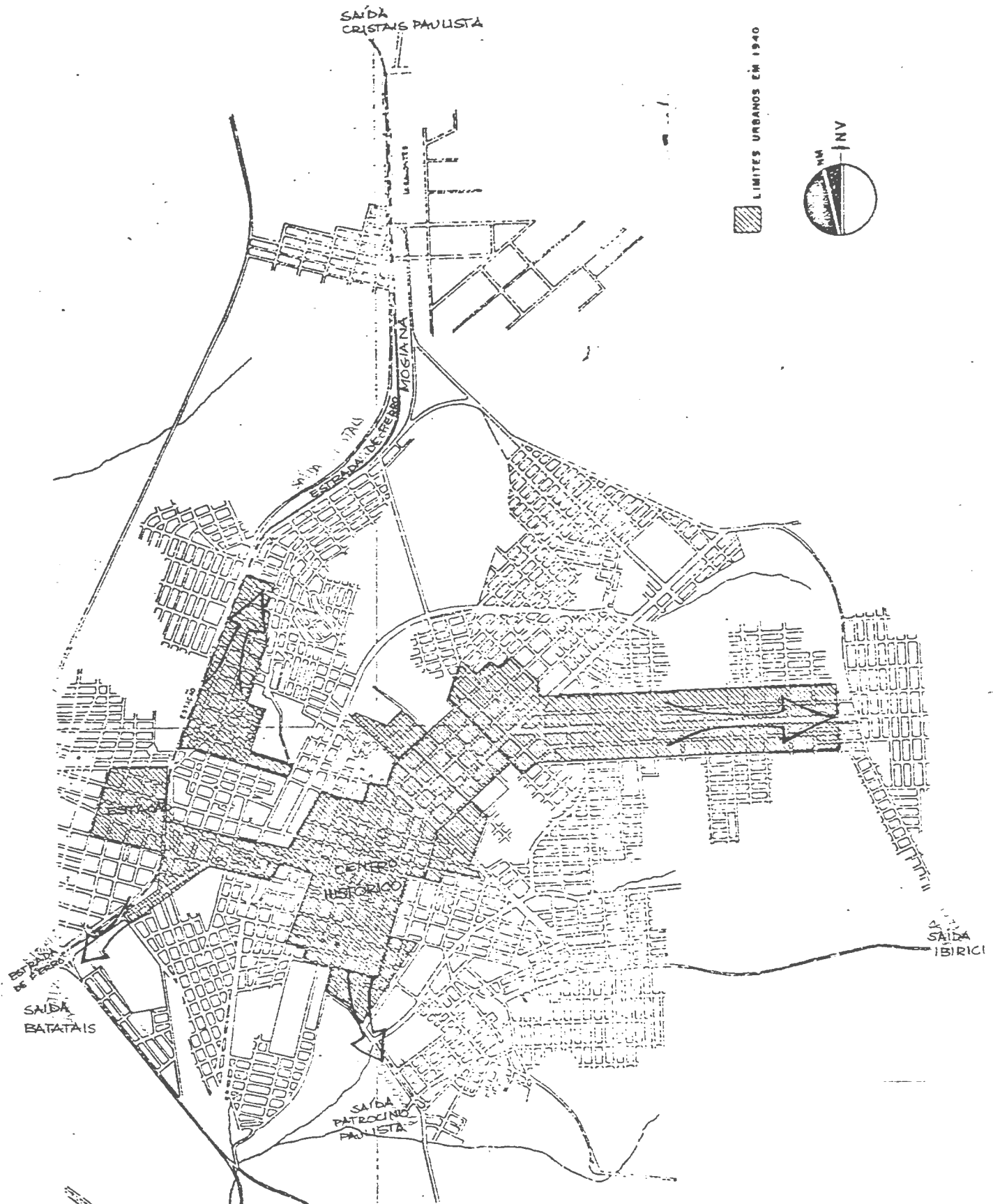
A cidade já definia as linhas gerais de sua expansão nas décadas seguintes, ao longo dos eixos viários mais significativos: o da ferrovia, e das rodovias que demandam as cidades vizinhas como Batatais, Ibiraci, Patrocínio Paulista. Esta expansão, através de parcelamentos do solo e loteamentos para utilização re

residencial, visava atender a demanda da população trabalhadora e de baixa renda, principalmente aquela que aportava na cidade vinda das regiões circunvizinhas. O bairro da Capelinha, na saída para Ibiraci, foi regularizado em 1923. Com lotes de 10x50 metros, dimensões exageradas para uso residencial, em função da crônica ausência de infra-estrutura, tornaria o local acessível à indústria a partir da década de 50.

Arquivo Museu Histórico de Franca

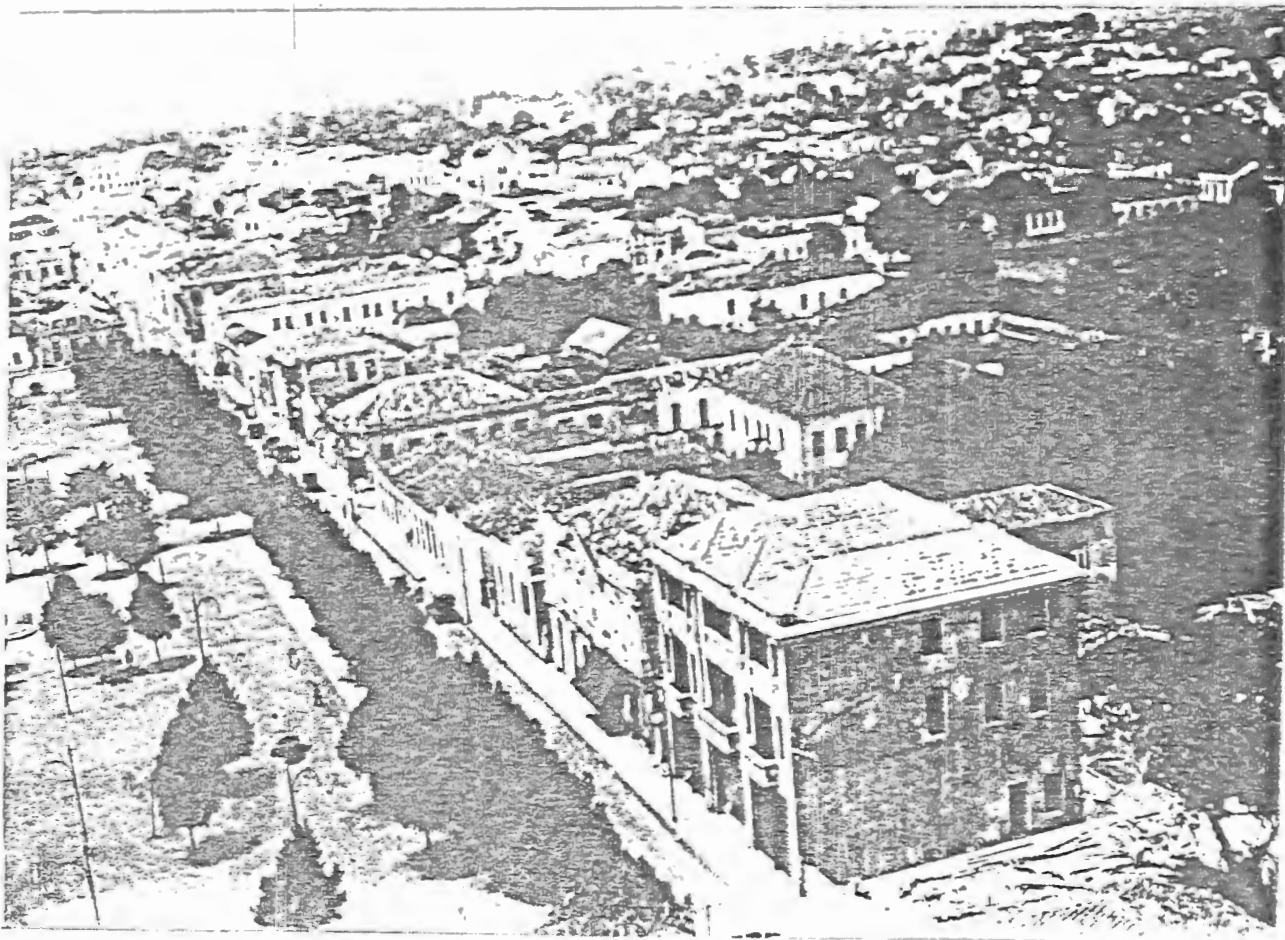


Vista geral da cidade de Franca por volta de 1920.



Principais linhas de expansão urbana de Franca, a partir dos anos 20.

Arquivo Museu Histórico de Franca



Vista da cidade. Em primeiro plano, a rua Major Claudiano, onde funcionava a "Jaguar".

Usamos Código RIBEIRO
Endereço Telegrafico:
"CAOSRICO" 9

ALCANTARA JAGUAR
Carlos Pacheco & Comp.
PRACA N.S. DA CONCEIÇÃO, 66.
CAIXA POSTAL, 32
FRANCA - EST. DE SÃO PAULO

1926 Franca, 6 de Fevereiro de 1926

11100-Ser. à Agência do Braz

Estado N.º 35/173

-SÃO PAULO-

Das mercadorias constantes de s/ acatado pedido n.º
temos o praser de entregar-lhe a n/ factura
para a Estação de
que viajam por ordem.
e consignadas a
Esperando que tudo tenha chegado a s/ contento, permanecemos a
e firmamo-nos

De V. S.

Amigos, obrigados

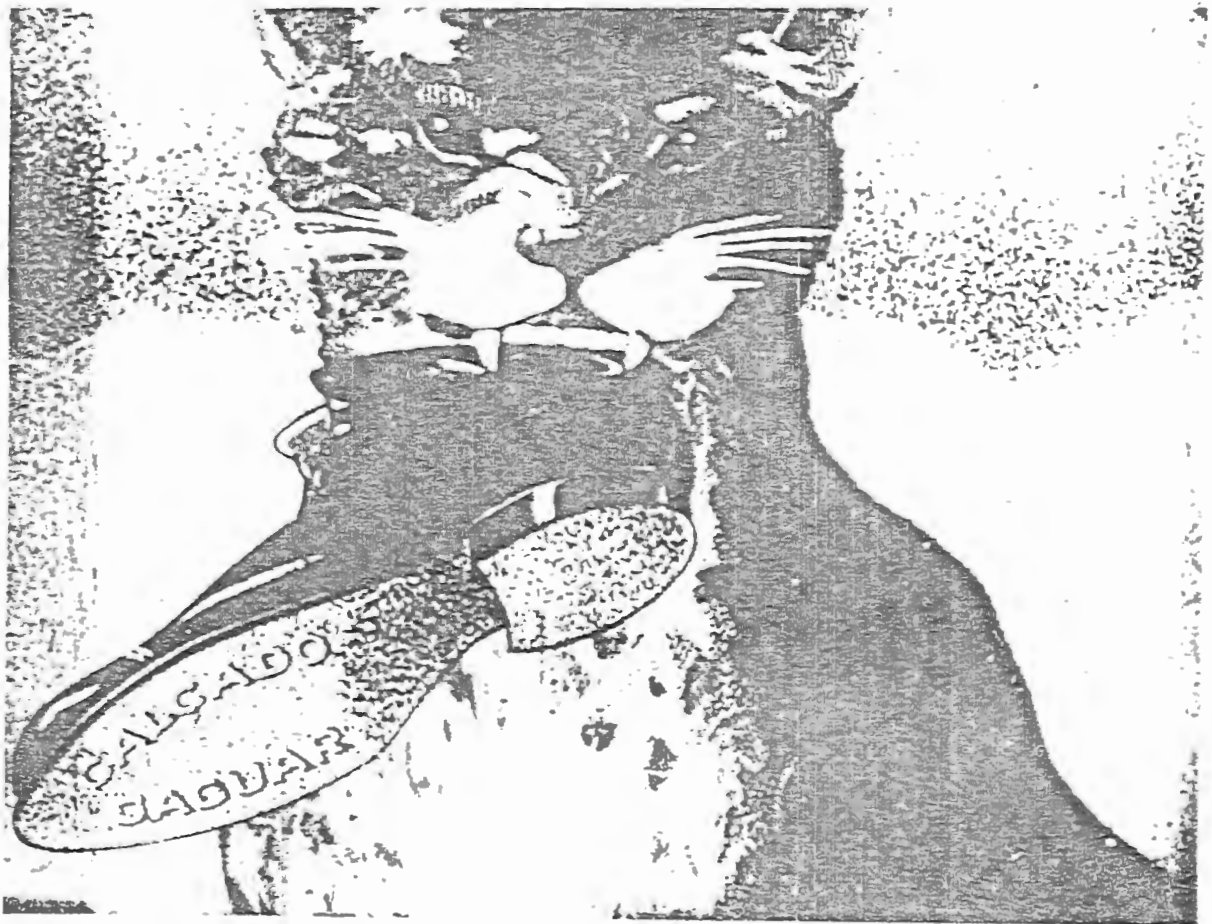
presente em de

de 1926

Reprodução de impresso da "Jaguar".

CAPÍTULO II

A INDUSTRIALIZAÇÃO



Reprodução de fotograma do filme promocional da "Jaguar" (1924).

3.2. CALÇADOS JAGUAR: O SALTO TECNOLÓGICO.

No primeiro dia de março de 1921, com o capital social de cento e cinquenta contos de réis, Samuel Carlos Ferreira dos Santos, Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos (genros de Carlos Pacheco de Macedo), Durval dos Reis e Hercílio Baptista de Avellar constituíram uma sociedade comercial, sob o nome de "Carlos, Pacheco & Cia.", razão social da fábrica de calçados "Jaguar". A antiga selaria transforma-se em indústria.

A sociedade visava a exploração da "indústria de artigos para sapataria, selaria e viagens e ainda o comércio de couros, peles e mais artigos conexos, sendo os tres primeiros sócios nomeados capitalistas solidários e o quarto sócio de indústria", como rezava o contrato social arquivado em cartório. Ao que tudo indica, Carlos Pacheco de Macedo, expandindo seus negócios, transfere formalmente o comando da antiga selaria aos genros cariocas. Tanto, que a nova firma leva seu nome, com a providencial vírgula e o fato dos genros terem partes de seu próprio nome. Arnaldo e Samuel Carlos vão administrar a nova sociedade, a gerência técnica fica para o sócio de indústria, Hercílio. E o nome de Carlos Pacheco dá a respeitabilidade.

Este sócio de indústria, uma figura jurídica que praticamente desapareceu, significa que é ele quem domina as técnicas

de produção. Não tendo capital, Hercílio, um empregado antigo e de confiança, entra com seu trabalho na sociedade. E Carlos Pacheco vai dedicar-se à uma maior diversificação de suas atividades industriais. Além da "Jaguar" e do curtume que já possuía, vai abrir uma fábrica de fósforos e uma serraria.

Portanto, é com a criação da "Jaguar" que Franca ingressa na era da produção seriada, através da mecanização desta indústria, e conseqüentemente, de uma maior divisão do trabalho.

Hercílio de Avellar já estava familiarizado com este novo processo de produção, após o estágio no Rio de Janeiro, e pode montar com as máquinas importadas da Alemanha, a produção seriada de calçados masculinos. Sua presença era fundamental ao funcionamento da "Jaguar", pois era ele que detinha o saber técnico necessário à produção. Aliás, Carlos Pacheco já percebera a necessidade da técnica nos seus projetos de modernização da produção, desde a compra do "Curtume Progresso", em que, aliado a um capitalista do Rio de Janeiro, havia também introduzido um sócio de indústria, Josef Marx, para tocar a produção propriamente dita.

É claro que, a exemplo da "Jaguar", o curtume Macedo, Marx & Cia. (chamado Progresso) não dava qualquer autonomia ao sócio gerente industrial, na medida em que o próprio contrato social estipulava que as resoluções somente poderiam ser tomadas com a anuência dos associados capitalistas, Carlos Pacheco e o banqueiro Cristiano Hechler.

Assim, o papel de Hercílio é aquele em que o capitalista, livre do trabalho manual, "transfere agora a função de supervisão direta e contínua do trabalhador ou de grupos de trabalhadores a uma espécie particular...de dirigentes, gerentes"⁽³²⁾,

que passa a comandar o trabalho em nome do capital. Ou seja, o capital passa a comandar o processo, "o comando supremo na indústria torna-se atributo do capital" (33).

Antes, na selaria, o artesão, com um ou dois ajudantes fazia todas as operações para produzir o calçado por inteiro, "e leva a cabo portanto sucessivamente as diferentes operações exigidas para a sua fabricação" (34), numa forma simples de cooperação.

Agora, a manufatura vai decompor aquela atividade artesanal num conjunto de atividades parciais, acelerando a divisão do trabalho dentro do processo de produção, ainda que a execução do calçado continue dependendo em muito "da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento" (35). E a introdução da maquinaria, "igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça ao capitalista. Ela é meio de produção de mais valia" (36).

Isto vai permitir a apropriação de forças de trabalho suplementares, como o trabalho feminino que a "Jaguar" vai empregar em grande escala, o prolongamento da jornada de trabalho, na medida em que seu uso encurta o tempo de trabalho necessário para a produção dos calçados, e a própria intensificação do trabalho, pois o ritmo da produção passa a ser ditado pela máquina.

Todas estas modificações tinham como objetivo conseguir ganhos de produtividade e de apropriação da mais valia pelos capitalistas da "Jaguar", que poderiam obter retorno dos capitais in -

33. MARX, Karl, "O Capital", volume I, p. 264.

34. idem, p. 268

35. idem, p. 269

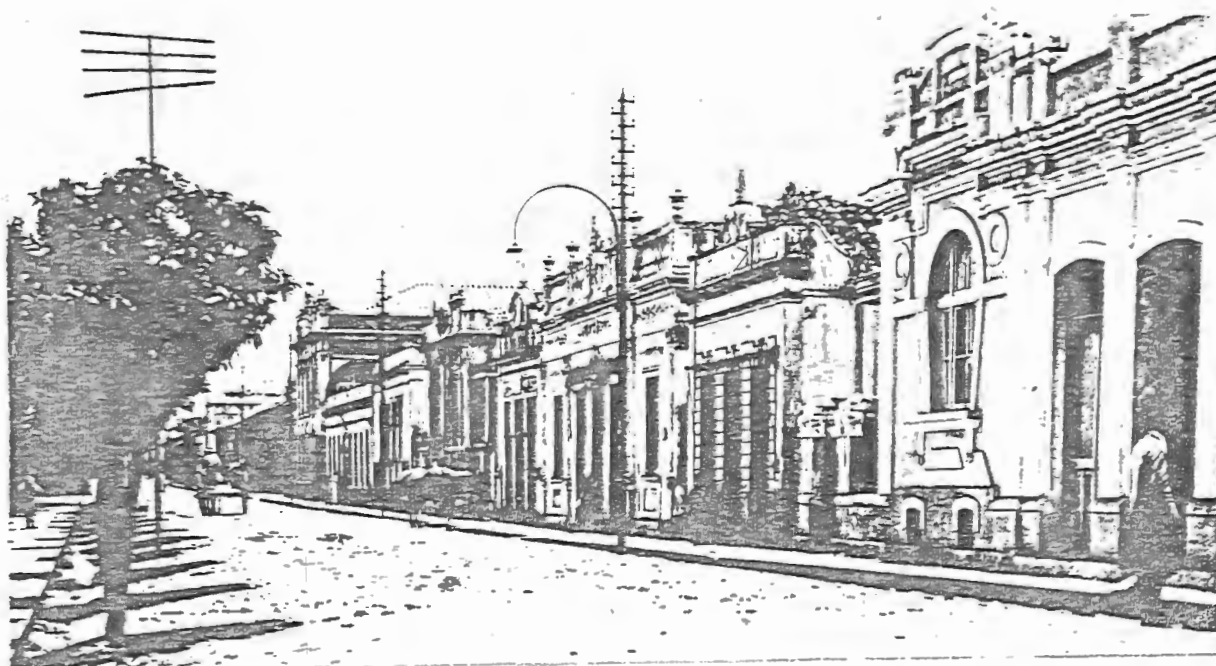
36. MARX, Karl, "O Capital", volume I, tomo II, p. 7.

vestidos de forma muito mais rápida.

Dessa maneira, assinala Nilton Vargas (1980), passa a ha ver uma submissão formal do trabalho ao capital. Para ele,

"o processo de trabalho nada mais é do que o instrumento do processo de valorização. Assim, tão logo surjam as condições propícias para o capital mostrar toda sua potencialidade, o processo de trabalho é revolucionado para atender às necessidades de acumulação; o trabalho é desqualificado, e é feita a separação entre concepção e execução; a ciência é aplicada conscientemente à produção; a maquinaria assume, em grande escala, o processo produtivo e são vencidas as barreiras humanas para aumentar a produtividade; a força produtiva não é mais dada por um operário individual ou um conjunto de operários, mas por todo o complexo produtivo no qual a ciência e a tecnologia passam a ter papel de destaque; o capital mínimo para se instalar em um ramo produtivo torna-se de tal magnitude que impede a penetração de capitais menores. Os meios de consumo da classe trabalhadora são reproduzidos pelo capital e beneficiam-se dos ganhos de produtividade propiciados pelas inovações tecnológicas. A extração do excedente econômico processa-se por intermédio da mais-valia relativa e, também pela absoluta. O capital domina e dirige a sociedade, e neste caso, o modo de produção pode ser considerado como especificamente capitalista". (37)

O processo de trabalho, que inclui o próprio trabalho do homem, o objeto deste trabalho, como a matéria-prima, e os meios para executá-lo, como as ferramentas e máquinas, ao alterar-se, altera o próprio espaço onde ele se dá. Quando o artesão executava todas as operações necessárias à feitura do calçado, ele era obrigado a mover-se constantemente, seja para apanhar uma ferramenta, ou a matéria-prima. Ocupava um pequeno banco, e organizava os instrumentos de trabalho e a matéria-prima, couros, pregos, à sua volta. O corte do couro, por exemplo, era feito sobre uma prancheta, ou um balcão. A costura já era feita com o trabalhador sentado, a "giga" também. Em média, segundo relatos de oficiais da época, a produção média de um oficial e seu ajudante, era de 20 pares por dia.



Vista da rua Major Claudiano. Ao fundo, a "Jaguar".

Na medida em que há a introdução da produção seriada, com o trabalhador passando a fazer apenas uma parcela das atividades necessárias à execução do produto final, o sapato, sua necessidade individual de espaço altera-se, seja seu trabalho na máquina ou ainda manual, com o uso de ferramentas.

Ora, a "produção de calçados obedece a uma ordem bem determinada e as diferentes operações podem ser executadas tanto por métodos artesanais ou com o concurso de sofisticados equipamentos" (38), isto até hoje. Por isso, a descrição do processo produtivo tem uma ordem bastante clara, e que não se alterou nos pontos básicos, a não ser a decomposição de operações específicas pela introdução da maquinaria, mesmo porque a durabilidade destas máquinas é enorme, de décadas até.

Simplificadamente, a feitura dos calçados passa por uma

38. CRUZ, Hêlio Nogueira da, "Alternativas e Difusão Tecnológicas: o Caso do Setor de Calçados no Brasil", p. 20.

primeira fase claramente identificada, na produção de calçados em couro, que é a seleção das peles e das vaquetas, com suas cores e eventuais granulações solicitadas pelo modelo a ser produzido. Em seguida, as vaquetas são encaminhadas ao corte, que pode ser feito com facas, manualmente, aplicadas em torno de um molde geralmente metálico, "ou através de facas modeladas de acordo com partes específicas dos diferentes moldes. Estas facas modeladas podem ser acopladas ao braço mecânico dos balancins, que as pressionam na superfície do couro" (39).

A fase seguinte corresponde às operações de costura, chamadas pesponto, onde são ligadas as partes superiores do calçado. As operações manuais foram praticamente abandonadas, a não ser de modelos sofisticados e caros. Isto a partir do desenvolvimento da máquina de pespontar.

Em seguida, temos a fase de montagem, quando a parte superior do calçado é unida ao solado. Podendo ser manual, esta operação é a mais cara com relação ao maquinário das fábricas. Sua execução utiliza-se de colas, ou pequenos pregos, e até mesmo de costuras.

Finalmente, temos o acabamento, que compreende a pintura, a escova, e a aplicação de detalhes e adereços, estes últimos quase sempre relacionados aos modismos do mercado.

Com isto, restrito agora o trabalho do operário ao entorno da máquina, seu espaço passa a ser reduzido, surgindo uma organização interna diferenciada a partir do momento que passa a haver necessidade de um fluxo sequencial nas etapas da produção. Ou seja, organiza-se uma sequência nas operações entre os trabalhadores parcelados que não existia anteriormente. A arquitetura,

39. CRUZ, Hêlio Nogueira da, "Alternativas e Difusão Tecnológicas: o Caso do Setor de Calçados no Brasil", p. 23.

o espaço interno passa a ser o da fábrica, com suas imposições evidenciadas pela coerção no local de trabalho, determinados pelo ritmo que a própria máquina impõe ao trabalho, pela vigilância do chefe de produção.

A introdução do maquinário, que dá início à revolução industrial no setor calçadista se dá apenas em 1858, com as máquinas inventadas por Blake, e o processo de Goodyear Wetl, em 1875 (40). Foi portanto a partir dos Estados Unidos que esta mecanização iniciou, e acabou por encontrar espaço também na Europa.

O par de calçados pelo método manual em 1863 custava 4,58 dólares, com um tempo de trabalho de 18,32 horas. Este mesmo par, nas fábricas em 1895 e 1923, custava 0,60 e 0,55 dólares para um tempo dispendido na confecção de 2,36 e 1,07 horas respectivamente, o que demonstra de forma eficaz os notáveis progressos em termos de produtividade do setor, e em consequência, dos ganhos dos capitalistas.

A produção de calçados de couro que constitui-se, a grosso modo, das fases descritas, desde o corte da pele de couro, do pesponto, que é a costura entre si das partes superiores do calçado, a união destas partes ao solado, chamada de montagem, e o acabamento, teve nos inventos citados anteriormente o início das mudanças tecnológicas no processo de produção, que se deram primeiramente no pesponto e na montagem (41).

Estas alterações tecnológicas no Brasil, no setor industrial, "aparecem como o resultado de importações de grandes inovações, ocorridas no centro do sistema capitalista, que são absorvidas com numerosas adaptações, realizadas com o fito de tornar o processo básico adequado às condições locais de produ -

40. CRUZ, Hêlio Nogueira da, "Alternativas e Difusão Tecnológicas: o Caso do Setor de Calçados no Brasil", p. 20.

41. O corte e o acabamento tem sofrido alterações menores devido ao fato de estarem atrelados à moda, com todas as implicações decorrentes disto, e tam-

ção" (42).

Estas inovações, segundo o economista John A. Schumpeter podem ser distinguidas em cinco casos que seriam: a aceitação de um novo bem pelo consumidor, a adoção de um novo método de produção, a abertura de um novo mercado, a conquista de uma nova fonte de suprimento de matérias-primas e a instalação de uma nova forma de organização do mercado. Tais casos consistiriam nos fios principais que movimentam o sistema capitalista.

A existência de alguns destes fatores podem ser vistas no caso francano: a adoção de um novo método de produção, a abertura de novos mercados propiciados pela ferrovia, que vão remeter a industrialização a dar às cidades um "caráter autárquico", no dizer de Francisco de Oliveira. Isto significa que "as cidades, ao tornarem-se com a industrialização o centro do aparelho produtivo, vão, pela própria herança do padrão anterior, constituir-se em cidades autárquicas" (43). Francisco de Oliveira chama de autarquia a que a industrialização impõe um padrão de acumulação que potencia uma urbanização, e que também esta urbanização é muito superior ao próprio ritmo de industrialização. Mais ainda, "o fato de que a divisão social do trabalho nos períodos anteriores era estanque -- autarquia nos campos -- vai impor que a industrialização no Brasil vai ter que se fazer imediatamente urbana e excepcionalmente urbana" (44).

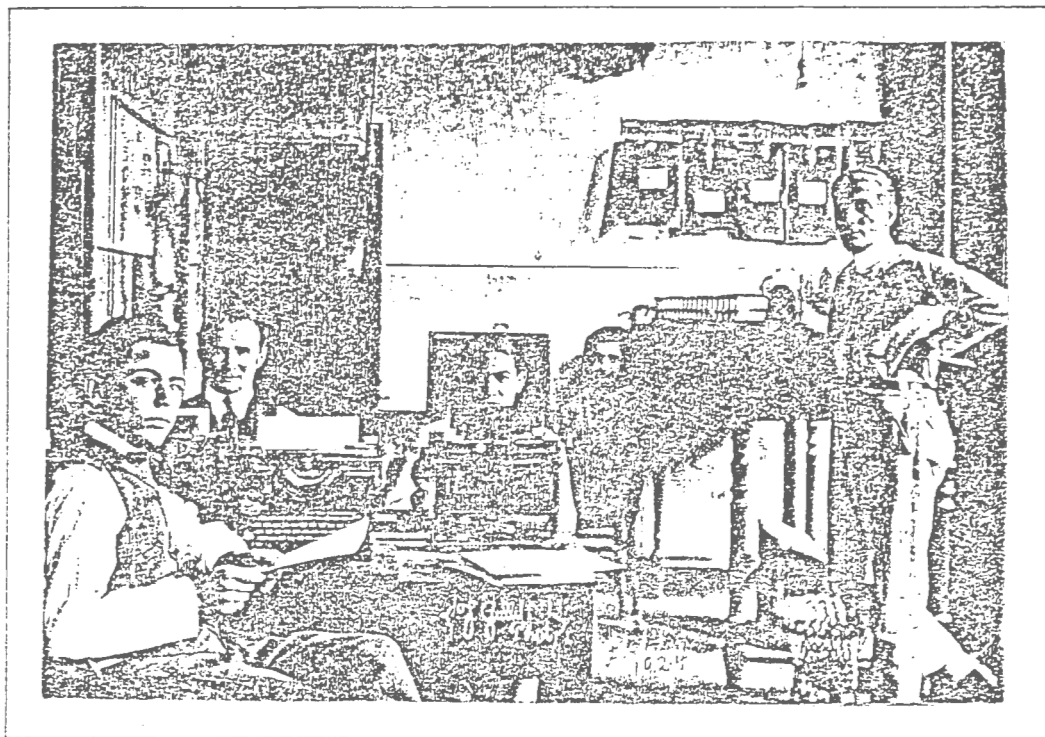
Ou seja, quando a industrialização se inicia, e passa a comandar a expansão capitalista no Brasil, ela somente pode ser urbana. No caso de Franca, parece-nos, a "autarquização" se dá no sentido de que também como a agro-exportação do café, começa a concentração em torno da industrialização do calçado, dando iní -

bem à forma irregular das peles de couro.

42. SILVA, Marcos Eugênio da, "Inovação Tecnológica", p. 5

43. OLIVEIRA, Francisco de, "O Estado e o Urbano no Brasil", p. 41

44. idem, p. 42.



O escritório da "Jaguar". De pé, à direita, o genro de Carlos Pacheco, Arnaldo.

cio à tendência de monopolização da economia por um único ramo produtivo, o calçadista. Isto explicaria também os novos loteamentos, o parcelamento do solo urbano se acelerando naquele período em Franca, em certa medida muito superiores às necessidades locais.

Portanto, é aceitável que a adoção de alterações no processo de produção esteja relacionada, no caso da "Jaguar", "à existência de um vasto mercado interno, anteriormente atendido pelas importações, que a política de comércio exterior acabou por colo-

car à disposição dos produtores domésticos", (45) ainda mais que o protecionismo tarifário no Brasil da época era um dos mais altos do mundo, atingindo 115,5% no setor calçadista, ao passo que nos EUA era da ordem de 16,7%. A preocupação em criar novos mercados, no caso da "Jaguar", é evidenciada pelas procurações arquivadas no Cartório do 2º Ofício de Franca, como a do sr. Olyntho Franco, que seria "vendedor viajante da Jaguar para Goiás e Triângulo Mineiro, nas localidades servidas pela estrada de ferro".

Além disso, a adaptação dos trabalhadores ao novo maquinário e aos novos métodos de produção podiam ser realizados rapidamente, e o custo daquele "em relação ao capital total era relativamente baixo, requerendo um volume de recursos inferior ao exigido para capital de giro" (46). Ao mesmo tempo, o período de mecanização da Jaguar é um período de surto de mecanização nas atividades industriais do país.

Nesta época, ainda que Carlos Pacheco de Macedo tenha descartado sua utilização, comprando as máquinas alemãs para a "Jaguar", já era possível o "leasing", iniciativa da USMC - United Shoes Machinery Company (47), uma firma americana que dominaria mais tarde o mercado brasileiro de máquinas para calçados, numa tentativa de viabilizar o acesso de máquinas às pequenas empresas do ramo.

A fábrica de calçados "Jaguar" insere-se então dentro da situação peculiar de Franca no campo econômico, pois "em 1920, quando o país enfrentava uma crise econômica considerável, reflexo ainda da Primeira Grande Guerra, verificou-se em Franca o início de um crescimento razoável em todos os setores. Por outro lado, no período 1914-1918, correspondente ao da guerra e ao apare-

45. CRUZ, Hélio Nogueira da, "Alternativas e Difusão Tecnológicas: o Caso do Setor de Calçados no Brasil", p. 26.

46. idem, p. 27

47. A USMC foi autorizada a se estabelecer no país com seu negócio de vendas e

cimento mais acentuado das necessidades de mercadorias estrangeiras, Franca demonstrou uma total estagnação em termos econômicos" (48).

Na década de 20, surgirão em Franca 79% das indústrias registradas desde 1900, em oposição a 9% e 12% do primeiro e segundo decênios do século. Nos anos 20, teremos 230 firmas dedicadas ao comércio e 60 à indústria, nos mais diversos ramos, como calçados, bebidas, couros, fósforos, e até uma fábrica de "salva-vidas".

Ainda que as aplicações de capital no setor comercial tenham sido muito superiores ao industrial, entre 1900-1930, com 8.281:460 contos de réis para 1.831:245 na indústria, há um evidente processo de aceleração no desenvolvimento das atividades produtivas do município, a partir de 1920.

Capital Social e Firmas-indústria
1900-1930

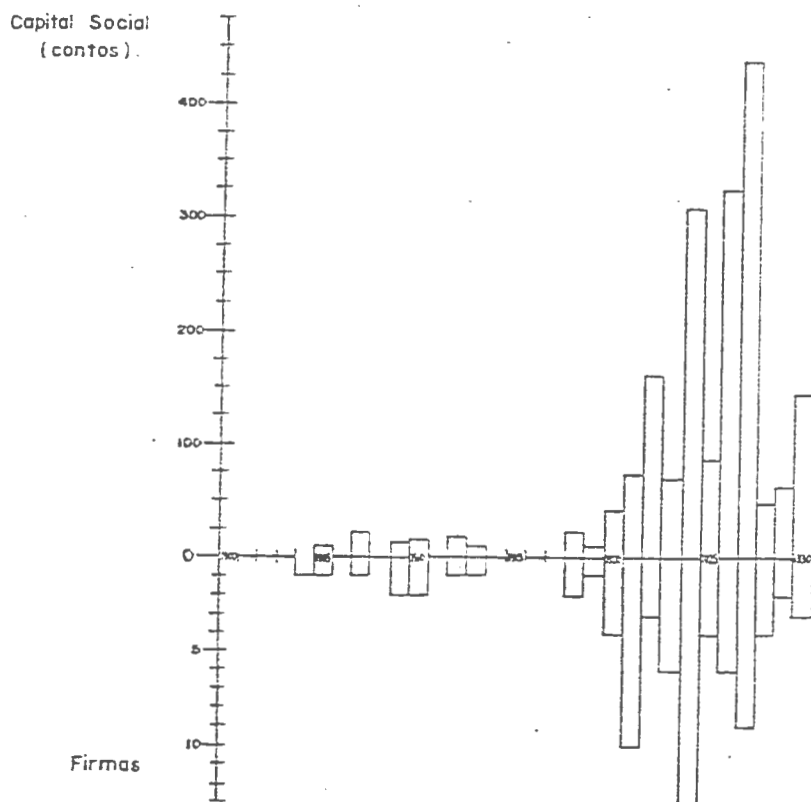


Gráfico elaborado por Myrtes Palermo de Freitas.

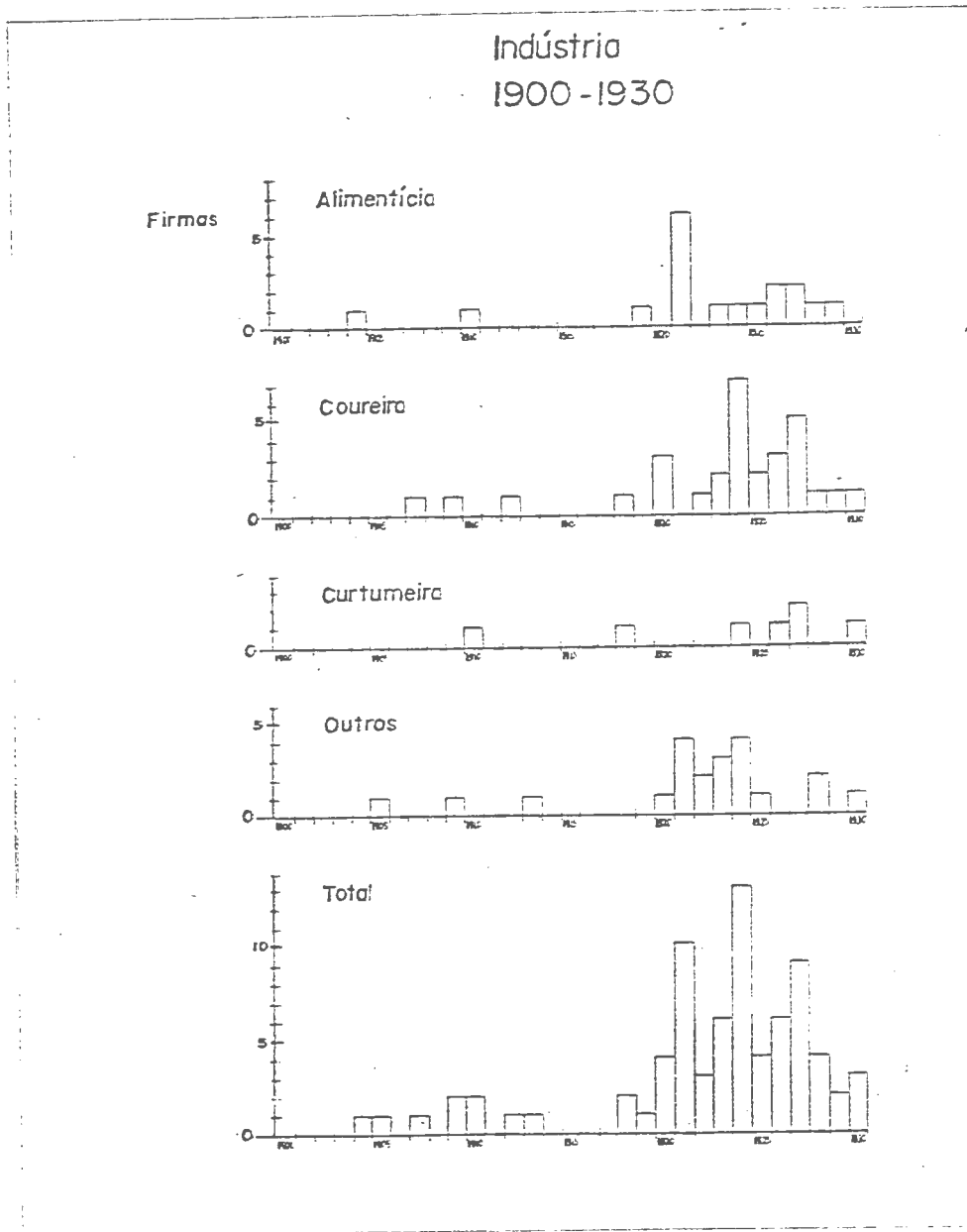


Gráfico por ramo de atividade da quantidade de indústrias criadas em Franca entre 1900-1930. Elaborado por Myrtes Palermo de Freitas.

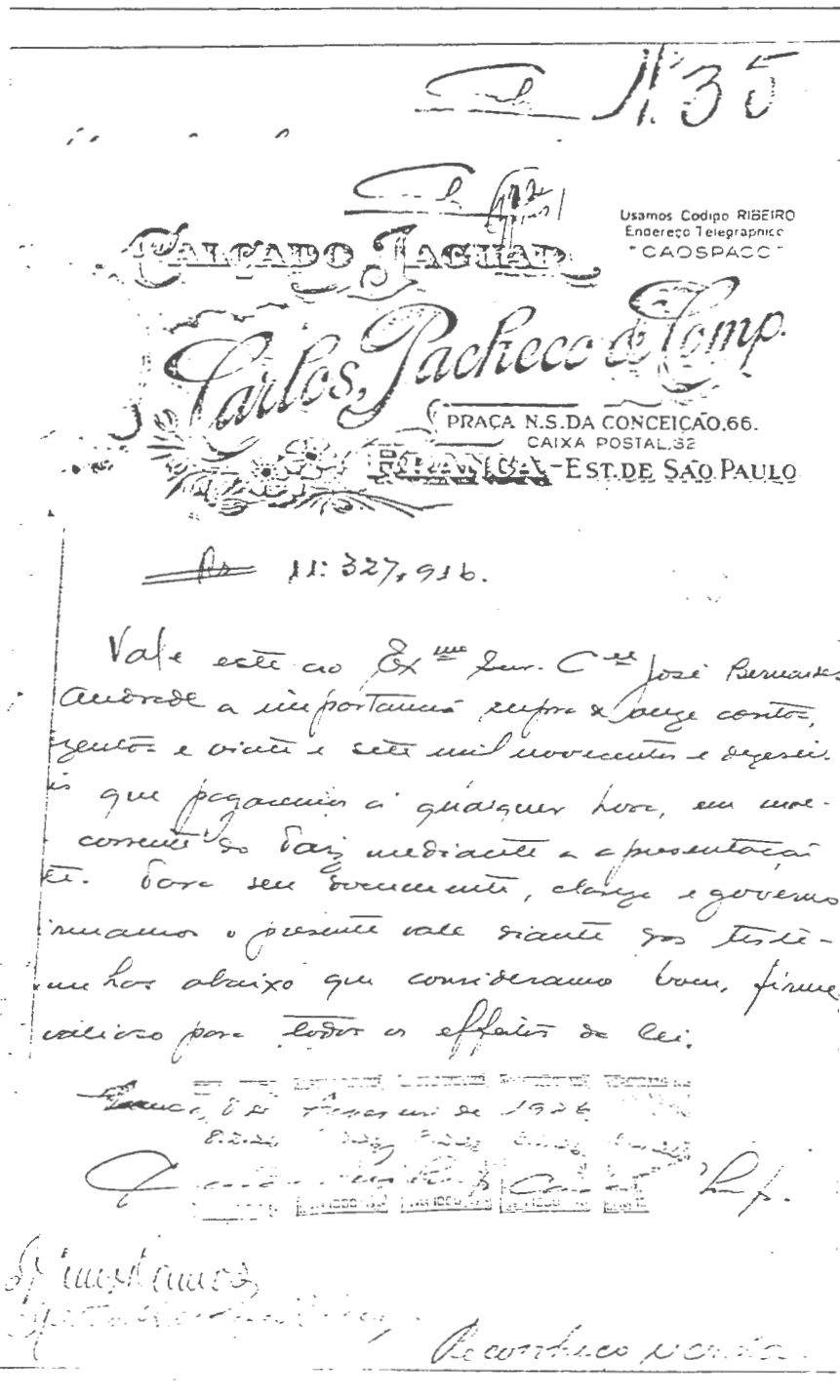
Carlos Pacheco de Macedo, que é sem dúvida um dos principais capitalistas responsáveis pelo surto industrial em Franca, lança as bases de um pequeno império industrial, guardadas as proporções.

Além da "Jaguar" e do curtume, criou a "Pacheco, Andrade Martins & Cia.", uma fábrica de fósforos e serraria em 1922, com o capital de 120 contos de réis, uma indústria de grande porte para a cidade na época. Em 1924, ele extingue a sociedade e permanece sozinho à frente desta empresa.

A expansão e o desastre, no entanto, são igualmente rápidos. Premida por compromissos cada vez maiores, com certeza com dificuldades com o capital de giro em função do salto produtivo (demandando grandes estoques de matéria-prima e maiores despesas com pessoal), tomando dinheiro emprestado de todos, um jogo de empréstimos permanente entre as próprias firmas de Carlos Pacheco, avais pessoais, a "Jaguar" não resiste.

Em sua petição (de concordata) ao Juiz de Direito de Franca, os procuradores da firma declaram, em 3 de março de 1926, que "devido à grande crise que assoberba o comércio em geral, com a consequente paralisação das transações e com a acentuada falta de recebimentos de dinheiro", a "Jaguar" não poderia fazer frente aos compromissos que havia assumido.

O simples exame dos títulos da "Jaguar" caucionados junto ao Banco do Brasil, já são suficientes para verificar a enorme expansão do mercado para seus produtos, a localidades tão distantes como Recife (PE), Aracaju (SE), Formosa e Planaltina (GO), São Paulo (SP) e Campo Grande (MT), que podem confirmar a hipótese de CANO (1975) a respeito do desenvolvimento do mercado inter-



Reprodução de documento que comprova empréstimo recebido pela "Jaguar", do Cel. José Bernardes Andrade.

no para os produtos da indústria nascente. (*)

O Juiz de Direito da Comarca de Franca, dr. João Evangelista, porém, não aceitou o pedido de concordata, sob a

(*). Ver documentos nos anexos.

EDITAL.

Comarca da Franca.

FABRIL FÁBRICA DE CARLOS, PACHECO & CIA.

Dr. João Evangelista Rodrigues, Juiz de Direito desta comarca da Franca, Estado de São Paulo, na forma da lei, etc.

PAZ

Saber aos que o presente edital virem ou delle noticia tiverem -
que, nesta data, decretou a fallencia de Carlos, Pacheco & Cia.,
industriales, proprietarios da Fabrica de Calçados Jaguar, com ex-
plorayão de artigos para sapataria, selleria e viagens, assim co-
mo para a explorayão do commercio de couros, pelles e mais artigos
conexos, estabelecidos nesta cidade, de cuja firma eram socios
colitrios os srs. Samuel Carlos Ferreira dos Santos e Arnaldo -
Pacheco Ferreira dos Santos, aqui domiciliados, fixando o termo
legal desta fallencia até 40 dias anteriores ao dia 4 de corren-
te mez e anno, data da interposiçãõ do primeiro protesto por fal-
ta de pagamento, e nomea nãõ para syndicos os credores Banco do
Brasil, José Bernardino de Andrade Junqueira e Cel. Virgínio Felei-
ra dos Santos, residentes nesta cidade, sendo marcado o prazo de
30 dias para os credores apresentarem as declarayões e documentos
justificativos de seus creditos e designado, finalmente, o dia 17
do próximo mez de Abril, para, às 13 horas, na sala das audiencias,
no edificio do Forum, ter lugar a primeira assemblea dos credores.
Para conhecimento de todos e por pessoa interessar é expedido o
presente edital que será publicado pela imprensa local, "Diario
Official" e "O Estado de São Paulo", e affixado no logar do cot-
tume. Passado nesta cidade da Franca, aos seis de Março de mil no-
centos e vinte e seis. Eu, Juiz de Direito, Manoel de Jesus

João Evangelista Rodrigues, Juiz de Direito desta comarca da Franca, Estado de São Paulo, na forma da lei, etc.

Reprodução do Edital de Falência da fábrica de calçados "Jaguar", 1926.

alegação de que não havia garantias legais para tal, e decreta a falência da "Carlos, Pacheco & Cia.", em fulminante despacho a 6

de março de 1926.

O entrelaçamento das empresas de Pacheco, citado anteriormente, através de avais e empréstimos mútuos, leva o pequeno império à bancarrota. Sucessivamente vão à falência, junto com a "Jaguar", a fábrica de fósforos "Carlos Pacheco de Macedo" ou "Soberanos", e o curtume "Macedo, Marx & Cia.". (49)

Termina assim, de forma melancólica, a primeira tentativa de criar uma empresa de calçados mecanizada, onde a divisão do trabalho e o processo produtivo sofrem radical transformação. Mesmo assim, durante a ascensão e queda da "Jaguar", surgem novas empresas calçadistas em Franca, ainda que não mecanizadas. A "Lopes & Ferro", em 1925, tendo como proprietário Antonio Lopes de Mello que vai relançar a mecanização dez anos depois, a "Spessoto Calçados", e até a pequena banca do sapateiro João Palermo transforma-se em fábrica em 1927. Novos curtumes surgem.

O próprio Hercílio de Avellar, sócio de indústria da falida "Jaguar", após trabalhar como vendedor durante quase dois anos, é convidado em 1927 a assumir a direção técnica da fábrica "Honório & Cia.", "graças a sua experiência" (50). O processo de acumulação capitalista, a partir da organização de novos métodos de produção, teve sua sequência abortada pela pequena duração da experiência de mecanização da "Jaguar", mas tornou evidentes os resultados que se poderia obter em termos dos ganhos de produtividade.

Pode-se supor também que o aparente sucesso inicial da "Jaguar" tenha levado outros capitalistas, ou mesmo oficiais sapateiros a abrirem novas indústrias e a investirem no ramo, sendo ele promissor. É certo que, após a derrocada de Carlos Pacheco,

49. A falência da "Jaguar" arrasta-se até 1937, formando 3 gigantescos tomos arquivados no Cartório do 2º Ofício de Franca. Não encontramos nos autos qualquer documento que comprovasse o destino do maquinário da empresa.

50. Entrevista ao jornal "O Commercio da Franca" em 01/05/1956, p. 66. 45 no

estas indústrias se beneficiaram disto, ocupando o espaço vazio no mercado deixado pela "Jaguar", e utilizando-se da mão de obra subitamente desempregada. Uma mão de obra que não teve que voltar totalmente aos métodos manuais de fabricação, mas que passou a utilizar o maquinário dentro do processo antigo. As declarações de antigos funcionários das fábricas deixam evidente a estagnação ocorrida, com a utilização de poucas máquinas no processo, mas não o retorno ao artesanato.

O malogro da experiência de mecanização nos moldes da "Jaguar" fez com que o processo de acumulação capitalista se voltasse mais para a exploração intensiva da mão de obra. Alfredo Henrique Costa (1965) e Maria Ignez Freitas de Vilhena (1965) levantam a hipótese de que "o desaparecimento da Jaguar liberou vários empregados já treinados que, para sobreviverem, montaram suas próprias bancas de sapataria ou então associaram-se a pessoas de recursos" (51).

De fato, em 1926 e 1927, ano da falência e subsequente da "Jaguar", abrem-se 8 novas firmas de calçados. Mas em 1924, abriram-se 7. Antes, portanto, do desaparecimento da "Jaguar". A verificação dos proprietários que foi possível demonstra que nada tinham com a "Jaguar", tornando discutível a hipótese dos pesquisadores citados.

O que se percebe, neste momento, é a entrada do imigrante e seus descendentes no ramo. O estrangeiro, principalmente o italiano surge em Franca em 1893. Vindo para trabalhar na lavoura tão logo conseguisse, rumava para a cidade.

O imigrante "galgaria posição de destaque no artesanato chegando a cerca de 50% dos oficiais existentes em Franca no come

ço do século (2 italianos para um total de 11 artesãos em 1893; 3 num total de 8 em 1898; 8 num total de 17, em 1903; 9 em 22, em 1905; 6 em 12, em 1912) ⁽⁵²⁾. Esta participação se avoluma quando nasce a indústria, na medida em que diversas das indústrias criadas nos anos 20 pertencem a imigrantes ou seus descendentes: "Palermo", "Spessoto", "Lopes & Ferro", "Volpi & Alliprandini".

De qualquer forma, a questão do espaço industrial permanece, pois em termos de localização e de instalações fabrís, fica evidente que tal preocupação praticamente inexistia, na medida em que não houve nenhuma construção feita para abrigar especificamente uma indústria de calçados (exceção feita aos curtumes).

Todas elas situavam-se na região central, no sítio histórico. A "Jaguar" na praça principal de N. S. da Conceição. A "Palermo & Grisi" na antiga rua Jorge Tibiriçá, hoje Voluntários da Franca. A "Honório & Cia." também na praça, à esquina das ruas Saldanha Marinho e Major Claudiano. Na verdade, os curtumes já se preocupavam com a localização: afastados do centro e das zonas residenciais, passaram a ocupar as margens do córrego do Cubatão. Isto por dois motivos, basicamente: a facilidade de obtenção de água para o curtimento, que deve ser abundante (média de 700 litros por couro), e a possibilidade de descarga direta do esgoto industrial no córrego, dado o alto grau de poluição da água, e do ar, tornando sua localização incompatível com a proximidade de habitações. O custo destas áreas também era baixo, pois eram brejos alagadiços.

O que se verifica, então, é que os industriais de calçados adaptavam às suas atividades nascentes, velhos galpões que serviam ao comércio, e portanto, situados na região central da ci

52. COSTA, Alfredo Henrique, "Contribuição ao Estudo da História da Indústria do Calçado de Franca: suas Bases Artesanais e o Impacto Tecnológico", p.582.

dade.

Assim, as edificações que abrigam as indústrias neste período não apresentam qualquer característica própria que as diferenciam das demais do comércio, etc. São todos adaptados, e a verificação nos arquivos da Prefeitura dos projetos aprovados desde 1911, comprova este fato. Portanto, temos de um lado um arranjo espacial interno adaptado às condições de produção, e de outro uma localização na malha urbana concentrada no centro.

3.3. A RETOMADA DA INDUSTRIALIZAÇÃO.

A derrocada da experiência realizada com a "Jaguar", primeira tentativa de mecanização da produção de calçados em França teve como lição o esclarecimento de até onde poderiam ir as indústrias do setor, em termos de produtividade, e demonstrando também que a sorte da indústria estava condicionada a "um fator inteiramente estranho a ela e sobre que não tem a mais remota ação: o comércio exterior e a balança de contas internacionais do país" (53). Isto porque o período que vai de 1924 a 1930 é particularmente sombrio para a indústria nacional, que consegue apenas subsistir.

A indústria calçadista, dentro de um segmento industrial considerado intermediário, "caracteriza-se por uma pequena flexibilidade tecnológica e pequeno uso de energia elétrica e, na maior parte dos casos, com reduzida maquinização" (54). Isto a tornava, dentro do panorama da época, uma indústria "relativamente simples, de fácil manejo e inteiramente contida nos equipamentos disponíveis no mercado internacional, com tamanho de planta mínima e volume do investimento inicial inteiramente acessíveis à economia brasileira de então" (55).

Isto colocava a indústria calçadista, logo após a crise de 29, com o deslocamento do centro dinâmico da economia para dentro do próprio país, como uma atividade rentável dentro de um qua

53. PRADO JR. Caio, "História Econômica do Brasil", p. 271.

54. CANO, Wilson, "Raízes da Concentração Industrial em São Paulo", p. 208.

55. MELLO, João Manuel Cardoso de, "O Capitalismo Tardio", p. 103.

dro provocado pela própria crise de 29, de um lado, e "pela defesa do nível de renda de outro, pela política econômica do Estado"⁽⁵⁶⁾. Assim como antes o regime de trabalho livre havia proporcionado a diminuição dos custos de produção na cafeicultura, o salário permitiu o surgimento de uma camada social com poder aquisitivo suficiente para ampliar o mercado de bens de consumo e a própria disponibilidade de mão de obra para a expansão urbana e industrial, a crise de 29 acabou por provocar algo parecido por outros motivos.

De qualquer modo, no caso francano, o que ocorre não é uma volta aos processos tradicionais pura e simplesmente, a industrialização não retrocede, antes há uma estagnação. Pois as pequenas indústrias existentes adotam máquinas. Poucas, e que não cumprem todas as etapas da produção.

Não há o retrocesso ao artesanato, a dependência exclusiva do oficial sapateiro, permanecendo uma certa divisão do trabalho, planejada e sistemática.

O depoimento de João Torres Hais ⁽⁵⁷⁾ é esclarecedor a este respeito: o proprietário da fábrica é quem se encarregava, ele próprio, de fazer determinadas operações à máquina, nas raras máquinas existentes. Aos oficiais e seus ajudantes, competiam as etapas manuais do processo produtivo.

Já nesta época, e a própria "Jaguar" se encarregou de acelerar este processo, a indústria passou a utilizar a mão de obra feminina em grande escala, principalmente nas operações de costura e pesponto. Segundo o relato de Maria Rufino ⁽⁵⁸⁾, que trabalhou na seção de pesponto da "Jaguar", metade da mão de obra era feminina, porém ganhando menos que os homens. }

56. MELLO, João Manuel Cardoso de, "O Capitalismo Tardio", p. 92.

57. João Torres Hais foi ajudante de oficial sapateiro em meados da década de 30, e hoje é industrial. Foi entrevistado em julho de 1986.

58. O depoimento de Maria Rufino (78 anos), em julho de 1986, desmente informa

O pagamento aos oficiais era feito por peças (ou pares) produzidos. Tal pagamento era suficiente para o oficial pagar um ou dois ajudantes. A partir da própria "Jaguar" o pagamento transformou-se, passou a ser feito por hora, na medida em que ocorreu o parcelamento do trabalho e a maquinização aumentou. Na prática, o que ocorreu foi um rebaixamento salarial dos oficiais, que antes trabalhavam por peças (59).

Ou seja, "no modo de produção capitalista, alterados os métodos de trabalho e a produção, pertencem ao capitalista os meios de trabalho e de produção, a força de trabalho e o produto. Está o trabalhador alienado do processo e do produto de seu trabalho e também separado de seus instrumentos de trabalho. Um novo elemento se coloca, estabelecendo com ele uma nova relação: terra capital - trabalho. Desta forma, o próprio espaço se converte no lugar da reprodução das relações de produção. Está perdido o elo de ligação natural entre o homem e o espaço, na medida em que este deixa de ser o lugar de expressão de seu trabalho na relação homem - natureza" (60).

O espaço, então, passa a ser privatizado pelo capital, transformado em instrumento de sua reprodução. Tudo que o homem faz para se apropriar do espaço passa a ser intermediado pelo capital, e o espaço torna-se mercadoria, como também aquela minoria ocupada em estabelecimentos industriais, "formada por operários manufatureiros, isto é, por artesãos assalariados, trabalhando com ferramentas ou máquinas manuais" (61).

Ou melhor, o espaço transformando-se em mercadoria passa a ser lugar de organização das próprias relações do modo de produção, regidas pelo capital que a comanda. O espaço da fábrica

e da cidade passam a ser organizados não mais para o uso coletivo mas para trazer benefícios ao capital, a quem o detêm. Este é portanto um momento fundamental na história urbana, que se traduz no próprio processo de industrialização e da acumulação capitalista.

Portanto, a mudança operada nos processos de trabalho vão se rebater na produção do espaço urbano e industrial, na fábrica e na cidade propriamente ditas.

Conforme adiantamos anteriormente, a indústria calçadista nos seus primórdios, não produziu prédios próprios, específicos para a atividade que desempenhavam. Isto se relaciona também ao fato de que a mudança tecnológica ocorrida foi improvisada, em primeiro lugar. E em segundo, a carência de capitais, aliada às condições específicas de produção não permitiram que a divisão do trabalho se aprofundasse tanto, permanecendo atividades artesanais lado a lado com parcelas maquinizadas do trabalho, gerando a impossibilidade de um "lay-out" adequado de fato à produção seria da.

Melhor dizendo, no mesmo local onde funcionava a sapataria, a pequena fábrica semi-artesanal, a sapataria, instalou-se a indústria. No mesmo local onde havia o comércio, ou até mesmo a residência, era possível instalar-se a nova atividade (62).

A localização das indústrias, excetuados os curtumes, situavam-se quase todas nos quarteirões centrais da cidade, e ao longo do eixo que ligava o centro histórico à estação ferroviária (a rua Voluntários da Franca). Paul Singer define o perfil da cidade brasileira, do qual Franca não é exceção: "cada cidade brasileira tem, geralmente, um centro principal no qual se localizam órgãos da administração pública, a Igreja Matriz, os tribunais, o

59. Conforme relatou-nos, em junho de 1986, o sapateiro aposentado Renato Rufino (82 anos), que trabalhou na "Jaguar".
60. RODRIGUES, Maria Lúcia Estrada, "Produção do Espaço e Expansão Industrial", p. 34.

distrito financeiro, o comércio atacadista, o comércio varejista, etc. O centro principal possui em alto grau todos os serviços urbanos e ao seu redor se localizam zonas residenciais da população mais rica" (63).

Os imóveis localizados nestas regiões passam a ter um "valor" muito acima de um outro nas mesmas condições de infraestrutura e serviços, mas com localização mais afastada daquele centro. Assim, os preços do mercado imobiliário, longe de significarem os custos de produção do espaço mais as taxas de lucro, tendem a ser determinados em função da necessidade e do preço que podem pagar aqueles que necessitam do espaço.

Ao mesmo tempo que isto acarreta uma distribuição desigual da renda da terra, beneficiando quase sempre os mais ricos (HARVEY, 1980), também assume importância com relação à re-localização industrial que será operada no início da década de 50, pois o que fez com que as indústrias se localizassem inicialmente na região central, além dos edifícios existentes, era o acesso à infraestrutura, como energia elétrica, água e transportes. Esta relocação, como dissemos, vai se operar um pouco adiante, na medida em que as atividades industriais se expandem pela cidade.

Antes disso, porém, os irmãos Antonio Lopes de Mello e Miguel Sábio de Mello, de humilde família de origem espanhola, vindos da zona rural, associam-se em 1932 para produzir "sapatões um sapato rústico muito utilizado pela população de menor poder aquisitivo. Antonio era viajante, vendendo os calçados ao longo da estrada de ferro, e Miguel trabalhava em "oficina de calçados". À noite, por conta própria fabricava chinelos e "sapatões".

Uma fonte importante do processo de acumulação capitalis

61. SINGER, Paul, "A Formação da Classe Operária", p. 59

62. Até hoje, este processo permanece: a fábrica surge na edícula, no fundo do quintal. Depois vai ocupando a casa e expulsando a família do proprietário.

63. SINGER, Paul, "O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista", p. 2

ta no Brasil tem origem nos próprios lucros diretos da indústria e do comércio. A análise da experiência de Miguel e Antônio pode ser encaminhada na linha descrita por Caio Prado Jr.: "analisando-se o tipo dos industriais brasileiros, observa-se que boa parte deles é formada de indivíduos de origem modesta que estabelecendo-se com empreendimentos a princípio insignificantes, conseguem graças aos grandes lucros dos momentos de prosperidade e um padrão de vida recalcado para um mínimo do essencial à subsistência, ir acumulando os fundos necessários para ampliarem suas empresas" (64).

No caso da indústria calçadista de Franca, isto assume formas e características bastante importantes, na medida em que boa parte do empresariado local (e isto até hoje) tem origem dentro das próprias fábricas.

Miguel vai aprender a ler somente depois de se tornar industrial. Os pequenos recursos acumulados com o sobretabalho noturno permitem a Miguel associar-se ao irmão Antônio, então um vendedor já razoavelmente bem sucedido economicamente. Com o tino comercial de um, e o faro industrial do outro, com poucas máquinas, chegam a produzir 400 pares diários. O sucesso financeiro foi tamanho que, em 1934, separam-se em duas indústrias, fundamentais para a história calçadista local (65).

Tão fundamental que, após o fracasso da "Jaguar", será Antônio Lopes de Mello o industrial a relançar a produção seriada e maquinizada em sua fábrica. Auxiliado pelo Acordo Comercial Brasil-Alemanha, ele importou um lote de 17 máquinas para sua empresa, das famadas na época "moenus", isto em 1937. A verdade é que "o calçado grosso de Franca, o chamado "sapatão", ainda era feito

64. PRADO JR., Caio, "História Econômica do Brasil", p. 270.

65. A indústria de Miguel será a precursora do poderoso grupo empresarial Sarmello. A de Antônio vai ser a empresa que relança a maquinização em Franca

a prego e quase todo manualmente, já não podia enfrentar a concorrência de preços" (66).

Com a queda das vendas, a saída encontrada foi aumentar a produtividade pela maquinização. Porém, logo o início da guerra na Europa modifica tudo. Lopes de Mello recebe uma proposta da United Shoes (USMC) para substituir o maquinário alemão pelo norte americano, mediante aluguel e a garantia de assistência técnica permanente.

Evidentemente, a proposta teve sua aceitação facilitada pela dificuldade que a guerra impôs à reposição de peças das máquinas alemãs, praticamente impossibilitadas de ocorrer. A inexistência de reposição tornaram-nas inúteis, e foram abandonadas, pois "tomavam espaço vital da fábrica. Eram sucata aproveitada parcialmente, como eixos, colunas ou pedestais para montagem de novas máquinas" (67).

A maquinização, como saída para aumentar a qualidade e produtividade foi sendo seguida pelos outros fabricantes, como o próprio irmão de Antônio, Miguel Sábio de Mello, por João Palermo e outros. A fábrica de Lopes de Mello tornou-se a maior da cidade, produzindo 500 pares por dia, e a partir dela, a United Shoes passou a dominar o mercado de máquinas para calçados. Mesmo porque o maquinário europeu tornara-se inacessível à importação, com o desenrolar da luta na Europa, a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados contra o Eixo, e a posterior destruição do parque industrial alemão e tchecoslovaco, os principais fabricantes de máquinas para calçado na Europa.

Porém, mesmo com a compra das máquinas "Moenus", o "lay out" interno da fábrica foi feito de forma empírica, em cima da

66. COSTA, Alfredo Henrique, "Contribuição ao Estudo da História da Indústria do Calçado de Franca: suas Bases Artesanais e o Impacto Tecnológico", p.584.

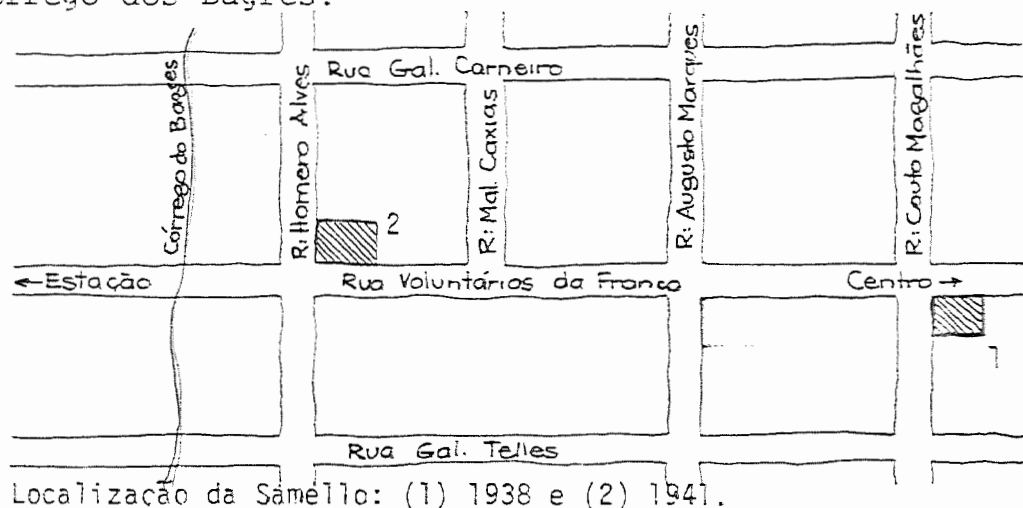
67. A versão existente em citação de jornais de Franca, de que os americanos teriam destruído as máquinas alemãs é contestada pelo sr. Orlando Henrique

experiência que Lopes de Mello já possuía com a fabricação de calçados.

O empresário Wilson de Mello (68), filho de Miguel, ao analisar a questão do espaço da fábrica na época, afirmou que ocorreu uma substancial alteração na circulação interna da Samello com a instalação das máquinas, em 1938. Pois os velhos prédios e galpões revelavam-se precários, e mostraram a impossibilidade de organizar de forma coerente o processo produtivo, na medida em que não havia mais espaço para estocagem das carretas sobre rodas que iam sendo movidas de operação em operação, tamanho o salto produtivo. Os motores, todos elétricos, tiveram que ser suspensos por uma improvisada estrutura de madeira sobre as máquinas, pois não havia espaço previsto para sua colocação.

Daí, afirma Wilson, veio a resolução de construir um novo prédio por decisão de seu pai, decorrente da precariedade das instalações em que se encontravam, na esquina das ruas Voluntários da Franca e Augusto Marques.

Portanto, foi a impossibilidade física de organizar o processo produtivo, de crescimento até, que fez com que resolvessem construir um prédio próprio para suas atividades, em terreno próximo. Na mesma rua Voluntários, esquina com Homero Alves, junto ao córrego dos Bagres.



Localização da Samello: (1) 1938 e (2) 1941.

Ferro, trabalhador da empresa, que garante não ter ocorrido isto, em seu depoimento ao pesquisador, em abril de 1986.

68. Wilson de Mello é o diretor-presidente do grupo Samello, atualmente um dos maiores produtores de calçados de Franca, e foi entrevistado pelo pesquisa

Vai começar então um novo período econômico para a cidade de Franca. A população do município em 1920, que era de 20.997 pessoas, em 1940 salta para 29.638, sendo que a urbana totalizava quase 70% deste total, com 20.568 habitantes. Em 1950, a população do município já vai ascender para 36.176, com 26.629 habitantes na zona urbana, elevando sua participação para 73,6% do total.

Observa-se, portanto, uma "forte tendência para a concentração da população na cidade de Franca, em detrimento das áreas rurais, cuja população permaneceu estacionária durante o período" (69). Ou seja, mesmo antes do surto industrial, a tendência de urbanização se acentuava no município, que se deve, sem sombra de dúvida, de um lado às notáveis melhorias na infra-estrutura urbana, inclusive com tratamento dos esgotos, uma rede escolar razoável, com novas escolas públicas, e de outro devido ao declínio da agricultura, da erradicação de cafezais e ao aumento das oportunidades de empregos urbanos. Tendência que se aceleraria com o incremento da industrialização, notadamente no ramo coureiro-calçadista.

Vai perceber-se, neste instante, um considerável aumento no operariado francano (70), devido ao "aumento de fábricas e indústrias que se vem notando em Franca, desde alguns anos" (71).

É interessante observar que a maioria dos operários ocupam os bairros da Capelinha e Cidade Nova, longe então dos principais locais onde se desenvolviam as atividades industriais. Porém, nas décadas seguintes, o processo de realocação industrial as deslocaria exatamente para onde se situava o operariado.

Assim, em 1941 surge o primeiro prédio industrial feito

para a indústria de calçados. A primazia pertence a Miguel Sábio de Mello (Samello). Em localização estratégica, entre o centro comercial e a estação ferroviária.

Projetado pelo arquiteto italiano Bonaventura Cariola - to, o novo prédio da Samello contava com uma área construída de aproximadamente 300,00 m², com amplo pé-direito, garantindo ventilação melhor e utilização de mezanino. Sua implantação, característica da época, dava-se no alinhamento das duas ruas da esquina em que se encontrava, debruçando-se sobre os transeuntes.

Este projeto, o primeiro aprovado e arquivado na Prefeitura especificamente para abrigar uma indústria de calçados não se difere, porém, das demais edificações do mesmo porte na época. A não ser uma certa preocupação com elementos decorativos geométricos, frisos que entravam em desuso nos grandes centros, nas fachadas para a via pública, não foram considerados pelo arquiteto projetista (um acadêmico), "os fatores que influem sobre o ambiente, como a tipologia do edifício, os materiais de construção, a iluminação, a ventilação, a isolação térmica e acústica, pois as edificações industriais em função de sua concepção estrutural e dos materiais utilizados, influem diretamente nas condições de trabalho, interferindo na climatização, iluminação e sonorização do ambiente" (72).

Ou seja, o projeto arquitetônico não levou em conta as condições específicas de trabalho, e a proteção dos trabalhadores com relação à produção calçadista. Os problemas advindos da ausência de isolação acústica, de fraca iluminação natural adotada, não foram solucionados. E mais: o próprio "lay-out" industrial, exigência da mudança, não foi considerado com a clareza necessá -

ria para sua resolução, como exigia a maquinização.

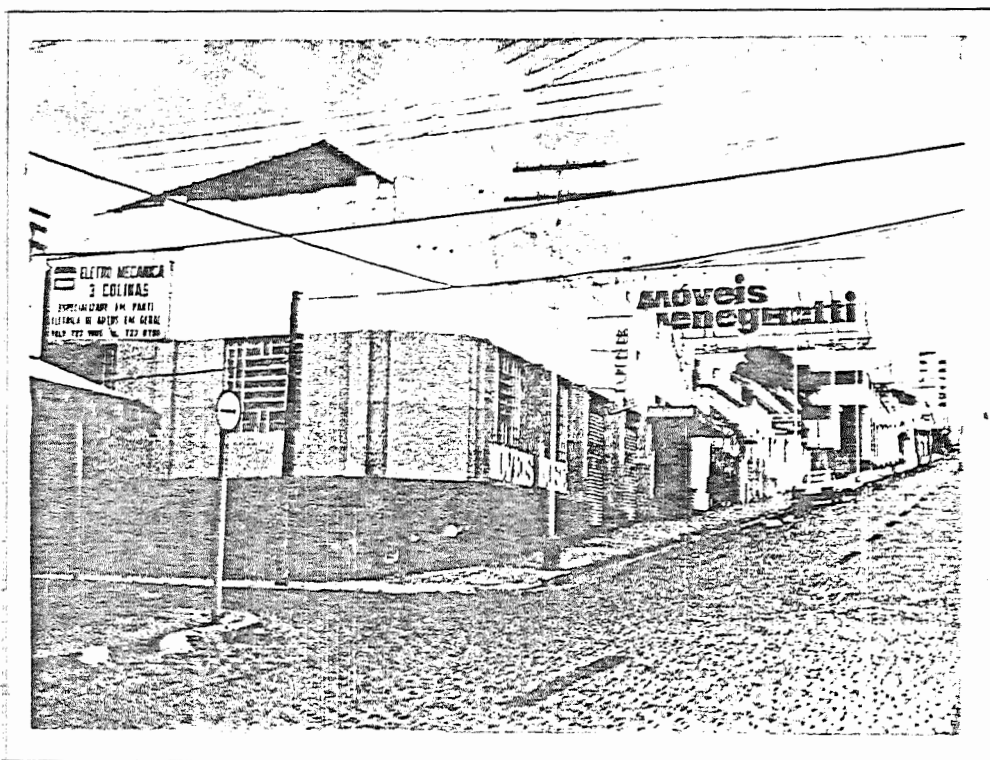
O prédio era novo, mas as adaptações e as improvisações se repetiam como antes, revelando que a arquitetura industrial ainda não acompanhara a modernização do processo produtivo em todo o seu alcance.

Ora, a "leitura" da arquitetura e da cidade pode assumir, como propõe Frederico Holanda ⁽⁷³⁾, tres aspectos: a morfologia física em si, a partir das relações espaciais entre os lugares, como contiguidade, proximidade, a categorização dos espaços, a partir das práticas, a casa, a escola, a fábrica (no nível do urbano) e o quarto, a cozinha (no nível da casa); a partir dos elementos sociais, como o bairro burguês, o bairro operário, o bairro industrial; e por fim, os modos de apropriação do espaço efetivos, muito mais ligados aos aspectos da organização social, dos valores de classe, como por exemplo a diferença na apropriação dos espaços públicos de uma rua, no bairro burguês, no bairro da classe trabalhadora, no bairro industrial.

Neste sentido, a realocização industrial que começa a se operar no início da década de 40, não permite a clarificação da tendência de organização e ordenação do espaço, que se dá a partir do modo de produção capitalista com suas próprias leis, na produção de mercadorias, de mais-valia e do próprio capital.

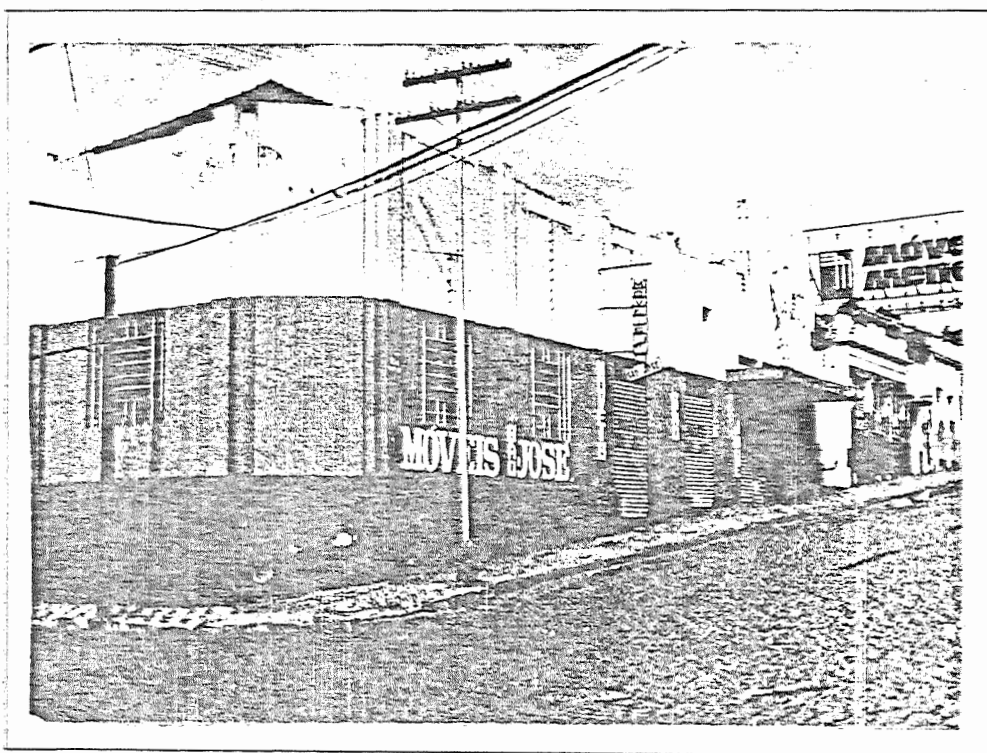
Percebe-se, insinua-se apenas que o urbano passa a ser o lugar da fábrica. A arquitetura não traduz ainda com clareza o momento, em que o trabalhador é obrigado a se localizar estrategicamente para reduzir os custos de sua reprodução, de sua própria existência. O espaço passa a ser ordenado, estruturado e produzido em função da acumulação capitalista, para reduzir os custos e

Mauro Ferreira



Fotos da primeira indústria de calçados a ter o projeto aprovado na Prefeitura. Situado à esquina das ruas Voluntários da Franca e Homero Alves, encontra-se hoje bastante alterado. Projeto do arquiteto Bonaventura Cariolato.

Mauro Ferreira



aumentar lucros da produção. As empresas industriais e comerciais se apropriam do espaço na forma que lhes interessa e que lhes propicia maiores ganhos.

É com esta lógica que a indústria vai passar a ordenar e ocupar o espaço urbano em Franca.

3.4. A ARQUITETURA INDUSTRIAL.

Portanto, é a partir da década de 40 que efetivamente vão surgir construções feitas para abrigar a indústria calçadista. Aos poucos, elas vão se disseminando por toda a malha urbana, exceção feita aos curtumes que se concentraram ao longo do córrego do Cubatão, sem dúvida por causa da abundância de água e facilidade de descarga dos efluentes líquidos decorrentes do processo produtivo.

Porém, se o processo de modernização da indústria calçadista de Franca ficou interrompido com o início da guerra, ela propiciou também um aumento da demanda no mercado interno, favorecendo a capitalização e a poupança, fato que a partir de meados dos anos 40 vão reverter na implementação decisiva da consolidação do parque industrial da cidade.

Este período vai ser caracterizado por "um excepcional incremento na produção de calçados, pela aceleração do ritmo de mecanização e pela conquista de novos mercados, através do lançamento de uma linha de produtos mais variada e moderna" (74).

Resultado da combinação entre diversos fatores, a aceleração do processo de industrialização destaca a substituição de importações, incentivada pelo governo federal, a extinção do virtual monopólio mantido pela United Shoes sobre o aluguel de equipamentos e máquinas industriais, que acabou permitindo o acesso

em termos competitivos a novos equipamentos nacionais e estrangeiros, novas linhas de calçados, diminuindo-se substancialmente o fabrico de "sapatões", passando a modelos mais modernos e atuais para os padrões da moda da época. E também a abertura e aumento dos créditos bancários para o setor, notadamente pela política adotada pelo Banco do Brasil, em que se abriram "contas para capital de giro, contratos de crédito industrial para aquisição de máquinas e construção ou reforma de prédios" (75).

Sob o aspecto da mudança estética dos calçados, é interessante observar que tal somente ocorreu após a ida dos filhos de Miguel Sábio de Mello, Oswaldo e Miguel Filho aos Estados Unidos, onde estudaram gerenciamento e novas técnicas de produção. São eles, e o irmão Wilson que trazem da América do Norte o "mocassim", registrando-o no Brasil.

O "mocassim" é um calçado cuja confecção era totalmente inovadora, na medida em que sua montagem vai se dar de baixo para cima, diferentemente dos moldes tradicionais. O solado é preparado, e nele é pregado parte do corte, e finalmente a parte superior do corte é costurada, sob o nome de pala. A imediata aceitação do novo modelo pelo mercado interno vai traduzir-se num retumbante volume de vendas, que tornaria a Samello a maior produtora francana de calçados masculinos.

É neste contexto desenvolvimentista que a indústria se consolida. Até 1950, todas as indústrias com projetos aprovados pela Prefeitura Municipal nunca ultrapassaram uma área construída superior a 300,00 m².

Como afirmamos anteriormente, sua arquitetura incorria num "alto grau de irracionalidade", devido à inexistência de qual

quer planejamento científico nos moldes tayloristas. Toda a montagem interna, e a própria arquitetura, a organização espacial, é empírica. Nossas entrevistas com empresários e trabalhadores do período confirmam isto. As decisões baseiam-se apenas na experiência pessoal dos envolvidos na decisão, sem qualquer reflexão mais aprofundada do próprio processo produtivo.

O espaço construído é apenas o resultado de uma necessidade física para abrigar do tempo a produção e a armazenagem de matéria-prima e produtos, que não leva em conta os aspectos técnicos, econômicos e fisiológicos do processo de produção. Não leva em conta a linha de produção, a localização, o fluxograma, o próprio processo produtivo e as técnicas de trabalho, o "lay-out", as condições de conforto ambiental, etc.

Os prédios industriais edificadas neste período resumem-se a quatro paredes, ocupando praticamente todo o terreno disponível do lote. Inexistia qualquer preocupação no que se referia às possibilidades de expansão das atividades industriais, por exemplo.

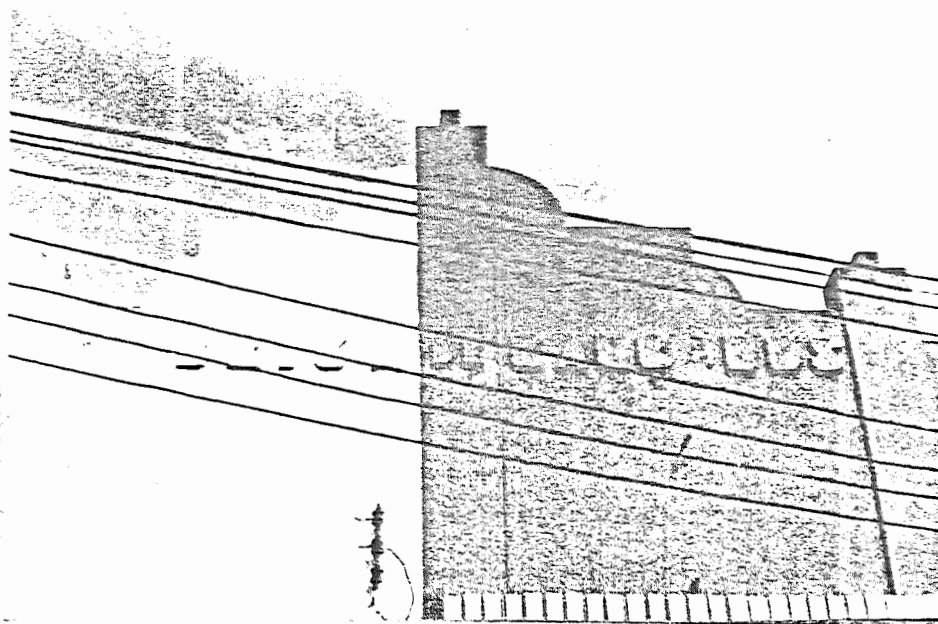
A alvenaria de vedação, a estrutura e a cobertura são impostos pelo custo final da obra, além evidentemente do cálculo e da resistência dos materiais. Pisos e revestimentos também. Os materiais empregados são os disponíveis na região, os tijolos maciços de cerâmico, encontrados nas olarias próximas à cidade de Franca, as telhas também cerâmicas, tipo Marselha, a estrutura de sustentação do telhado sempre em madeira. E raramente se utilizava o concreto armado.

No seu interior, são galpões despojados de qualquer preocupação com o que se produziria ali dentro. Nada tem a ver

Mauro Ferreira



Mauro Ferreira

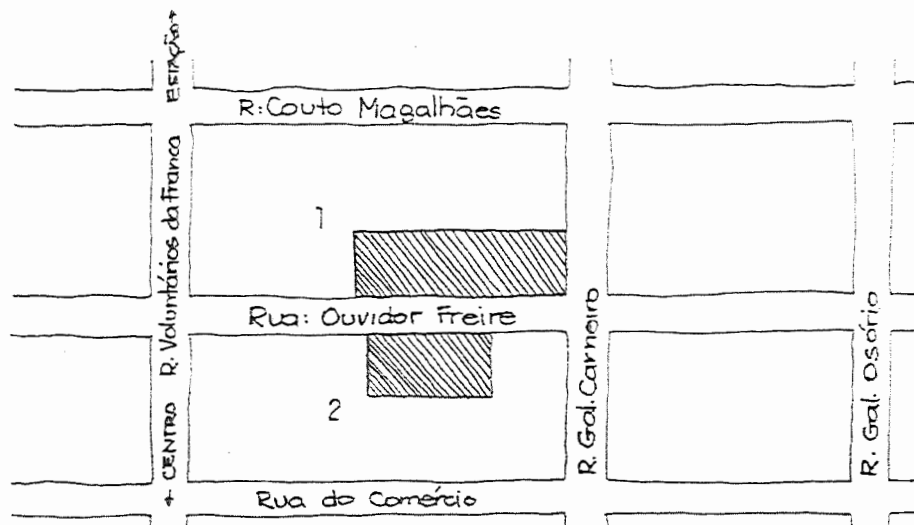


Fotos (1986) da fábrica de calçados Palermo, à rua Ouvidor Freire, centro da cidade. Construída no início da década de 40, está bastante descaracterizada.

este envólucro com o fluxo das operações da produção, com a disposição do maquinário, com a racionalidade da circulação dos insu-
mos e mercadorias dentro da fábrica. Apenas as fachadas que se de-
senvolvem para a rua é que, às vezes, apresentam ornamentação,
despida de qualquer preocupação maior.

Isto pode estar relacionado também à própria formação técnica do pessoal da construção na cidade. Exceção feita ao ar-
quiteto Bonaventura Cariolato, italiano que aportou em Franca nos
anos 20, somente em 1948 um profissional com o título de engenhei-
ro civil vai projetar uma edificação industrial. Mas mesmo esta,
tem sua realização a cargo de um construtor licenciado pelo CREA.
São estes construtores, quase todos descendentes de, ou italianos
mesmo, como Ângelo Migliorini, Nilo Pirro, Júlio Tellini, Alberto
Schiratto e outros, os responsáveis pelas construções das décadas
iniciais do século.

Em 1950, a empresa "Antonio Lopes de Mello & Cia.", a
pioneira na reutilização de máquinas para fabricação de calçados,
em terreno situado à rua Ouvidor Freire, bem no centro da cidade,
e anexo à residência do próprio Lopes de Mello, aprova o projeto
de um edifício de enormes proporções para Franca, com quase
2.000,00 m² de área construída, para abrigar suas atividades.



Localização (1950) da Lopes de Mello (1) e Palermo (2)

O projeto, efetuado pelo engenheiro civil Galileu Fra - teschi, revela-se a maior construção industrial para calçados rea - lizada até então, e é indicador da disposição do empresariado em avançar rumo a novas formas de organização do trabalho, e a uma nova escala de produção.

Ainda assim, sua concepção é a tradicional: ocupação de quase todo o terreno disponível, disposta no alinhamento da via pública, materiais também tradicionais. As exceções ficam para um emprego maior do concreto armado nos pilares, o uso de telhas de fibrocimento na cobertura, e a feitura de uma marquise ao longo de toda a fachada e um pé-direito duplo, que permitiu fazer os es - critórios num pavimento superior e garantiu uma impressão visual de maior imponência ao edifício.

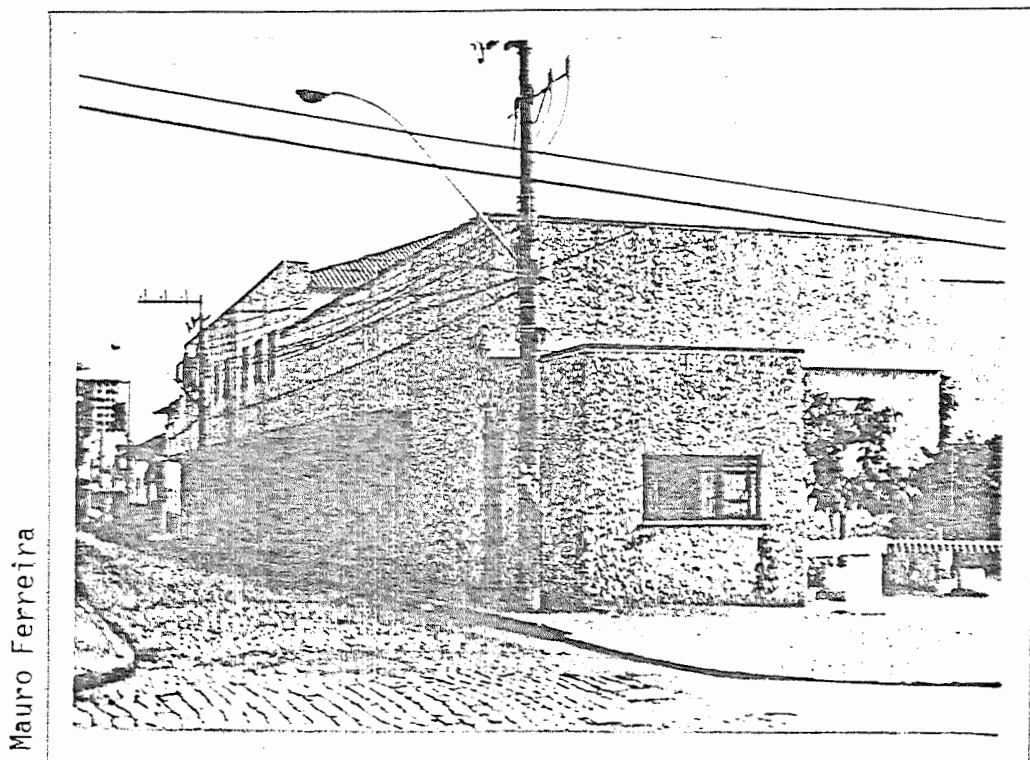
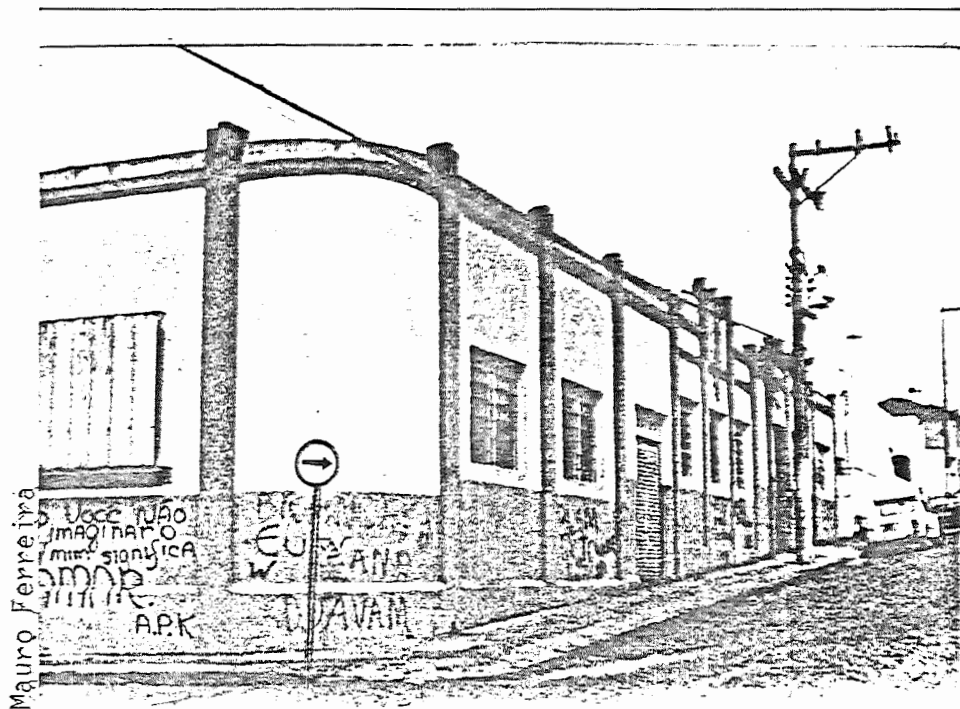


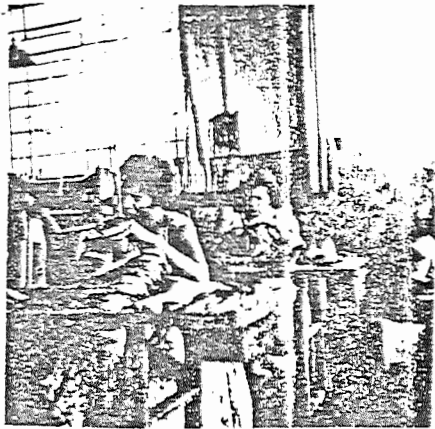
Foto (1988) do prédio da "Lopes de Mello", à rua Ouvidor Frei - re. Está bastante modificada atualmente, com relação ao proje - to original.



Fábrica de calçados à esquina das ruas Tiradentes e Ouveidor Freire. Início da década de 50.



Museu Histórico de Franca, arquivo



Fatos do interior da "Lopes de Mello" (1956), mostrando a maquinização do processo produtivo.

A partir daí, com o aumento da complexidade e das dimensões das indústrias, a mecanização torna-se necessidade imperiosa, e a forma da produção na fábrica retira totalmente do trabalhador direto sua capacidade de pensar, independentemente da sua habilidade manual, e separa de forma abrupta e radical o planejamento do fazer, o trabalho intelectual do manual.

As indústrias em que o proprietário trabalhava lado a lado com os assalariados, em que era escamoteada a submissão do trabalhador ao capital, desaparecem rapidamente, pois a utilização em grande escala das máquinas ampliam a alienação do trabalhador do produto do seu trabalho, e as dimensões novas da produção e da produtividade fazem surgir a "organização científica do trabalho".

O reflexo desta vai surgir através do impacto formidável que causaria a nova fábrica da Samello, logo em seguida à "Lopes de Mello", em 1954. O projeto apresentado para aprovação na Prefeitura da indústria tinha quase 5.000,00 m² de área edificada, sob a responsabilidade do recém-formado engenheiro civil Maurício Costa França.

Desta vez, a Samello já possui uma visão empresarial diferente de seus concorrentes locais, em virtude dos conhecimentos adquiridos pelos seus dirigentes industriais nos Estados Unidos, uma visão que privilegiaria a "organização científica do trabalho" segundo os preceitos tayloristas.

Eles organizaram um concurso fechado de projetos, que contou com a participação de três equipes de arquitetos, os paulistas Rubens Corsi e João Pimon, e Carlos Gonzales Lack em conjunto com o engenheiro francano Maurício Costa França. O arquiteto Carlos Lack, boliviano, também era recém-formado, e havia sido alu

no de Anhaia e Artigas na FAU USP (76).

O terreno de propriedade da empresa, onde seria construído o prédio, tinha sua frente principal para a rua General Osório, confrontando de um lado com a rua Coronel Tamarindo, e do outro com o córrego dos Bagres. Não houve qualquer preocupação de ordem técnica na escolha do local: "a decisão sobre a localização de empresa era uma questão de responsabilidade pessoal do proprietário industrial" (77).

A determinante principal foi, sem dúvida, a propriedade do terreno pela empresa já há algum tempo, uma pequena chácara nos limites urbanos da Franca de então, mas situada em região central, de fácil acesso e que permitia as ampliações que se tornassem necessárias à expansão da empresa. O fato de a área ser alagadiça, sujeita a enchentes, deve ter reduzido o custo da gleba quando de sua compra, com certeza (78).

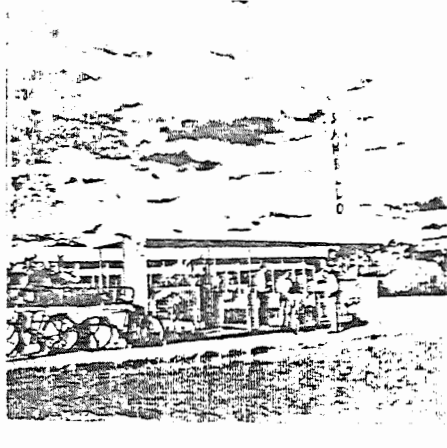
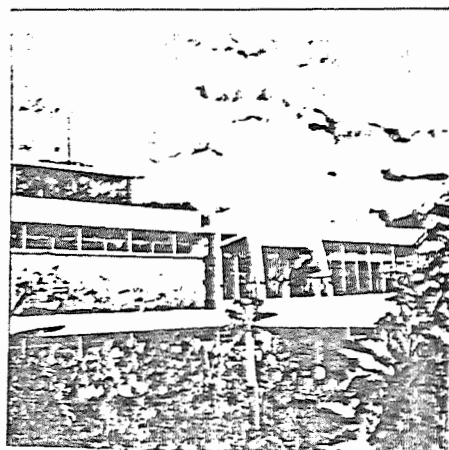
O concurso de projetos de arquitetura das novas instalações industriais da Samello tiveram como exigência, com relação ao espaço interno, a estrita obediência às imposições da United Shoes USMC, que desenvolveu um rigoroso "lay-out" para suas máquinas e equipamentos, o qual os projetistas foram obrigados a aceitar dentro de suas propostas, tanto no partido quanto na solução estrutural. Segundo Wilson de Mello, que coordenou o processo de escolha do projeto, o "lay-out" visava a "racionalização do trabalho e sua melhor organização".

Maurício Costa França e Carlos Gonzales Lack sagraram-se ganhadores do concurso, e a concepção do projeto vencedor contém diversos dos preceitos racionalistas, de Le Corbusier e da arquitetura moderna brasileira, uma série de conceitos que estavam em evi

76. O arquiteto Carlos G. Lack retornou a Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, onde desenvolveu dezenas de projetos em arquitetura e planejamento urbano.

77. BARBOSA, Ruy, "Como Iniciar uma Fábrica de Calçados", p. 22.

78. O alagamento das instalações industriais da Samello, em duas oportunidades,

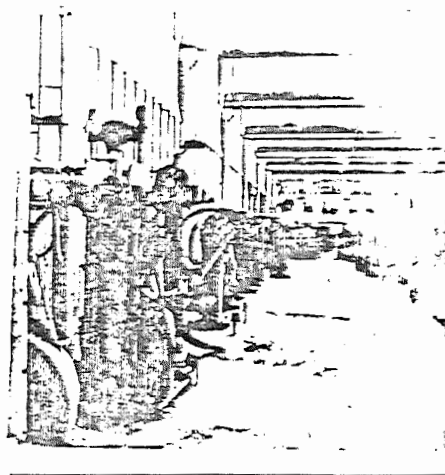
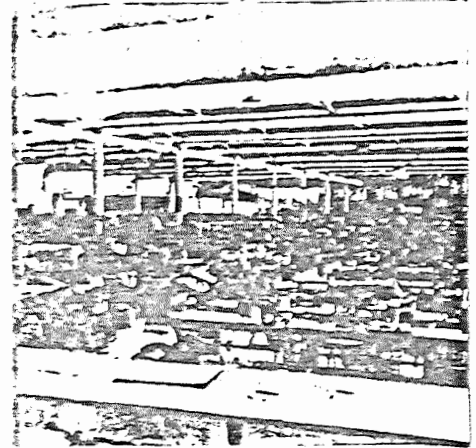
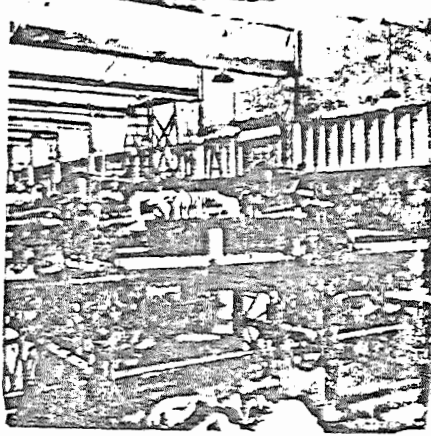


Fotos da fachada principal da Samello (1956), logo após a inauguração.

dência no plano cultural do país, e no centro das discussões sobre arquitetura.

Estas idéias estão expressas num ideário que envolve os pontos que Le Corbusier havia desenvolvido para uma arquitetura nova: o pilotis, o pano de vidro, o "brise-soleil", plantas e fachadas livres.

O desenvolvimento do projeto por França e Lack acabou por determinar um grande edifício monobloco, que tira partido do



O "lay-out" do maquinário da USMC buscava a racionalização do processo produtivo. Interior da Samello.

declive natural do terreno com relação à cota da rua General Osório, entrada principal do prédio, para criar dois pisos, com os escritórios no nível da rua, e embaixo, a produção, almoxarifado e a expedição. No setor da produção, grandes vãos foram obtidos, com os pilares em concreto armado e a cobertura em "sheds", através de treliças de madeira, que propiciaram excelente iluminação ao piso do setor, e sustentam as telhas de fibro-cimento.

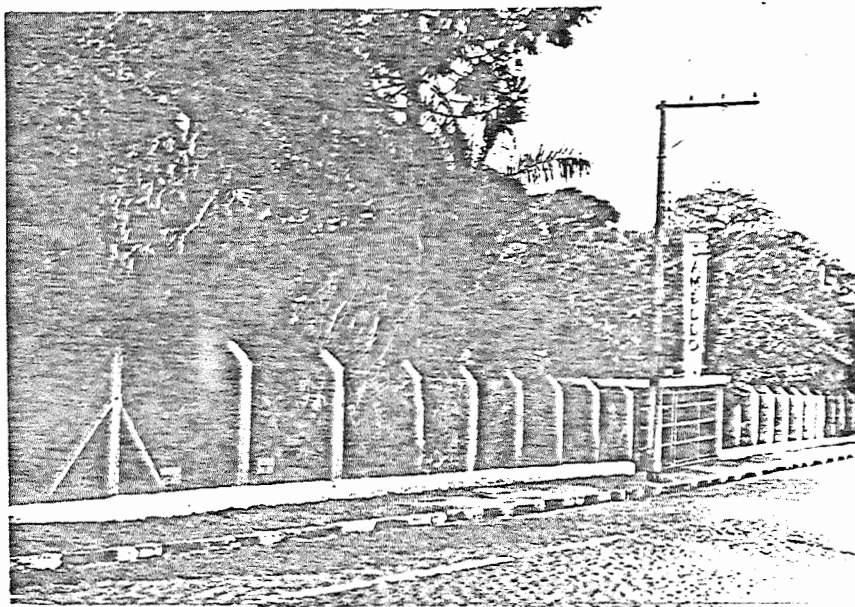
A fachada voltada para o poente, também no setor da produção, onde a incidência do sol é bastante forte, recebeu uma série de "brises" verticais metálicos, reguláveis internamente, e pela primeira vez utilizados em Franca. Há uma inovação: o uso de um grande painel envidraçado, em toda a extensão do corpo administrativo do prédio, voltado diretamente para o setor de produção, integrando-os visualmente. Este painel envidraçado tem uma explicação conflitante, mas que interessa na medida em que ambos, o proprietário Wilson de Mello, e o projetista Maurício Costa França, fizeram referência a ele como inovador.

Versões conflitantes com relação aos seus objetivos: o projetista de que o objetivo principal era fiscalizar os operários, controlar o processo produtivo obtendo total domínio do ambiente, além do fato de que os escritórios ficavam num nível bem acima da produção. Uma forma espacial que realçasse e mantivesse a coerção e impusesse controle ao trabalho coletivo. Já o empresário, encarregado de decidir tudo com relação à construção, garantiu que seu objetivo era mostrar ao operário que também ele trabalhava em conjunto, numa grande equipe, desde as 7,00 horas da manhã.

A fachada recebeu tijolos aparentes de cerâmica, laminados, com juntas de amarração, e a estrutura de concreto foi deixada à vista. Todo o prédio foi envolvido por um grande jardim tropical, e intensa arborização, principalmente na fachada principal, onde uma passarela elevada marca o acesso.

Suas linhas retílineas, e a busca de uma certa monumentalidade, o despojamento de ornamentos, fizeram do edifício uma referência marcante na paisagem urbana de Franca, então uma bucólica e pacata cidade.

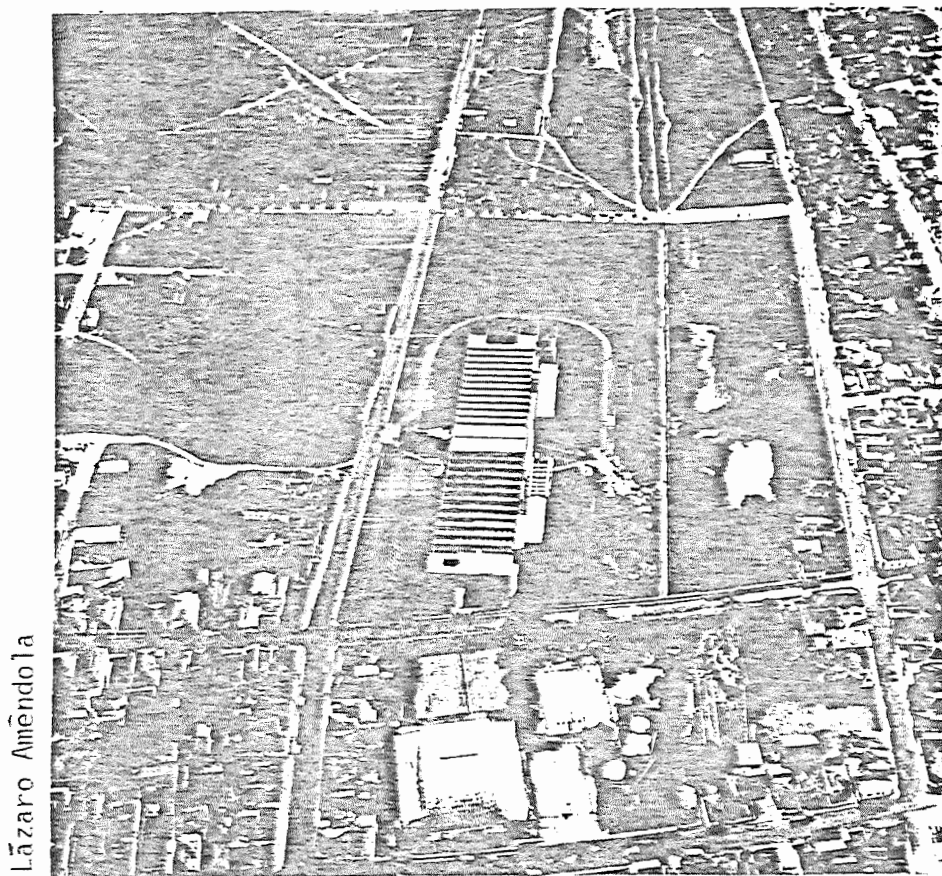
Fachada principal da Samello hoje, totalmente encoberta pela vegetação.



Mauro Ferreira

Fachada lateral da Samello hoje, com os brises verticais.

A solução arquitetônica da Samello, desta maneira, está apoiada "num sentimento de ordem e equilíbrio", coerente com o espírito plástico da arquitetura moderna brasileira, "de uma clareza perfeita, compreensível à primeira vista. Sua inspiração geométrica na base de figuras simples é sensível tanto no tratamento



Vista aérea da Samello (1975), onde se percebe a ampliação realizada naquele ano, que dobrou sua área construída.

dos volumes e das massas quanto no das superfícies" (79).

Era portanto uma arquitetura racionalista, que buscava soluções espaciais que justificariam sua "funcionalidade". Ora, o taylorismo, nos termos propostos por Vargas, "estava orientado para a criação de um novo tipo de trabalhador que se submetesse às exigências da disciplina fabril necessária para intensificar o ritmo de trabalho" (80), pressupondo o surgimento da programação do trabalho "por uma gerência técnico-científica" (81).

Na gestão da produção, a "gerência científica" procurava estabelecer objetivamente os tempos de produção, os métodos

79. BRUAND, Yves, "Arquitetura Contemporânea no Brasil", p. 377.

80. VARGAS, Nilton, "Gênese e Difusão do Taylorismo no Brasil", p. 156.

81. idem, p. 159.

de trabalho e os salários, promovendo uma intermediação com "base científica", entre o capital e o trabalho.

O objetivo econômico desta "gerência científica" é permitir a imposição de padrões que intensifiquem o trabalho, nos tempos, movimentos e métodos de trabalho. Para isto, "a arquitetura nacional também é reformulada. São introduzidos os conceitos do "racionalismo" (e do funcionalismo) arquitetônico moldados na década de vinte nos Estados Unidos e Europa" (81). Este movimento propunha a "eliminação das formas decorativas externas, típicas do artesanato, e a subordinação da estética à produção racionalizada --- a forma só teria sentido enquanto função decorrente das necessidades do processo produtivo" (82).

Desta forma, o racionalismo foi proposto como movimento normalizador que traria ordem não apenas aos critérios de projetar, mas ao conjunto da sociedade, em especial aquele aspecto que mais sofrera com a industrialização --- a cidade.

Suas postulações teóricas estão baseadas na analogia entre a máquina e a arquitetura. Assim, aquelas características atribuídas à máquina, "tais como a economia e inter-relacionamento de componentes, coerência entre tecnologia e forma final, democratização da produção, simplificação e racionalização dos processos produtivos, foram reinterpretados, em arquitetura, em termos de ausência de ornamentos, plantas livres" (83).

A Samello, ao escolher o projeto de arquitetura de suas novas instalações industriais, somente poderia acolher justamente aquele projeto que mais se afinava com os conceitos racionalistas, pois ao mesmo tempo, as relações internas de trabalho são alteradas com a introdução de princípios tayloristas na fábrica,

81.VARGAS, Nilton, "Gênese e Difusão do Taylorismo no Brasil", p.159

82.idem, p. 170.

83.FICHER, Sylvia, e ACAYABA, Marlene Milan, "Arquitetura Moderna Brasileira", p. 113.

com a criação de uma nova estrutura administrativa, e sua transformação numa empresa de sociedade anônima, "Calçados Samello S.A.", passo decisivo para sua reformulação administrativa (84).

Assim, a dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores, a separação da concepção e execução e a utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução, caracteriza-se como "controle do trabalho (pelo capital) através do controle das decisões que são tomadas no curso do trabalho" (85), e reflete-se de forma direta e poderosa na produção do espaço construído a partir da própria concepção da arquitetura industrial.

Podemos considerar, portanto, que o novo prédio da Samello, as transformações decorrentes disto, ocorridas na gestão e na produção de calçados servem como divisor entre um período e outro na transformação física mesmo da cidade, pois coloca-se no centro do verdadeiro surto de crescimento industrial que se dá no período de 1950 - 1955. Depois de 1950, a indústria francana obteve uma extraordinária elevação em sua produção, com uma taxa média da ordem de 3,2% ao ano, até 1960.

Em 1950, o valor da produção no ramo calçadista em Franca já representava 48,7% do total da produção industrial, seguida pela de couros e peles com 17,8%. Em 1960, a atividade calçadista já respondia por 52,7 % do valor de produção, e em 1965 ascendia a um total de 61,2%, seguida pela emergente indústria de artefatos de borracha (saltos e solados), com 13,2% e o ramo de couros e peles se posicionava em terceiro, com 7,8%.

De 1950 a 1960, registram-se a aprovação e a construção de dezenas de novas edificações industriais calçadistas, dissemina

84. Em janeiro de 1954, no canteiro de obras, a empresa reuniu seus trabalhadores num churrasco dominical e entregou 135 ações, no valor de 1.000 cruzeiros a 16 operários mais categorizados e antigos da fábrica. A manchete de "O Comércio da Franca", de 28 de janeiro de 1954 é eloquente: "Miguel Sábio

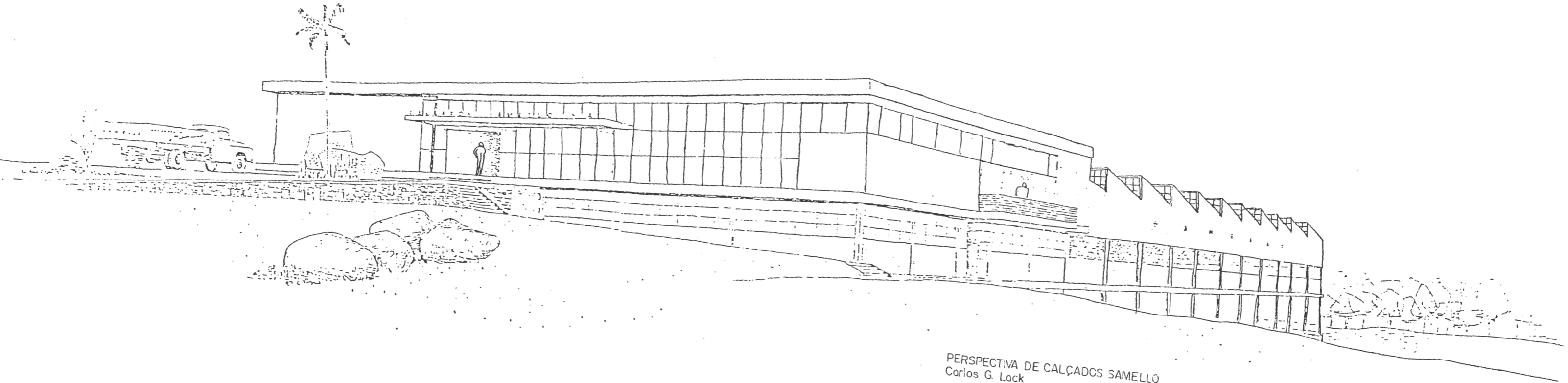
MUNICIPIO DE FRANCA

Quadro de Áreas Licenciadas para Construção
1941 - 1960

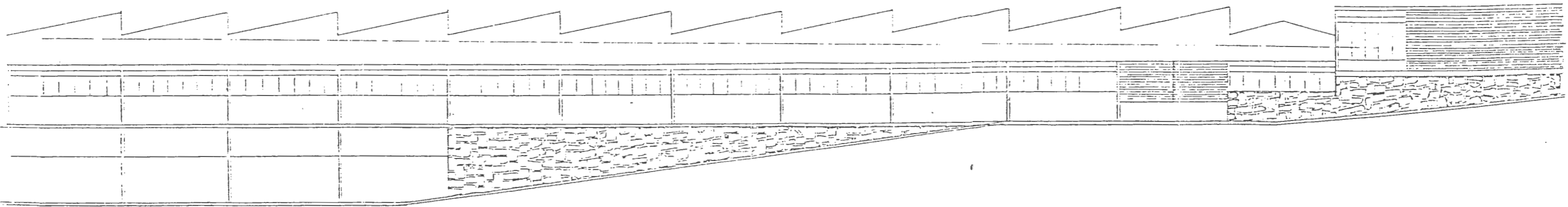
ANO	COUROS E PELES (CURTUMES)	CALÇADOS	TOTAL
1941	646,00 m2	325,00 m2	971,00 m2
1942			
1943	562,00	89,00	651,00
1944		307,00	307,00
1945			
1946	1.274,00	433,00	1.707,00
1947		227,00	227,00
1948		650,00	650,00
1949		162,00	162,00
1950		1.877,00	1.877,00
1951	265,00		265,00
1952	951,00		951,00
1953	280,00		280,00
1954		56,00	56,00
1955	201,00	4.831,00	5.032,00
1956		960,00	960,00
1957			
1958	109,00	3.919,00	4.028,00
1959	610,00	78,00	688,00
1960			

Fonte: Cadastro Físico da Prefeitura Municipal de Franca.

das pela malha urbana, e algumas delas de grande porte para os padrões locais, como a "Nelson Palermo" (2.090,00 m2 de área edificada), "Irmãos Bombicino" (1.211,00 m2), "Torres & Penedo" (960,00 m2) dando início à ocupação mais intensa da região da Vila Aparecida, hoje o polo urbano mais ativo da indústria calçadista.



PERSPECTIVA DE CALÇADOS SAMELLO
Carlos G. Lock



CALÇADOS SAMELLO
fachada lateral

MUNICÍPIO DE FRANCA

Evolução do Número de Estabelecimentos, Valor da Produção e Número de Pessoas Ocupadas no Setor Industrial (1950-1965).

Ano	Estabelecimentos Existentes	nº de Pessoas Ocupadas	Valor da Produção Ind. (NCr\$)	
			Preços Correntes	Deflacionado ¹
1950	171	2.015	157.993	232.343
1960	224	2.985	1.443.902	319.447
1965	285	5.327	35.168.362	694.341

(1) a preços de 1953

Fonte: IBGE

3.5. EXPANSÃO INDUSTRIAL E ESPAÇO URBANO.

A partir de 1960, a concentração do crescimento industrial na região da Alta Mogiana nas cidades de Ribeirão Preto e Franca se acentuaram de maneira extraordinária. De 1960 a 1965, "o crescimento médio anual foi da ordem de 16,8%, ou seja, duas vezes superior ao incremento da produção do Estado de São Paulo" (86).

A participação neste contexto econômico da indústria de calçados francana, que passa a significar mais de 60% do valor total da produção, e o incremento excepcional da produção de saltos, solados e outros artefatos de borracha devido à sua crescente utilização tornam, de forma irretocável, a sustentação econômica do município dependente destes três principais ramos, calçadista, coureiro e borracha. Os três juntos passam a somar 82,2% do total da produção industrial francana.

Ao mesmo tempo, há uma especialização da produção em modelos masculinos, ou de uso comum a ambos os sexos, fenômeno inverso ao que ocorre em Novo Hamburgo (RS), que dedica-se aos calçados femininos em grande escala (87).

O governo federal, atento à expansão industrial no período, através do decreto nº 53.586, de 21 de fevereiro de 1964, é levado a criar o GEICAL - Grupo Executivo de Calçados, para estabelecer uma política de estímulos ao desenvolvimento do setor.

O golpe militar de abril acelera a política de incenti -

86. DIAGNÓSTICO, "Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado", p.73.
87. A explicação corrente para este fato é de que a especialização está ligada aos padrões de treinamento da mão de obra.

vos aos produtos manufaturados brasileiros, e em julho deste mes -
mo ano, a instrução nº 278 da SUMOC tem como objetivo promover a
exportação de manufaturados. E com as mesmas intenções, é editada
a lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

No início de 1965, a lei nº 4.622, de 3 de maio, isenta
de impostos de importação equipamentos destinados à instalação ou
expansão de fábricas de máquinas para calçados e curtumes. Mais
para o final de 1965, em 11 de novembro, o decreto federal nº
57.028 isenta de impostos as máquinas importadas, e reduz o Impos
to de Renda das empresas exportadoras.

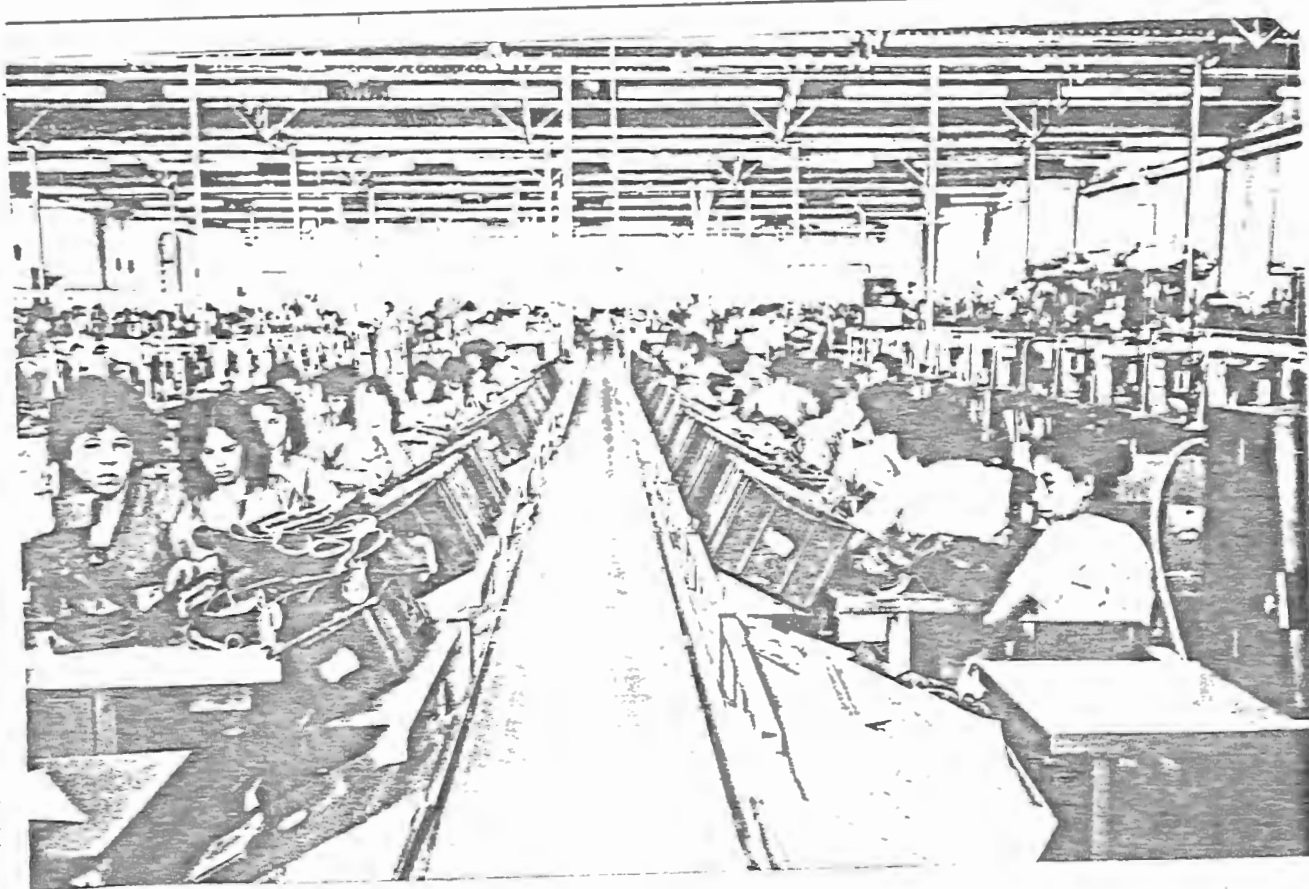
Já por volta de 1960, "o setor de calçados no Brasil co
meça a apresentar os primeiros sinais de vitalidade tecnológica "
(88). Para Hêlio Nogueira da Cruz, "este surto de modernização
do setor de calçados deve ser entendido em sua origem como um fe
nômeno endôgeno ao setor de calçados do Brasil, ou seja, dependeu
de forças originadas dentro do país" (89).

Mas foi a aceleração brutal das exportações de calçados
em função da política de incentivos implementada pelo governo bra
sileiro, isentando as indústrias de impostos como o ICM, o IPI, o
Imposto de Renda, que chegou a representar em determinado momento
2,83 de proteção efetiva aos produtos manufaturados, que deu de
fato o impulso decisivo à modernização da indústria de calçados
brasileira.

Em 1965, "a introdução da primeira transportadora na in
dústria brasileira de calçados apareceu como resposta não só para
o problema do método de transporte de materiais como para melho -
rar o "lay-out" da fábrica. A primeira transportadora foi encomen
dada pela Samello a uma empresa especializada em transportes in -

88. CRUZ, Hêlio Nogueira da, "Alternativas e Difusão Tecnológicas: o Caso do
Setor de Calçados no Brasil", p. 36.

89. idem, p. 37.



A esteira: intensificação do trabalho e desqualificação do operário.

dustriais, e revela o esforço de adaptação que foi requerido para a produção de uma esteira para as condições de uma fábrica de calçados" (90).

Note-se que este equipamento já era utilizado nos Estados Unidos, no ramo calçadista, desde a década de 30. Mas foi a exportação que acelerou de vez a modernização do processo produtivo nas indústrias calçadistas de Franca, na medida em que o mercado internacional exige, além de uma qualidade maior do produto, a "standartização" deste produto, e ainda, um volume de produção bastante mais elevado que a demanda do mercado interno. Além disso, o equipamento mecanizado também pode ser utilizado no próprio

mercado interno, pois as características básicas da produção não se alteram.

A esteira, experimento empírico do fordismo no início do século, vai eliminar a interrupção das atividades do trabalhador por falta de materiais ou outro motivo qualquer, "ou seja, o tempo normal de trabalho está repleto de "poros" por onde flui a capacidade de realizar trabalho útil. Taylor, em um de seus princípios, já enfatizava o importante papel que desempenhava o planejamento prévio da " tarefa" para evitar estes desperdícios. No entanto, o novo modo de organização idealizado por Ford incorporou com vantagens este preceito, porquanto a própria máquina assumia papel antes delegado ao corpo de planejamento fabril. As peças deslocavam-se automática e ininterruptamente, suprimindo o trabalho de todos os homens da produção, sem esperas nem paradas. Ao operário só lhe restava seguir essa cadência, fixo no seu posto de trabalho, e alimentado continuamente de novos materiais que sofreriam a ação de seus membros. Para fazer frente a este ritmo produtivo era impelido a mecanizar os seus movimentos. A linha de montagem tornava-se assim, notável instrumento de intensificação do trabalho" (91).

Portanto, com a utilização da linha de montagem, o resultado obtido foi a intensificação do trabalho e a desqualificação da mão de obra operária. Para o capitalista, isto se revestia de grande importância, "pois diminuía a depreciação dos equipamentos por obsolescência, e aumentava a possibilidade de utilização mais intensa de seus equipamentos, instrumentos e instalações" (92).

Se "a distribuição dos instrumentos de trabalho, dos objetos e até mesmo dos próprios trabalhadores, em casos especiais, impõe determinada distribuição do produto" (93), fica claro que a

91.FLEURY, Afonso, e VARGAS, Nilton, "Organização do Trabalho", p. 26.

92. idem, p. 27.

93.MARICATO, Ermínia, "A Questão da Ideologia na Arquitetura e nos Objetos de Consumo", p. 57.

adoção da esteira, e a modernização tecnológica advinda, tem como motor a exportação em grande escala que se inicia. É um momento preciso, portanto, que estimula a modernização tecnológica que se reproduz no quadro de áreas licenciadas de construções industriais, onde se denota um notável incremento na produção de prédios para a indústria calçadista com novas características.

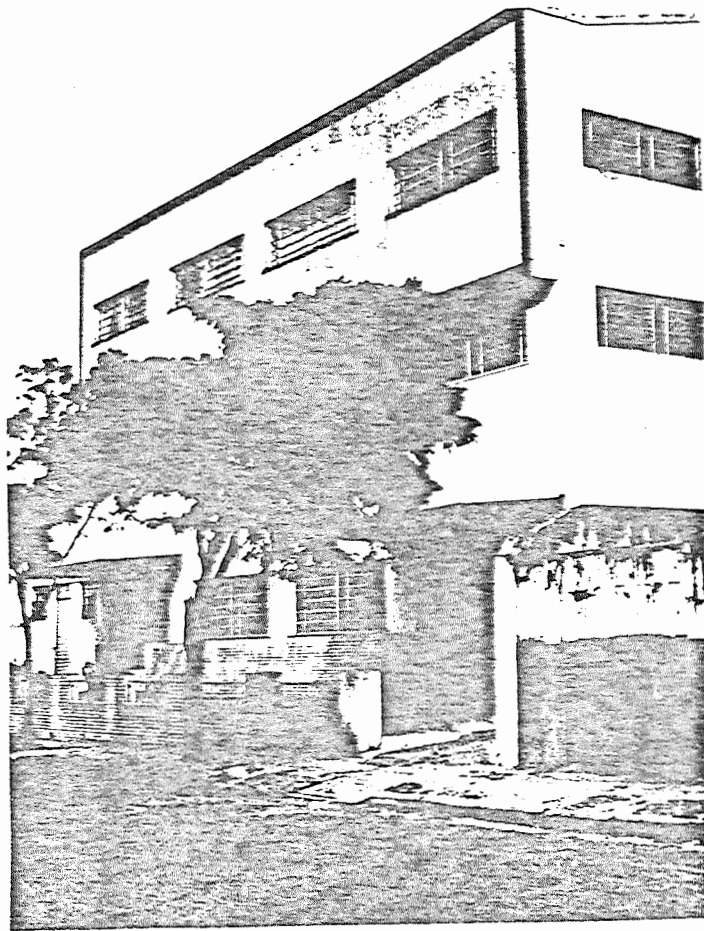
As mudanças tecnológicas, em especial o transporte mecanizado, introduziram alterações também na construção, no sentido de que se tornavam necessários vãos maiores, evitando pilares e obstáculos que atrapalhariam a introdução de esteiras e outras modificações no "lay-out" do edifício.

A partir daí é que se dá a crescente utilização das coberturas em estrutura metálica, grandes arcos ou "sheds" elaborados fora do canteiro, e montados na obra. A flexibilidade do espaço interno aumentou com este tipo de solução, e acelerou o prazo de execução das obras, o que contribui para reduzir sensivelmente os seus custos. O que reafirma a validade dos escritos de Sérgio Ferro, ao afirmar que a construção, como parte do capital fixo industrial, como o são os galpões e depósitos calçadistas, devem ter um baixo valor unitário, comparado ao maquinário, por exemplo.

E estas construções, por serem pensadas desta forma, excluem de sua aparência formal a "representação ostentatória", o "imaginário arquitetônico" a que se refere Ferro, não compreendendo estes invólucros industriais a preocupação com "os componentes da plástica, com equilíbrio e harmonia das massas, volumes, texturas, cores, tensões" (94), ou mesmo relações espaciais com o entorno.

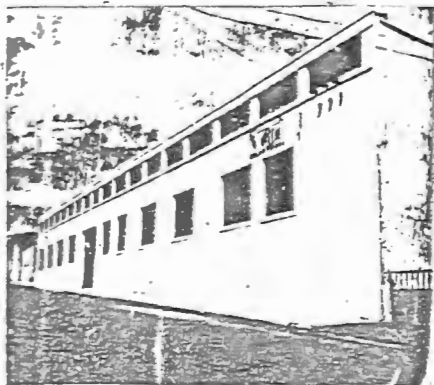
Para Edgar Graeff, "na fábrica, edifício de finalidade

Mauro Ferreira



Calçados Bombicino: projeto do arquiteto Luiz do Couto Rosa, em 1958. Grandes edificações calçadistas começam a se impor na paisagem urbana de Franca

fundamentalmente econômica, as exigências de natureza prático utilitária atuam com tal rigor que restam poucas oportunidades para a manifestação das preocupações artísticas do arquiteto. Nela reinam soberanos os chamados planos de conveniência. Qualquer pequeno desajuste na estrutura orgânica do prédio e na distribuição do equipamento ou nas redes de instalações repercute direta ou indiretamente sobre o plano da produção. E em face da natureza do programa, tal deficiência não pode ser compensada ou justificada com a realização de um valor artístico" (95).



Calçados Peixe: novas instalações, sob o comando de Hercílio de Ávellar, um dos pioneiros da malfadada aventura da fábrica de calçados "Jaquar".

Ainda que se possa discutir a preocupação com as manifestações artísticas "dos" arquitetos, como sublinha Sérgio Ferro, parece inegável, no caso de Franca, que os prédios industriais, com as exceções que confirmam a regra, são apenas invólucros da produção.

A esmagadora maioria das indústrias de calçados de Franca são definidas pelo grande arco metálico, a estrutura independente em concreto, e as quatro paredes externas feitas com o material mais econômico de vedação no instante de sua feitura: o bloco de concreto, ou o tijolo cerâmico de 8 furos, ou o tijolo cerâmico maciço, encontrado nas olarias da região. No início, deixado aparente, e depois revestido com argamassa de cal e areia.

Assim, conforme as condições econômicas propiciavam, o edifício recebia melhoramentos também na aparência, como jardins, pintura diferenciada. Na verdade, o fato é que dezenas de indústrias de calçados, hoje até de porte médio, tiveram seu início na própria moradia do industrial.

Pois "as indústrias se iniciam pequeninas, em um modes-

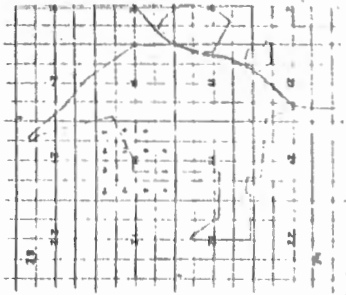
to cômodo, evoluem, ampliam-se, tomando conta do fundo todo do quintal, para depois abarcar o corredor lateral da casa e conviver lado a lado com a família do dono. No mesmo local onde a dona da casa prepara o almoço, passam as carretas com calçados ou várias pessoas colam ou costuram vaquetas. Os quartos e salas dividem suas funções com o almoxarifado e com os depósitos de produtos acabados, havendo total interpenetração entre fábrica e casa. Chega a hora em que a família é expulsa pela fábrica. Deste modo a fábrica passa a ocupar quase todo o lote urbano, que em Franca mede em geral 250,00 m² (10 metros de frente por 25 metros de fundo)" (96).

A veracidade da descrição de Antonio Vasques pode ser atestada hoje, em diversos locais da cidade, como demonstram as fotos nas páginas seguintes.

A expansão industrial, que se faz primeiro sobre a própria habitação do pequeno industrial, depois passa a agir sobre as residências de moradores de renda mais baixa, expulsos paulatinamente pela possibilidade de "um bom negócio" com as empresas de seus antigos vizinhos, premidos pela necessidade de área para poderem ampliar sua produção.

Parece-nos, portanto, no caso da indústria calçadista, que a sua localização vinculou-se fortemente à redução nos custos de implantação inicial, antes de qualquer outra coisa.

Assim, a forma de malha reticulada assumida pelo tecido urbano demonstra que a indústria não interferiu nos padrões de urbanização no período de decolagem da industrialização. Pode-se observar na estrutura urbana mais antiga, as suas sucessivas pulsações, " ora prolongando as ruas do traçado original, ora agregando novas malhas onde as ruas são defletidas, conservando a continuidade



CONVENÇÕES

INDÚSTRIA

-  1 AS UNIDADES POR QUADRA
-  3 AS UNIDADES POR QUADRA
-  MAIS DE 3 UNIDADES POR QUADRA

SITUAÇÃO A CIDADE

FOLHA 18

USO DO SOLO (INDÚSTRIA)

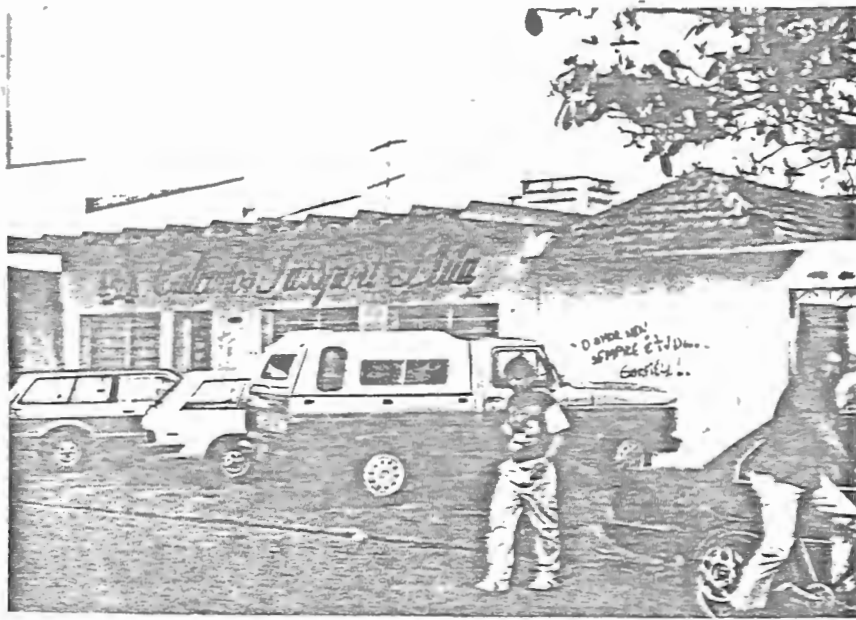
ESCALA 1 : 100 000



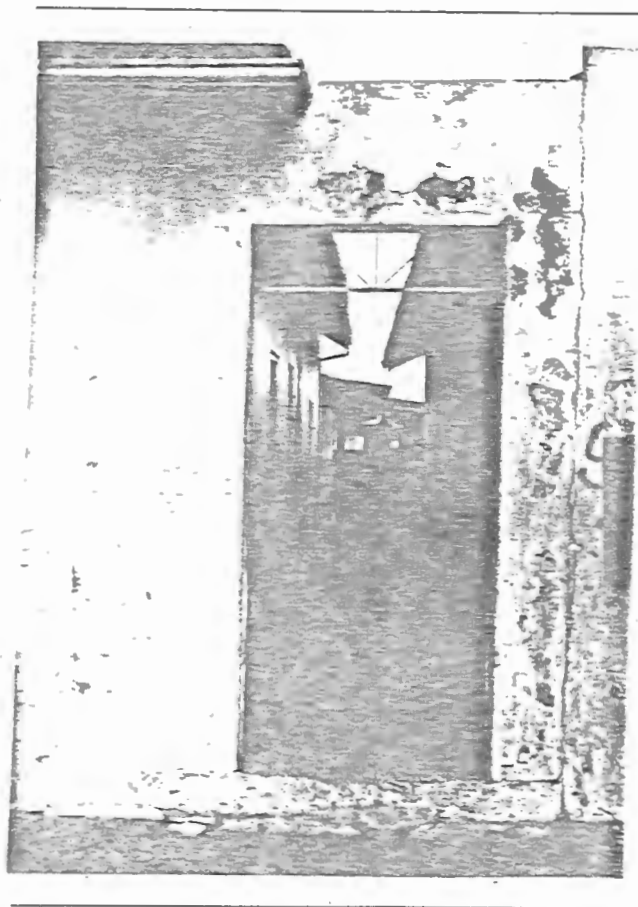
DATA - 8 - 1 - 1956
 FONTES DE INFORMAÇÕES -
 P.M. DE FRANCA - SEÇÃO CADASTRO

000

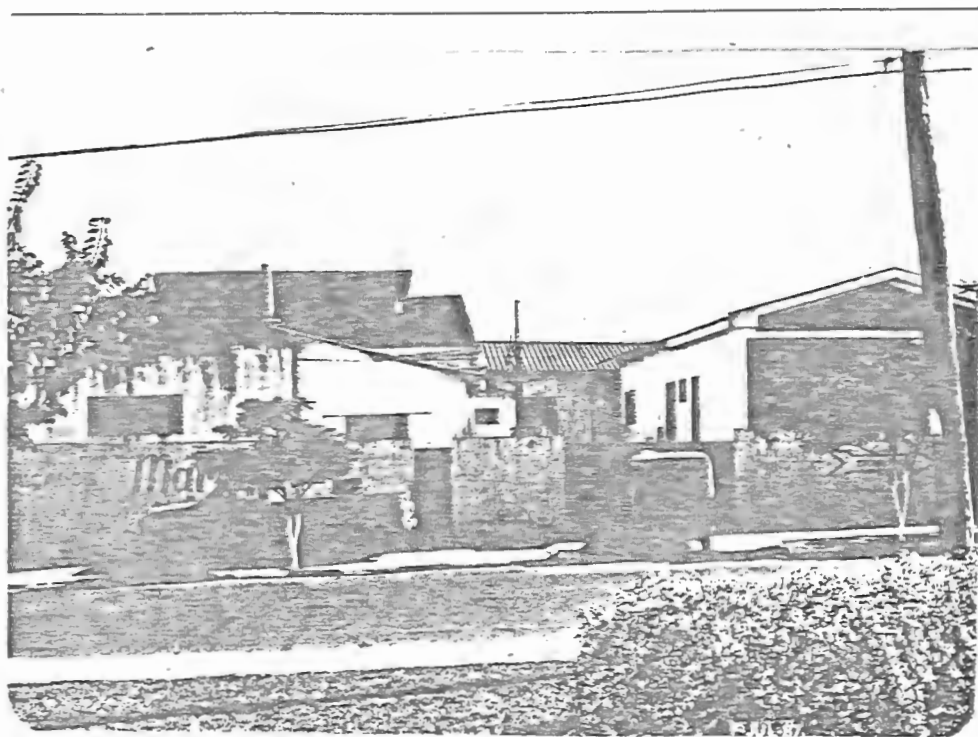
Mauro Ferreira



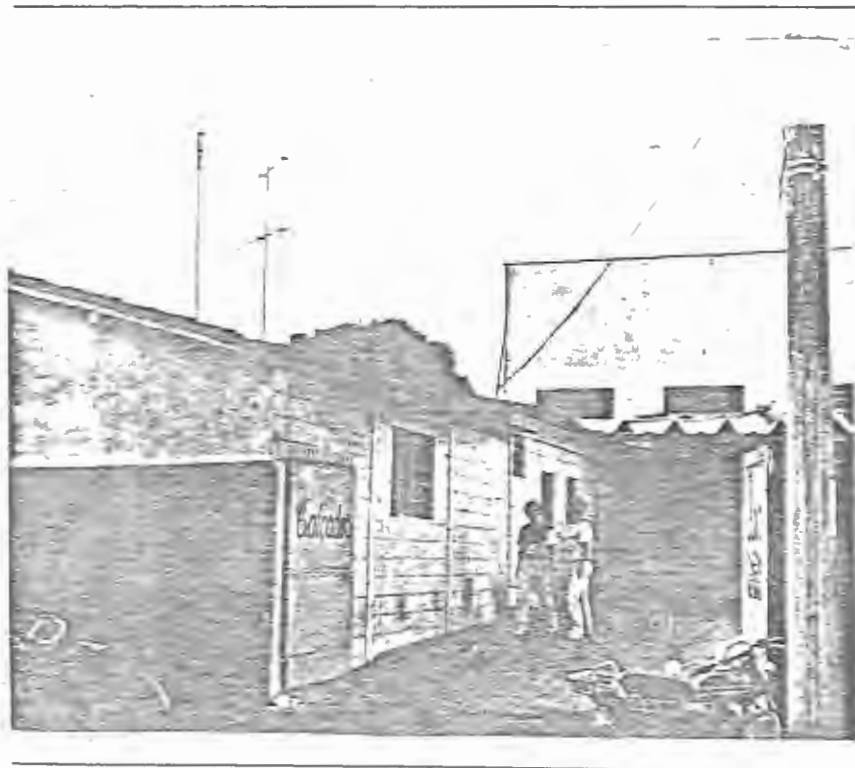
A casa vira fábrica: Calçados Passport, rua São Paulo



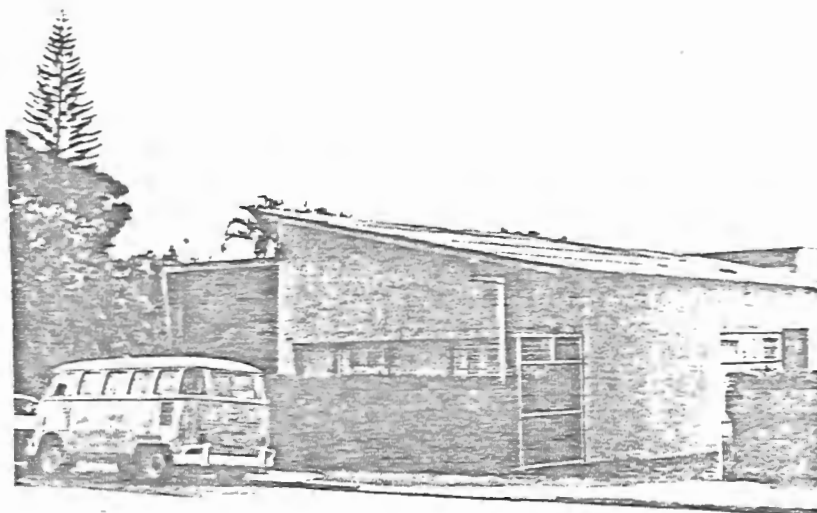
Mauro Ferreira



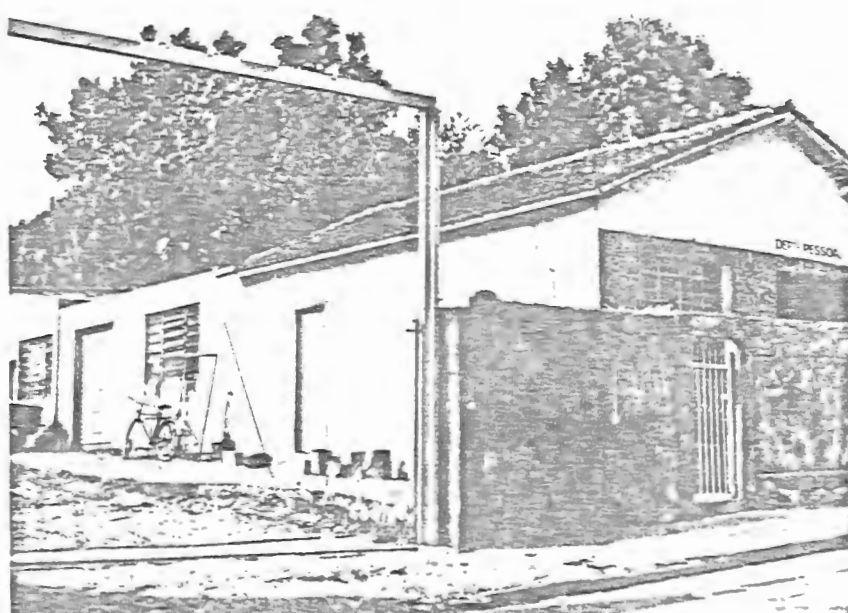
A casa vira fábrica: Calçados Marcelo, rua Jaime Barbosa.



A casa vira fábrica; Calçados Clog, rua São Paulo



A casa vira fábrika: Calçados Sândalo, av. Brasil



Mauro Ferreira

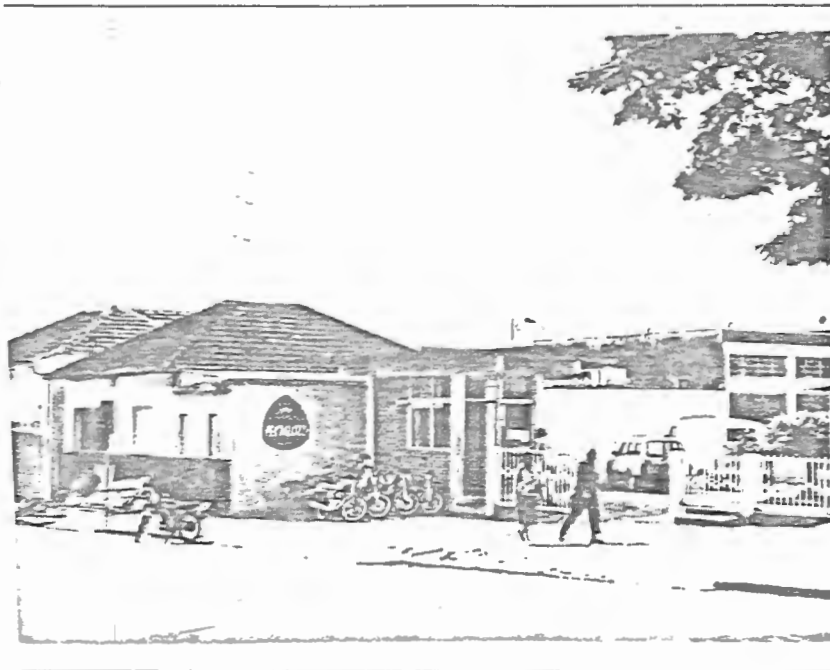
A casa vira fábrika: Calçados Passport, rua S.Paulo



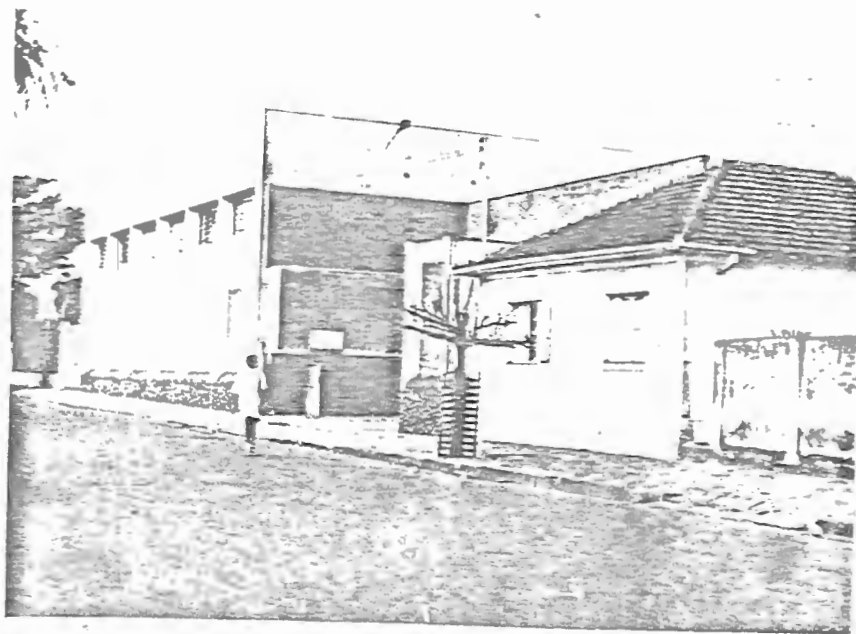
Mauro Ferreira



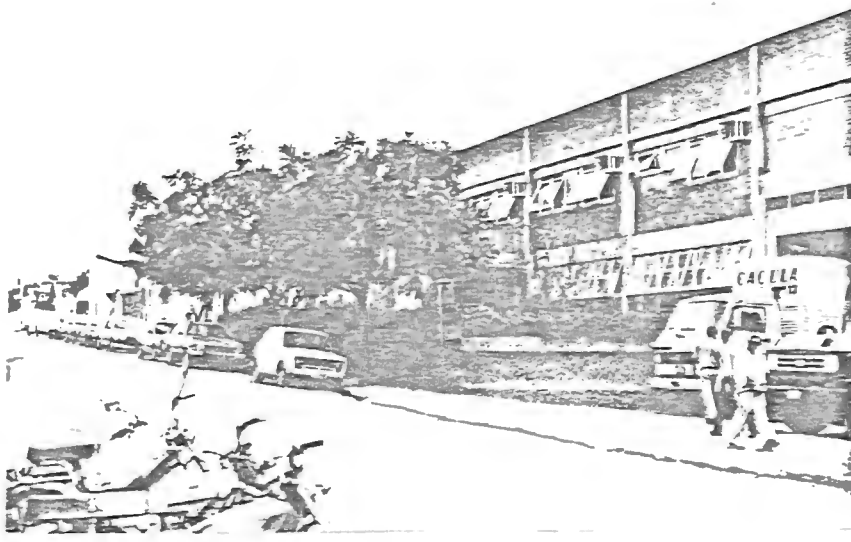
A expansão da indústria se dá sobre a vizinhança residencial. O resultado é uma exdrúxula composição de janelas, telhados, revestimentos de todas as construções antigas. Calçados Agabê é o exemplar mais estranho desta arquitetura.



Grandes indústrias passam a conviver lado a lado com residências. Calçados Pestalozzi, ruas Frederico Mouro e Álvaro Abranches.



Mauro Ferreira

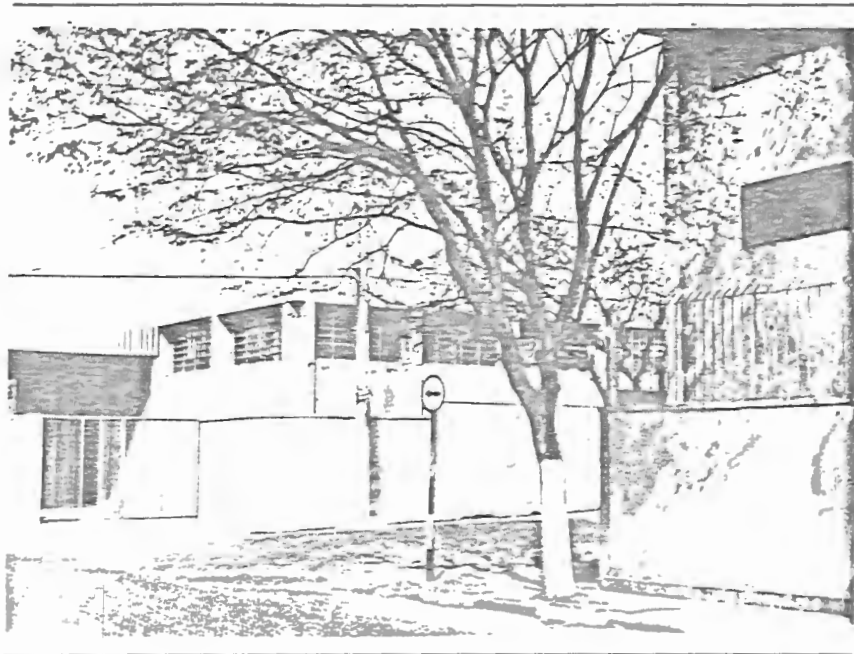


Grandes indústrias passam a conviver lado a lado com residências. Calçados Sândalo, rua Minas Gerais.

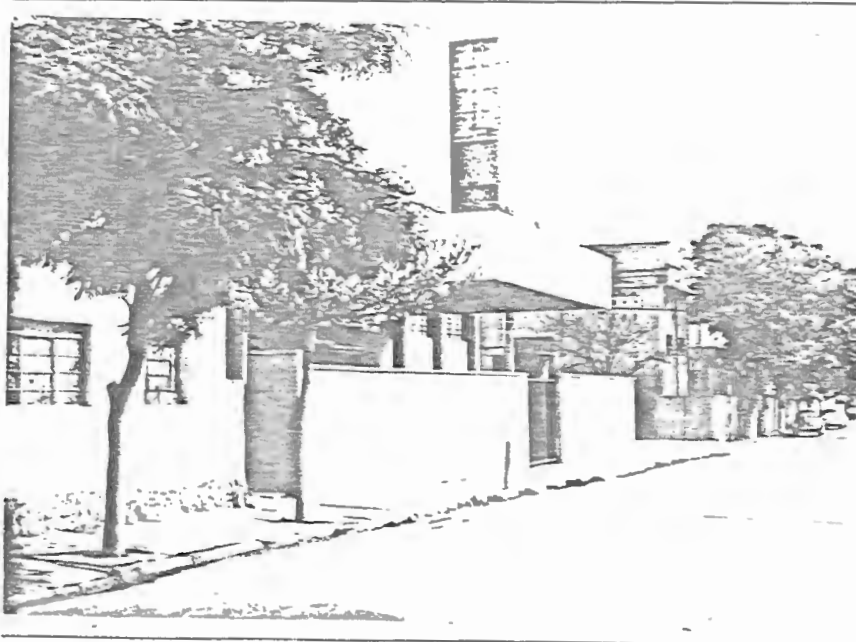


Mauro Ferreira

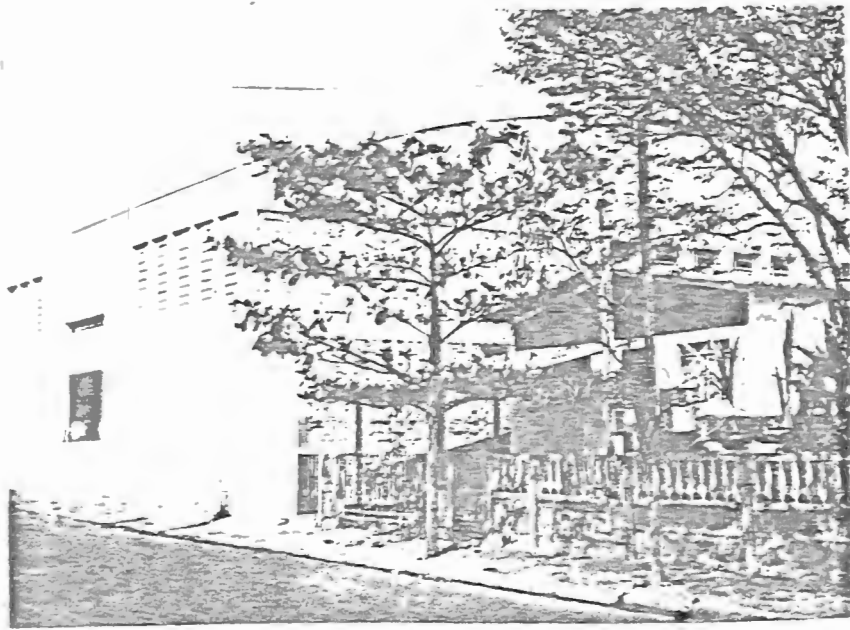
Grandes indústrias passam a conviver lado a lado com residências, Calçados Pestalozzi, rua Prudente de Morais.



A indústria, previda pela falta de espaço, expande-se saltando a própria rua. Calçados Vulcabrás, rua Minas Gerais.



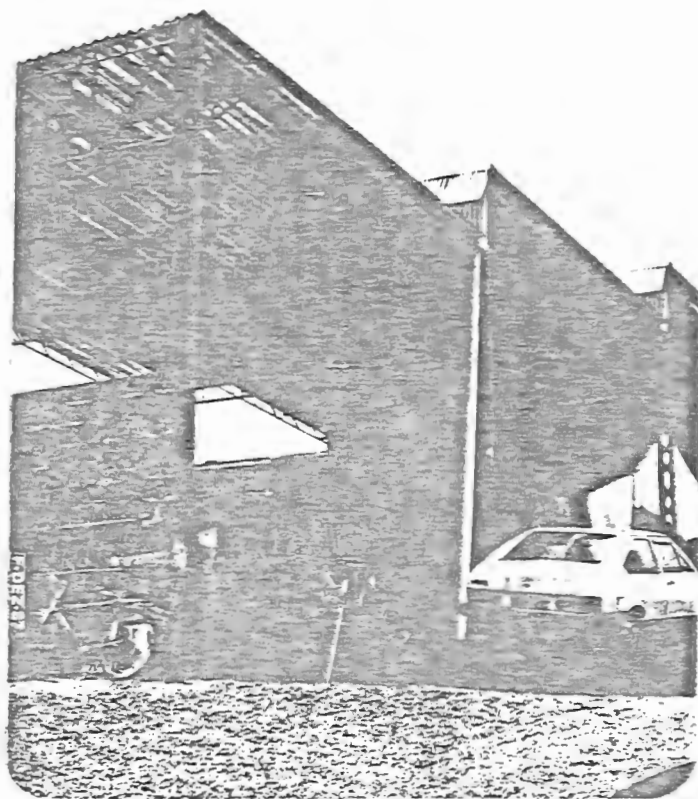
Mauro Ferreira



A paisagem urbana e sua escala são alteradas pelos grandes arcos metálicos das novas edificações industriais para calçados.

Mauro Ferreira

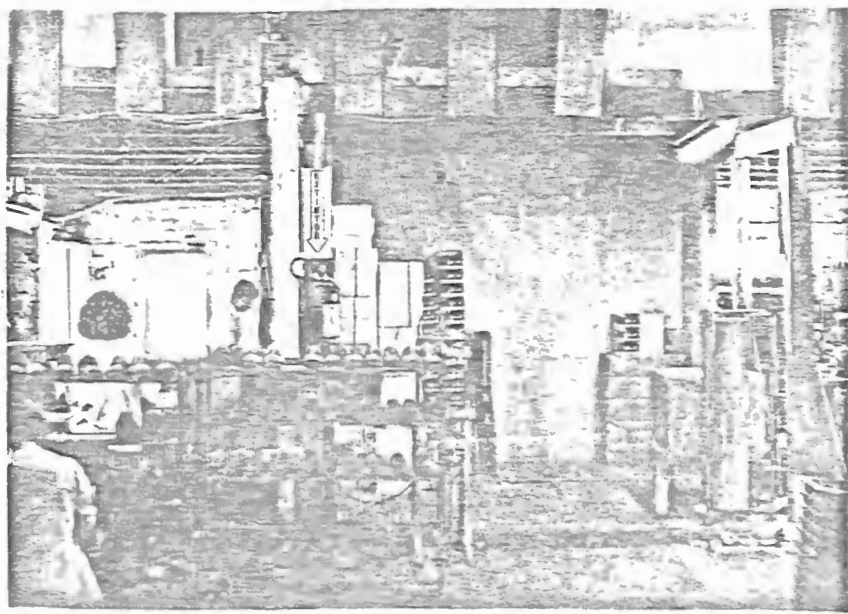
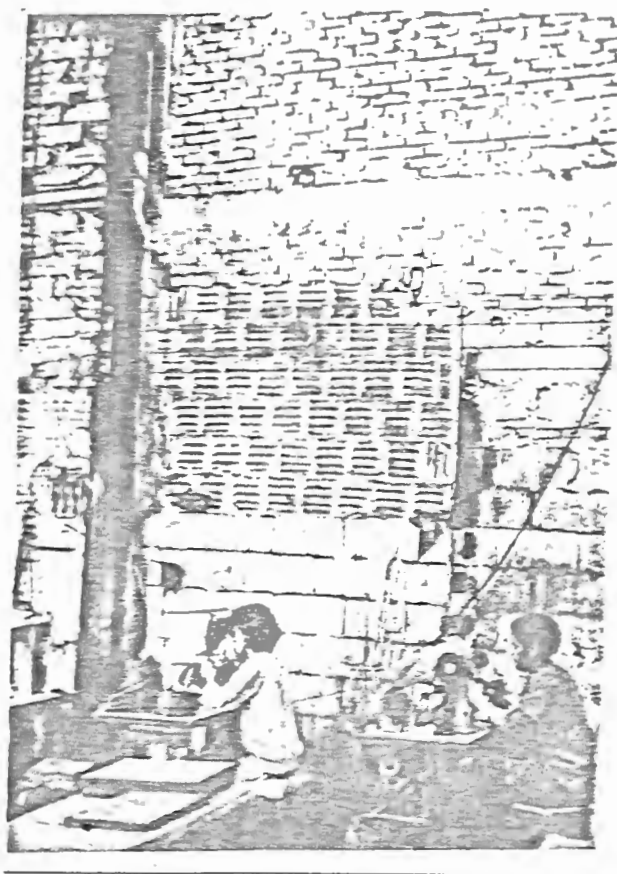




Calçados Passport, rua São Paulo.



Paradigma da arquitetura industrial em Franca. A moderna estrutura pré-fabricada sobrepõe-se à velha residência, que continua funcionando até a conclusão da obra.



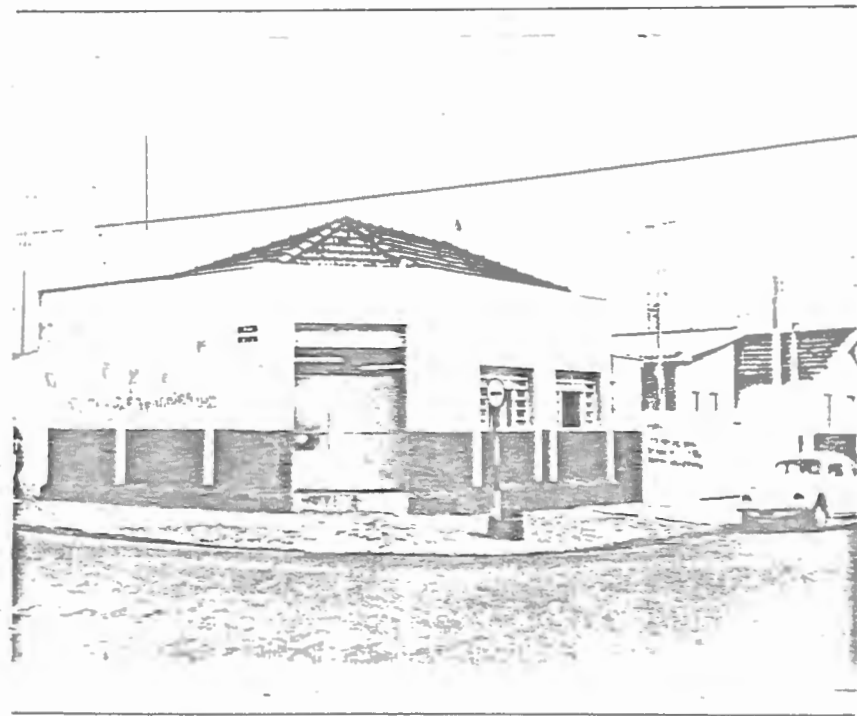
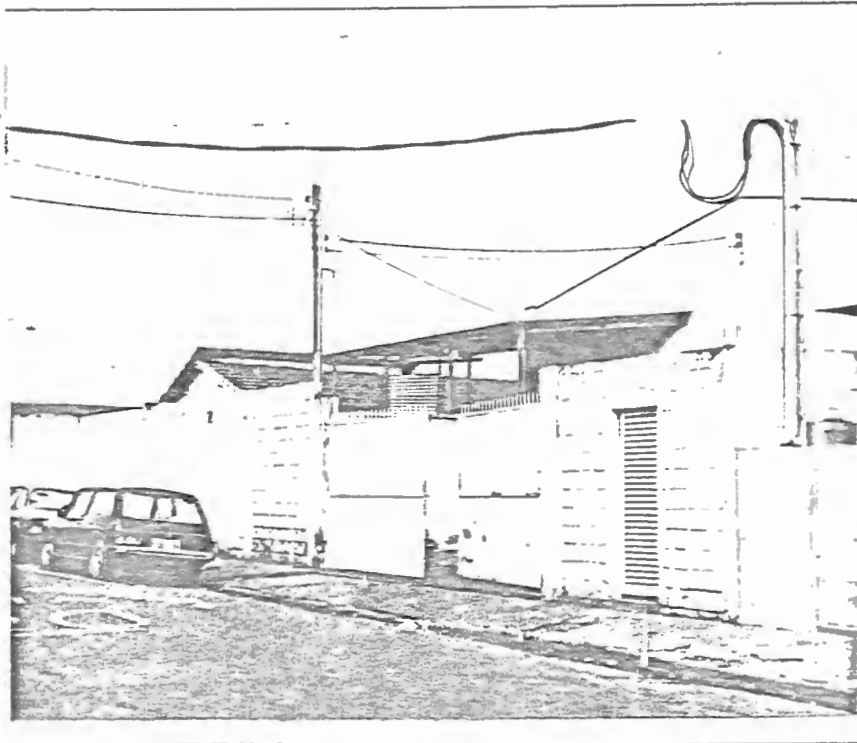
Mauro Ferreira

As marcas da expansão da casa para fábrica ainda estão visíveis nas paredes e no piso do edifício.



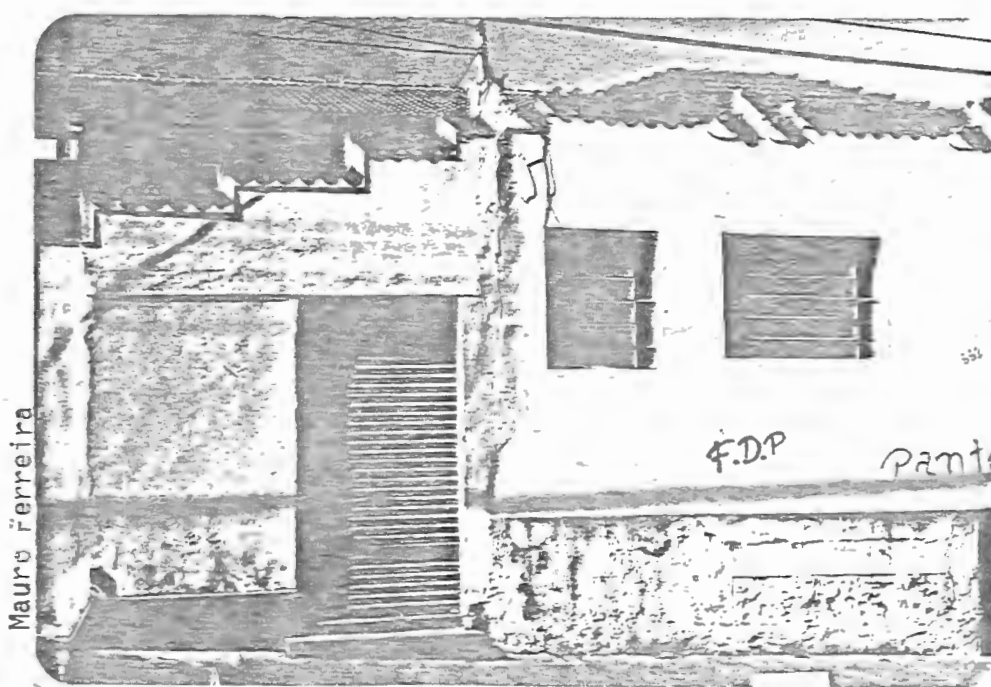
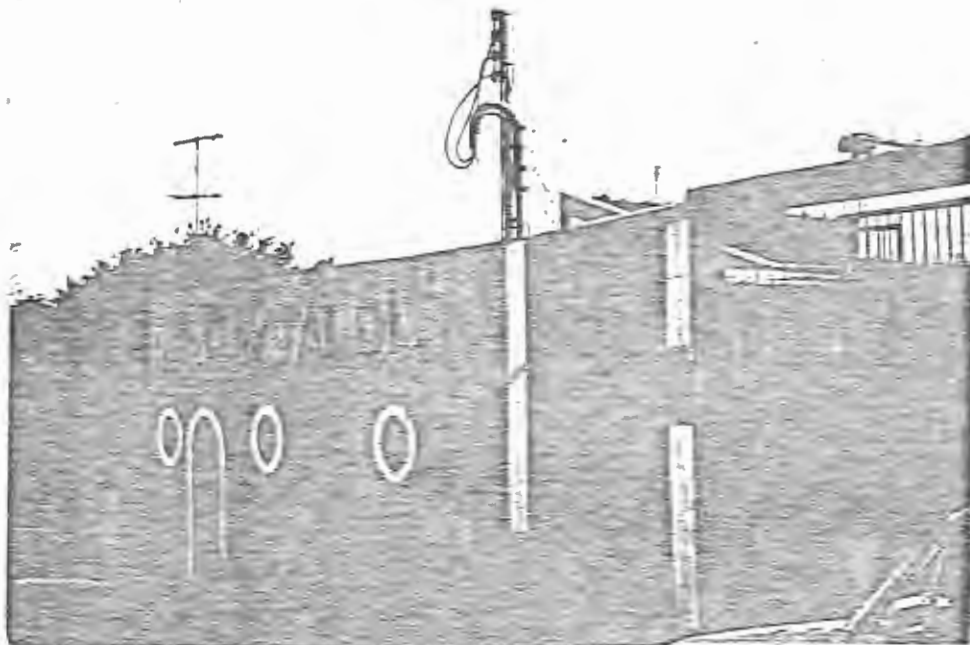
Mauro Ferreira

O contraste entre a estrutura metálica industrializada e as paredes artesanais são testemunhas eloquentes da contradição/transformação espacial. Calçados Garcia, rua Hercílio de Avelar.



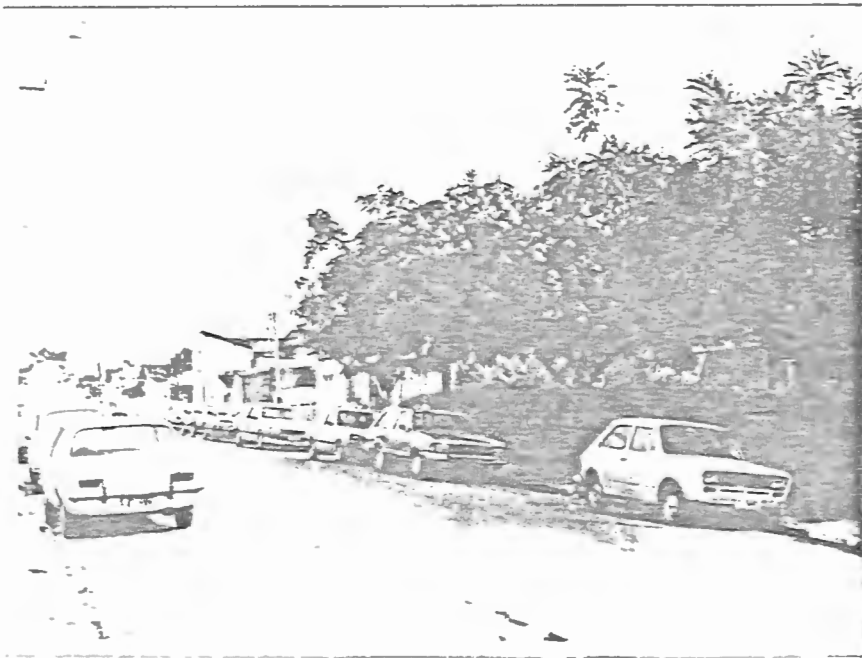
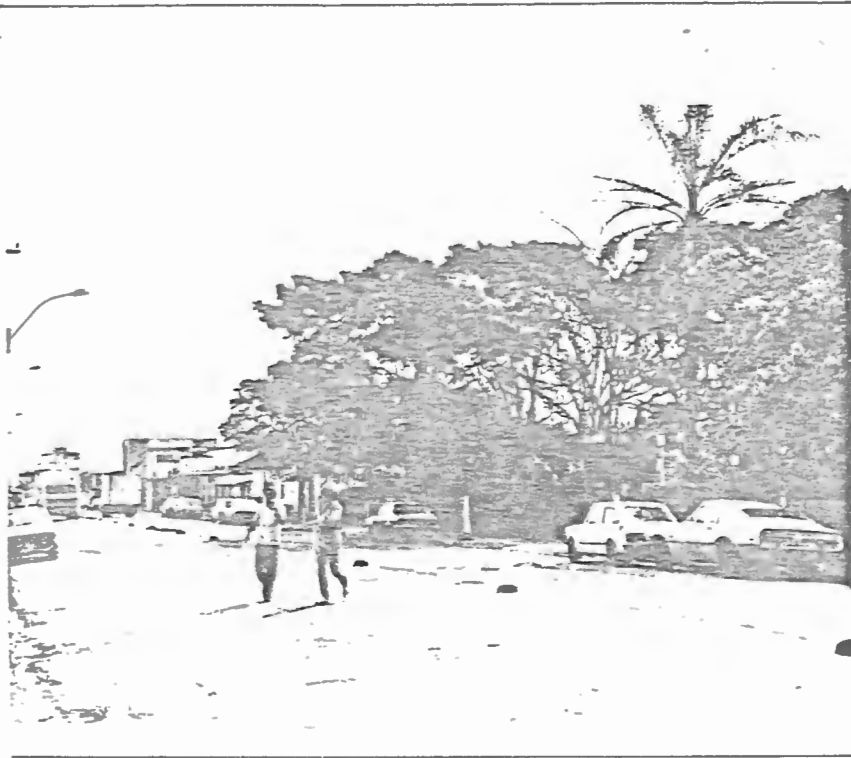
Mauro Ferretra

Residências se transformam em fábricas, mas a tipologia arquitetônica residencial permanece visível ainda.



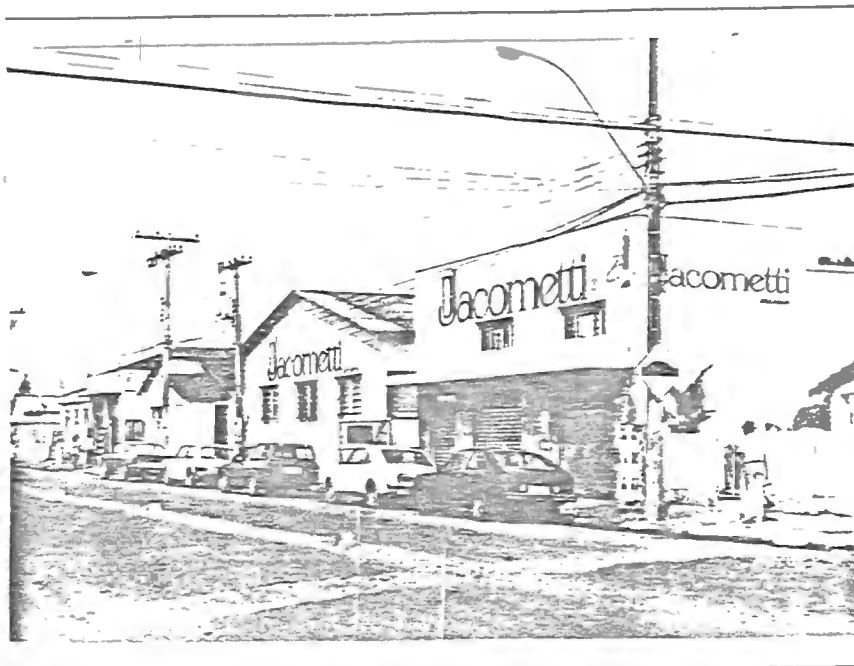
Mauro Ferreira

Residências se transformam em fábricas, mas a tipologia arquitetônica residencial permanece visível ainda.



Mauro Ferreira

As grandes indústrias, submersas entre o casario residencial, criam espaços verdes fronteiriços que se destacam na paisagem.



Mauro Ferreira

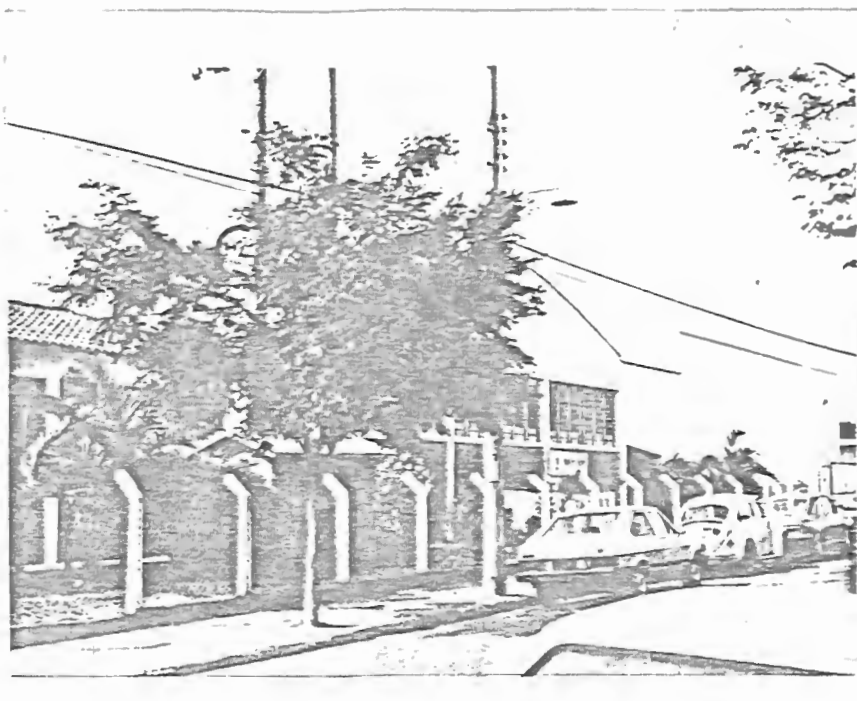


A necessidade cada vez maior de espaço faz as indústrias ocuparem os prédios antes comerciais ao lado. vista da avenida Brasil.



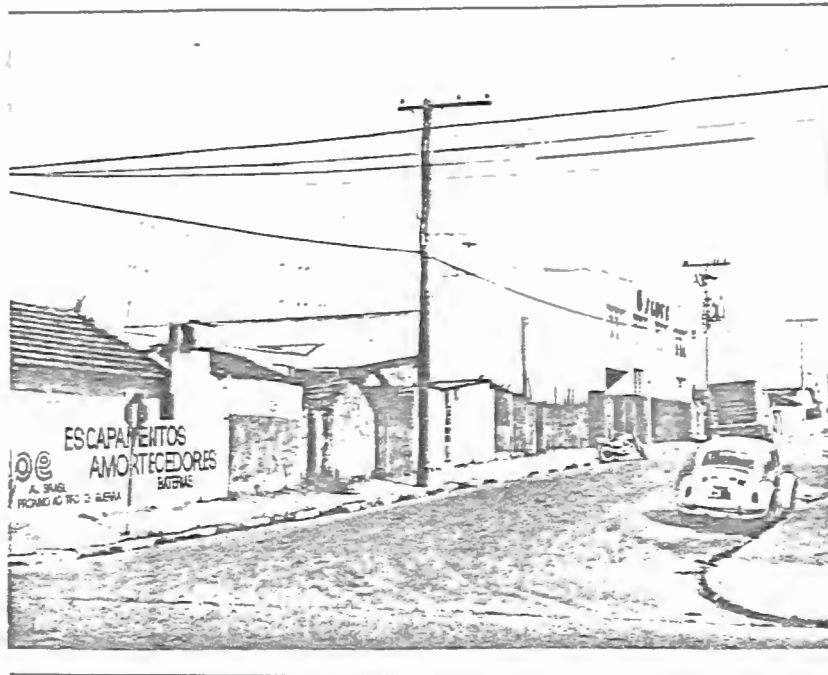
Mauro Ferreira

A necessidade cada vez maior de espaço faz as indústrias ocuparem os prédios antes comerciais ao lado. vista da avenida Brasil.



Mauro Ferreira

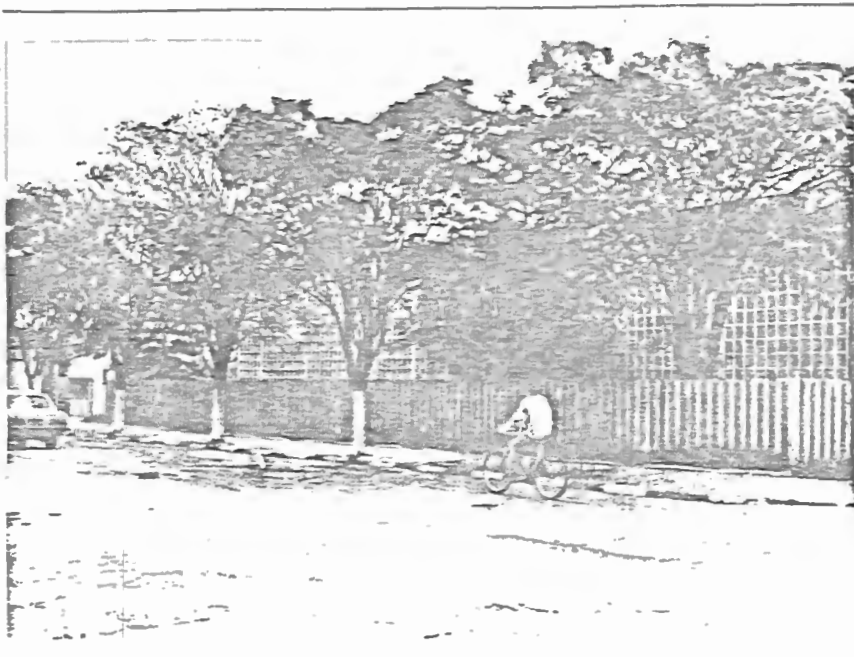
A necessidade cada vez maior de espaço faz as indústrias ocuparem os prédios antes comerciais ao lado. vista da rua Minas Gerais.



Mauro Ferreira



A inserção de grandes galpões industriais, com elementos pré-fabricados, marcam o contraste com as modestas casas vizinhas.



As grandes indústrias já se preocupam com sua aparência: o "imaginário arquitetônico" retoma força nestes projetos "dos" arquitetos. Calçados Vulcabrás, de Bonilha e Sancovski. Abaixo, Calçados Agabê, de Mauro Alves Silveira.

Mauro Ferreira



MUNICIPIO DE FRANCA

Quadro de Áres Licenciadas para Construção
1961 - 1983

ANO	COUROS E PELES	BORRACHA	CALCADOS	TOTAL
1961		1.590,90 m2	6.337,82 m2	7.928,72m2
1962	1.808,40	480,00	5.666,80	7.955,20
1963				
1964	320,00		7.177,70	7.497,70
1965			419,57	419,57
1966	200,00		585,80	785,80
1967			771,80	771,80
1968	316,80		3.658,10	3.974,90
1969			1.465,90	1.465,90
1970	239,15		1.779,15	2.018,30
1971			5.217,54	5.217,54
1972	951,10		15.696,91	16.648,01
1973			17.235,80	17.235,80
1974		800,00	6.178,64	6.978,64
1975			3.999,99	3.999,99
1976	147,00		16.687,05	16.834,05
1977		962,00	17.324,85	18.286,85
1978	581,00		13.297,95	13.878,95
1979	460,40	324,00	7.904,96	8.689,36
1980	751,02		13.051,35	13.802,37
1981			8.145,19	8.145,19
1982	279,00		20.931,74	21.210,74
1983			5.339,79	5.339,79

Fonte: Cadastro Físico da Prefeitura Municipal de Franca.

de das originais. Mas se acomodando, sempre que possível, às condicionantes topográficas e demais barreiras físicas" (97).

Uma simples leitura da planta da área urbanizada e de uso do solo industrial, datado de 1969, revela o assentamento industrial de forma homogênea pelas regiões mais antigas, ou seja, os padrões de urbanização, o padrão dos loteamentos, todos eles residenciais, e revelando em sua concepção o caráter hipodâmico, um reticulado de ruas e quadras iguais, todos acolheram a implantação industrial.

A preferência pela Vila Aparecida, região de maior concentração industrial hoje, está vinculada, sem dúvida, ao custo inicial de implantação das unidades fabris. Projetado inicialmente para ser abrigo de população de baixa renda, seus lotes estreitos e exageradamente profundos (10,00 x 50,00 metros) fizeram sua ocupação ser rarefeita, também pela absoluta ausência de infra-estrutura por várias décadas. Estes lotes se revelaram adequados à implantação de indústrias de calçados, pela sua profundidade e possibilidade de junção de vários lotes, permitindo a expansão das instalações fabris a baixo custo.

Além disso, o aluguel de galpões para as indústrias ainda sem capital suficiente para erguerem seu próprio prédio tornaram atraente este mercado aos investidores imobiliários, haja visto que o Censo Empresarial de 1984 revelou que, das 400 empresas calçadistas legalmente estabelecidas em Franca, apenas 198 tinham instalações próprias. As demais eram alugadas (98).

Em meio a zonas já ocupadas predominantemente por residências, surgem então fábricas de grande porte, (na classificação de VASQUES, 1977), o que somente se justifica pelo exposto ante-

97. DIAGNÓSTICO, "Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado", p. 111.

98. As exigências legais da Prefeitura e da CETESB para aprovação de projetos fizeram com que os investidores erguessem "edifícios comerciais", quando na verdade os alugariam a indústrias. Neste sentido, o quadro de áreas licencia

riormente: a propriedade do terreno, o baixo custo de implantação inicial. Empresas como "Pestalozzi", "Sândalo", "Vulcabrãs", "Roberto", em função de sua localização em bairros já ocupados por habitações, acarretaram (e ainda acarretam) diversas negociações imobiliárias de alto custo para viabilizarem sua expansão física.

A elaboração, nos anos 68/69, durante a gestão do prefeito Hélio Palermo, do PDDI - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, através de uma empresa particular de consultoria e planejamento financiada pelo SERFHAU e pela própria Prefeitura Municipal, introduziu pela primeira vez, ao nível do discurso governamental, a questão da localização e uso do solo urbano.

O PDDI tratou especificamente desta questão, propondo a criação de um Distrito Industrial, com a função de "racionalizar e regulamentar o uso do espaço urbano para fins industriais, e promover novos investimentos industriais, proporcionando economias externas sob a forma de redução de custos de instalação e operação (terrenos, equipamentos de infra-estrutura, facilidades fiscais, assessoria técnica, etc.)" (99).

Segundo este mesmo documento, "enquanto medida de regulamentação do uso do solo na área urbana, o Distrito Industrial, envolvendo grandes investimentos públicos só se justificariam mediante a perspectiva futura de agravamento dos conflitos que hoje apenas se insinuam na cidade ... possivelmente os maiores prejudicados com o padrão atual de localização sejam os próprios industriais que, a cada dia, com a expansão da área de construções residenciais, vêm diminuir suas possibilidades de expansão horizontal mediante incorporação de novos terrenos" (100).

O PDDI salientava, desta maneira, que o problema básico

das não computa as áreas relativas a estas edificações de aluguel.

99. VIABILIDADE DO DISTRITO INDUSTRIAL, "Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado", p. 4

100. idem, p. 5.

e fundamental do município era a incapacidade de sua estrutura responder de forma efetiva às demandas de trabalho da população, não conseguindo absorver "a força de trabalho egressa do campo, em decorrência do declínio acentuado da cafeicultura regional, e que o desenvolvimento da indústria de transformação é a perspectiva mais viável" (101) para enfrentar e resolver o problema, o que justificaria a absoluta prioridade à implantação do Distrito Industrial, através de um Plano de Ação que reservava o dobro dos investimentos no Distrito do que à expansão da rede de distribuição de água potável no município.

Portanto, o discurso dos técnicos realçava exatamente que "o capitalismo industrial, pela reorganização do processo de trabalho e pelo advento do sistema fabril, força a separação entre local de trabalho e local de reprodução e consumo" (102). Ou seja, a separação destes locais, onde se vive e onde se trabalha é uma divisão artificial imposta pelo capitalismo, e o discurso do Estado, da Prefeitura, vai exatamente nesta linha, buscando uma pretensa "racionalidade" na produção do espaço, propondo a criação do Distrito Industrial como uma forma de resolver os conflitos do ambiente construído, quando na verdade embutia-se na proposta uma ação que aumentaria o processo de acumulação capitalista.

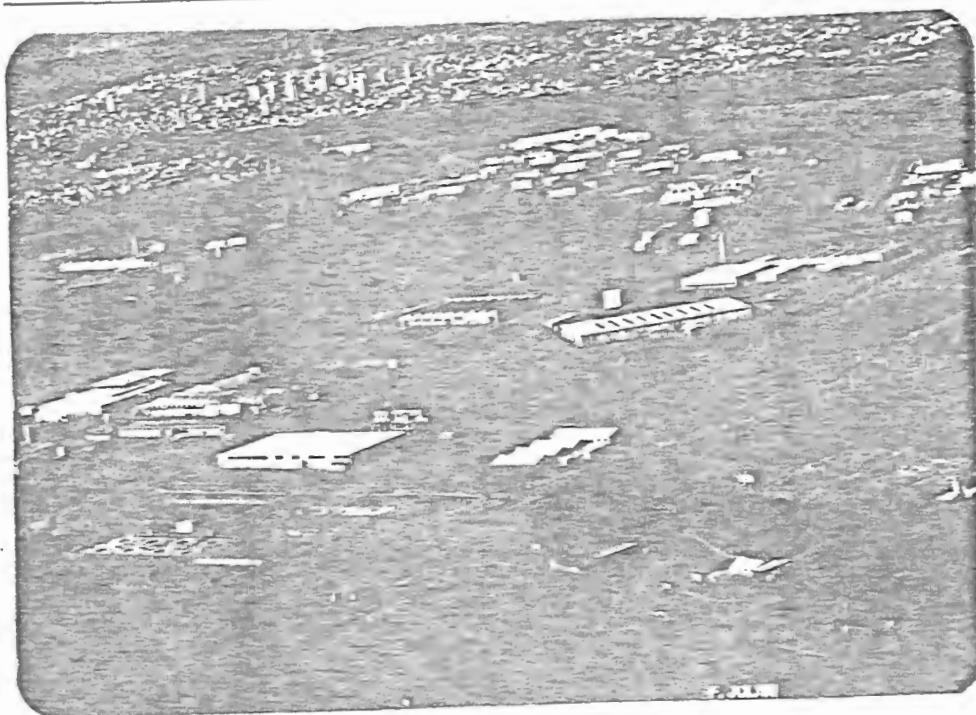
A administração José Lancha Filho (1969/1973) deu sequência aos planos propostos no PDDI, desapropriando uma extensa gleba nos subúrbios da cidade para implantar o Distrito Industrial, elaborando seu projeto urbanístico e tentando dar início a medidas restritivas ao surgimento de novas indústrias nas regiões já urbanizadas.

O que acabou acontecendo, no governo Lancha Filho e no

101. VIABILIDADE DO DISTRITO INDUSTRIAL, "Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado", p. 5.

102. HARVEY, David, "O Trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em Torno do Ambiente Construído nas Sociedades Capitalistas Avançadas", p. 7.

Pedro Volpi



O Distrito Industrial hoje. Ao fundo, a paisagem da cidade.

seguinte, tendo de novo Hêlio Palermo como prefeito da cidade, é que o governo municipal não consegue fazer valer a Lei do Plano Diretor, que havia sido aprovada pela Câmara Municipal, em 1972. Seus 442 artigos, na sua grande maioria, tornaram-se letra morta ante a dinâmica da expansão urbana e da industrialização acelerada.

A Lei, no que toca ao zoneamento e aos edifícios industriais, estabeleceu critérios para o futuro Distrito Industrial, e a sua omissão com relação à estrutura urbana existente permitiu às indústrias permanecerem como estavam, realizando até mesmo investimentos nas áreas periféricas e estocando terrenos para mais tarde expandirem suas atividades. E a própria Prefeitura também

fez vistas grossas aos inúmeros galpões construídos como comerciais e que, alugados, passavam a abrigar atividades industriais.

Assim, todo o discurso do governo municipal, de controlar e harmonizar os conflitos em torno do ambiente construído através de uma legislação urbanística, promovendo um desenvolvimento urbano de maneira integrada e "racional", não traduziu a realidade de suas ações.

A proibição de novos loteamentos, medida considerada indispensável para conter a expansão desenfreada e especulativa de características megaloplanimétricas da cidade, não foi aceita, evidentemente. Os loteadores e proprietários de terras se incumbiram de impor à Prefeitura suas próprias exigências, não cumprindo os dispositivos legais que exigiam determinadas porcentagens de área verde, de áreas institucionais, declividade de ruas, caução de lotes para garantir infra-estrutura, recuos, taxas de ocupação. Nada disso foi respeitado até 1977, tanto pela Prefeitura quanto pelos próprios loteadores.

A partir desse ano, a Prefeitura passa a revisar a Lei do Plano Diretor, e busca regularizar os loteamentos feitos em desacordo com a legislação, principalmente naquilo que se referia à instalação de infra-estrutura. Esta administração (de Maurício Sandoval Ribeiro, 1977/1983) dá passos concretos também no sentido de efetivamente instalar o Distrito Industrial, acertando as desapropriações finais da área, regularizando-a judicialmente com relação aos seus limites, e executando acessos, projetos e infra-estrutura.

Mesmo com este esforço do Poder Público, na cidade a localização industrial permaneceu intocada, e diversas tentativas de

cercear sua expansão em zonas residenciais foram derrotadas na Câmara Municipal.

Ora, "o poder monopolístico, conferido pelos arranjos da propriedade privada, gera não apenas o poder de se apropriar da renda, mas também confere aos proprietários o controle de um " monopólio natural " do espaço " (103), fazendo com que os loteadores, os especuladores e até mesmo indivíduos isolados, como os vizinhos das fábricas, embolsassem polpidos lucros com os negócios de suas propriedades, indispensáveis à expansão industrial.

O próprio estoque de terras feito pelos industriais nas periferias, especulativos em seu início, acabaram sendo em parte utilizados, levando a difusão do parque industrial para todas as zonas suburbanas.

O surgimento de fábricas nestas regiões, como Vila Aparecida, Jardim Petraglia, obrigam a Prefeitura, mais até que a pressão dos trabalhadores que moravam ali, a canalizar recursos e dar condições de funcionamento a estas indústrias. Como os elementos consumidos coletivamente são objeto de intensa disputa, como a infra-estrutura, equipamentos de lazer, transportes, isto leva a prevalecer o que demonstra maior força.

As diversas facções do capital industrial em Franca não tiveram, ao longo do tempo, poder para se contrapor aos proprietários de terras, "facção do capital que procura a apropriação de renda de forma direta" (104). Assim, o que decorre disso é que " a cidade é palco de uma luta específica que tem a luta maior, entre o capital e o trabalho, como pano de fundo. Essa luta específica é a que se dá em torno do ambiente construído. Em relação a ele, o capital em geral tem certos interesses (infra-estrutura econômica),

103. HARVEY, David, "O Trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em Torno do Ambiente Construído nas Sociedades Capitalistas Avançadas", p. 9.

104. Os proprietários de terras em Franca ainda são poderosos, tanto que o atual prefeito, Ary Pedro Balieiro, é loteador.

o capital imobiliário, os proprietários da terra e a indústria da construção, outros (o ambiente construído é mercadoria ou objeto de extração de renda), e a força de trabalho, outros (predominantemente o valor de uso)" (105).

A tendência hoje, com a efetiva implantação do Distrito Industrial, é de que o capital industrial assumira a dianteira, convencendo o Estado de que a intervenção do Poder Público na questão da terra urbana é necessária. A criação de uma empresa estatal, a DINFRA S.A. - Distritos Industriais de Franca, apenas para formular uma política industrial e gerir os empreendimentos na área da Prefeitura, é prova da disposição e empenho que os calçadistas passaram a colocar junto à Prefeitura para atender os seus interesses, sobrepondo-se aos proprietários de terra (106).

Pois o subsídio representado por terrenos baratos, planos, dotados de toda a infra-estrutura, serviços de apoio, financiamentos, longos prazos para pagamento dos lotes, isenção de impostos, ao setor calçadista, é contrastante com a dramática situação em que vivem os bairros da classe trabalhadora, espalhados por toda a cidade.

O Estado deixa de ser claramente "árbitro" dos conflitos no ambiente construído, e assume seu real papel de alavanca da acumulação do capital privado. Cai a máscara da neutralidade.

O espaço urbano de Franca passa a ser a expressão da forma de organização que assumiu sua principal atividade econômica, a calçadista, que cria uma estrutura de classes visível.

Ao mesmo tempo, politicamente, a falta de voz da classe trabalhadora faz com que os gastos e investimentos do Poder Público continuem sendo empregados daquela forma, no sentido de privi-

105. MARICATO, Ermínia, "Política Habitacional no Regime Militar", p. 27.

106. O DINFRA foi criado por lei municipal em 1983, mas seu projeto original é da administração anterior, de Maurício S. Ribeiro.

legiar a acumulação do capital pelo empresariado calçadista.



CONCLUSÃO

4. CONCLUSÃO.

O surgimento de Franca está intimamente ligado ao final da mineração. Mas sua fixação e expansão inicial está atrelada à rota terrestre que demandava o porto de Santos ao interior do país, às províncias de Goiás e Mato Grosso.

Parece-nos claro que a localização geográfica do povoado neste caminho é fundamental para esclarecer a existência de intenso artesanato coureiro, pois ainda que existente na maioria das cidades brasileiras do período, pôde assumir características tão dinâmicas que tornaram Franca um autêntico "empório" comercial.

Esta vocação se acentuou no período da cafeicultura, e pôde atingir níveis ainda maiores com a chegada da ferrovia, no final do século XIX, na medida que se verifica alguns momentos de estagnação econômica com a modificação das rotas de penetração para o interior, como o final da Guerra do Paraguai, deslocando-as para oeste.

Foi também a vocação de "empório", aliada à ferrovia, que permitiu a implantação de curtumes na cidade já por volta de 1885, e que acentuou esta tendência com a possibilidade de escoamento da produção pela estrada de ferro. Além disto, ao vislumbrar as amplas vantagens que poderiam ser obtidas através da modernização da produção, com a implantação de novas técnicas e maquinários, surge a figura de um dos pioneiros da indústria, Carlos Pacheco, capaz de personificar as transformações rumo às mo

dernas formas capitalistas de produção.

É o avanço destas formas que vão alterar de forma radical, no tempo e no espaço, o urbano. São mudanças notáveis, que podem ser observadas até empiricamente. São mudanças que vão ter início com o próprio processo de industrialização, com a passagem do artesanato para a forma seriada de produção, o uso intenso das máquinas e a desqualificação da mão de obra.

Esta industrialização, que precede o declínio da cafeicultura tem seu paradigma na fábrica de calçados "Jaguar", experiência mal-sucedida do ponto de vista financeiro, mas que trouxe em seu bojo a rica potencialidade dos novos métodos produtivos para o desenvolvimento industrial e para a definitiva ascensão das formas capitalistas de produção, com a substituição das importações e a criação de um mercado interno capaz de absorver a produção calçadista em escala ampla, que os novos métodos e processos de trabalho proporcionaram.

O breve período de estagnação dos anos 30 acabou servindo de base técnica para os períodos posteriores. A cidade, articulada anteriormente como "empório" comercial, em torno de dois núcleos principais, o centro histórico e a estação ferroviária, expande-se com o surgimento de novos loteamentos destinados a abrigar os trabalhadores atraídos pelos empregos que surgem na indústria.

Os prédios que abrigam esta indústria, até então basicamente ocupavam antigas instalações de selarias e de comércio, não tendo qualquer compromisso com as modificações técnicas na produção.

Somente a partir da década de 40, e no pós-guerra, é que a arquitetura industrial vai surgir como preocupação no processo produtivo. E fundamentalmente quando é implementada a chamada "gerência científica", que vai gerar uma arquitetura cujo discurso, "racionalista" e "moderno", esconde, na verdade, a brutal ascensão do capital monopolista na produção do espaço urbano.

É evidente que as exigências técnicas da produção são elementos pertencentes a uma totalidade, componente que permite mostrar um quadro de transformações eivado de contradições, que se expressam no ambiente construído. Os interesses do capital industrial vão estabelecer para ele próprio, os rumos que a cidade vai tomar. E no caso, o surgimento de inúmeras indústrias junto ao próprio local de moradia dos trabalhadores vão fazer com que a localização industrial se estruture como indutora dos seus interesses.

O discurso do Estado e do seu planejamento, na verdade, vão apontar no rumo de atender às demandas da expansão industrial, com o fornecimento da infra-estrutura necessária à consolidação do parque industrial, como energia, terra e facilidades físicas, cuja expressão maior vai se dar na construção do Distrito Industrial de Franca.

A intervenção do Estado, longe de se ocupar das necessidades do operariado, de infra-estrutura e saneamento, vai fazê-lo (ou deixar de, em certos momentos), quando o interesse prioritário é da expansão industrial, da acumulação e desenvolvimento capitalistas.

A contradição se expressa na aparente "desordem" do urbano, onde moradia e indústria se alternam e se misturam, numa lu-

ta em que o Estado, através do planejamento, procura restaurar a "ordem".

A arquitetura industrial, na medida em que a produção deixa de ser apenas para o mercado interno, uma das razões iniciais do surgimento da indústria, passa ela também a responder a um outro padrão, "standartizado" pela própria necessidade requerida pela produção de calçados para exportação aos países centrais. Internamente, o "lay-out", a divisão do trabalho levada a cabo por novos métodos e processos de trabalho vão gerar um espaço também "standard". e que requerem baixa qualificação da mão de obra.

Esta conclusão torna-se, neste sentido, formal, como momento de fecho das reflexões e análises que procedemos ao longo do trabalho, e não tem como objetivo o encerramento, mas sim a abertura de novos rumos para a pesquisa das contradições que se expressam no espaço urbano edificado de Franca, através das lutas pela hegemonia que são travadas no cotidiano das fábricas e das ruas, entre os diferentes atores que compõem este cenário.

Uma abertura no sentido de que os arquitetos, longe de sua prática e de seu discurso tradicionais, como "autores" do projeto e "organizadores do espaço", precisam cada vez mais mergulhar nas profundas contradições evidenciadas pelos responsáveis por decisões e ações na própria concepção dos projetos e do espaço.

Um espaço carregado de conflitos, onde se opõem capital e trabalho, rico, contraditório, globalizante, e afastado das teorias "estéticas" e usuais que inflam o discurso restrito dos arquitetos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA.

- BARBOSA, Ruy, " Como Iniciar uma Fábrica de Calçados", Rio de Janeiro, Confederação Nacional da Indústria-DAMPI, 1980.
- BRUAND, Yves, " Arquitetura Contemporânea no Brasil", São Paulo, Editora Perspectiva, 1981.
- CANO, Wilson, " Raízes da Concentração Industrial em São Paulo", Campinas, tese de doutoramento à Unicamp, 1975, mimeo.
- CARNEIRO, Ligia de Azambuja Gomes, " Trabalhando o Couro: do Serigotê ao Calçado Made in Brazil ", Porto Alegre, L&PM Editores/CIERGS, 1986.
- CASTELLS, Manuel, "A Questão Urbana", Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1983.
- CHIACHIRI, José, "Vila Franca do Imperador", Franca, Editora O Aviso da Franca, 1967.
- CHIACHIRI FILHO, José, " Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador ", Franca, Ribeirão Gráfica Editora, 1986.
- CORREA, Roberto Lobato, " Região e Organização Espacial", São Paulo, Editora Ática, 1986.
- COSTA, Alfredo Henrique, " Contribuição ao Estudo da História da Indústria do Calçado em Franca: suas Bases Artesanais e o Impacto Tecnológico", Franca, separata do III Simpósio dos Professores Universitários de História em Franca, 1965.
- CRUZ, Hélio Nogueira da, " Alternativas e Difusão Tecnológicas: o Caso do Setor de Calçados no Brasil ", São Paulo, tese de doutoramento à FEA - USP, 1977, mimeo.
- FAISSOL, Speridião (org.), " Tendências Atuais na Geografia Urbana/Regional ", Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1978.
- FERREZ, Gilberto, " O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo Botânico William John Burchell, 1825/1829 ", Rio de Janeiro, Fundação Pró-Memória, 1981.
- FERRO, Sérgio, " O Canteiro e o Desenho ", São Paulo, Projeto Editores , 1979.
- FICHER, Sylvia, e ACAYABA, Marlene Milan, " Arquitetura Moderna Brasileira ", São Paulo, Projeto Editores, 1982.
- FLEURY, Afonso, e VARGAS, Nilton, " Organização do Trabalho - uma abordagem inter-disciplinar ", São Paulo, Editora Atlas, 1983.
- FREITAS, Myrtes Palermo de, " A Diversificação das Atividades Econômicas no Município Paulista de Franca: 1900-1930 ", São Paulo, dissertação de mestrado à FFLCH USP, 1979, mimeo.

-
- GAMA, Ruy, " A Tecnologia e o Trabalho na História ", São Paulo, Editora Nobel/EDUSP, 1986.
- GRAEFF, Edgar Albuquerque, " O Edifício ", São Paulo, Projeto Editores, 1980.
- HARVEY, David, " A Justiça Social e a Cidade ", São Paulo, Editora Hucitec, 1980.
- HARVEY, David, " O Trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em Torno do Ambiente Construído nas Sociedades Capitalistas Avançadas ", in Espaço & Debates, nº 6, jun/set 1982, São Paulo, Cortez Editora.
- HOLANDA, Frederico de, " Arquitetura como Estruturação Social", in " O Espaço da Cidade", São Paulo, Projeto Editores, 1985.
- JACINTHO, Silvia Maria, " A Pecuária em Franca ", dissertação de mestrado à FFCLH de Franca, Franca, 1970, mimeo.
- LE MOS, Carlos A.C., " Arquitetura Brasileira ", São Paulo, Editora Melhoramentos/EDUSP, 1979.
- MANZAGOL, Claude, " Lógica do Espaço Industrial ", São Paulo, Difel Editora, 1985.
- MARICATO, Ermínia, " A Questão da Ideologia na Arquitetura e nos Objetos de Consumo ", in Sinopses, São Paulo, FAU USP, nº 2, maio de 1982.
- MARICATO, Ermínia, " Política Habitacional no Regime Militar ", Petrópolis, Editora Vozes, 1987.
- MARX, Karl, " O Capital ", volume I, São Paulo, Editora Abril, 1983.
- MARX, Murillo, " Cidades Brasileiras ", São Paulo, Editora Melhoramentos / EDUSP, 1980.
- MELLO, João Manuel Cardoso de, " O Capitalismo Tardio ", São Paulo, Editora Brasiliense, 4ª ed. , 1986.
- MORAES NETO, Benedito Rodrigues de, " Considerações sobre o Taylorismo ", São Carlos, EESC-USP, 1987, mimeo.
- OLIVEIRA, Francisco de, " O Estado e o Urbano no Brasil ", in Espaço & Debates, São Paulo, NERU/Cortez Editora, 1982.
- OLIVERIO, José Luiz, " Projeto de Fábrica ", São Paulo, IBLC Editora, 1985.
- PRADO JR., Caio, " História Econômica do Brasil ", São Paulo, Editora Brasiliense, 3ª ed., 1953.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, " Diagnóstico ", Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, 1972.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, "Viabilidade do Distrito Industrial", Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, 1972.
- PUGLIESI, Haidée Marquiáfave, " Alguns Aspectos da Vida Urbana em Franca Oitocentista ", Franca, monografia de licenciatura à FFCLH Franca, 1967, mimeo.
- REIS FILHO, Nestor Goulart, " Evolução Urbana do Brasil (1500-1720) ", São Paulo, Editora Pioneira/EDUSP, 1968.

- RIBEIRO, Maria da Conceição Martins, " Franca ", separata da revista do Arquivo, Departamento de Cultura, São Paulo, nº LXXVII, 1941.
- RIGHI, Roberto, " O Processo de Urbanização e o Desenvolvimento Industrial no Estado de São Paulo ", in Questões de Organização do Espaço Regional, São Paulo, Editora Nobel, 1983.
- RODRIGUES, Maria Lúcia Estrada, " Produção do Espaço e Expansão Industrial", São Paulo, Edições Loyola, 1983.
- SAINTE-HILAIRE, Auguste, " Viagem à Província de São Paulo ", São Paulo, Livraria Martins Editora, 1974.
- SANTOS, Milton, " Espaço & Método ", São Paulo, Editora Nobel, 1985.
- SILVA, Marcos Eugênio da, " Inovação Tecnológica ", São Paulo, IPE-USP, 1984.
- SILVA, Sérgio, " Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil ", São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1976.
- SINGER, Paul, " Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana ", São Paulo, Cia. Editora Nacional, 2ª ed., 1977.
- SINGER, Paul, " Economia Política da Urbanização ", São Paulo, Editora Brasileira, 5ª ed., 1978.
- SINGER, Paul, " O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista ", São Paulo, FAU USP, 1981, mimeo.
- SINGER, Paul, " A Formação da Classe Operária ", Campinas, Editora Unicamp, 3ª ed., 1986.
- VAL, Maria Aparecida do, " Franca Atual ", in Almanaque Histórico da Franca, Franca, 1943.
- VARGAS, Nilton, " Organização do Trabalho e Capital - um Estudo da Construção Habitacional ", Rio de Janeiro, dissertação de mestrado à COPPE - UFRJ, 1980, mimeo.
- VARGAS, Nilton, " Gênese e Difusão do Taylorismo no Brasil ", in Ciências Sociais Hoje-ANPOCS, Editora Cortez, São Paulo, 1985.
- VARGAS, Antonio Cláudio Branco, " Contribuição para o Estudo da Indústria Calçadista de Franca ", in boletim de GeoHistória da UNESP, Franca, n. 4, abril, 1977.
- VILHENA, Maria Ignez Freitas de, " A Indústria de Calçados de Franca ", Franca, revista da Faculdade de Filosofia, 1967.

Análise dos Setores Industriais - A Indústria de Calçados (1980/81), Brasília, MIC, 1983.

Plano Diretor para o Setor Industrial, Brasília, MIC, 1983.

Séries Estatísticas Retrospectivas, Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1986.

A N E X O S

ANEXOS.

Jonas Alcantara de
2.º Tabelião
FRANCA

Vilhena

Livro N. 108. Escriptura N. Fls. 91 a 92 ex

Copia do 1º **TRASLADO**

Escriptura de novação de contracto de sociedade commercial e admissão de socia commanditaria que entre si fazem Carlos, Pacheco & Cia. e d. Alice Cruz Ferreira dos Santos.

SAIBAM todos quantos este publico instrumento de escriptura de novação de contracto de sociedade commercial e admissão de socia commanditaria.

virem, que no anno do Nascimento de **Nosso Senhor Jesus Christo** de mil novecentos e vinte e tres, aos doze de Fevereiro em cartorio nesta cidade de Franca, compareceram partes entre si justas e contractadas: como outorgantes e reciprocamente outorgados, de um lado, a firma Carlos, Pacheco & Cia., estabelecida nesta cidade, neste acto devidamente representada pelos seus socios: Samuel Carlos Ferreira dos Santos, Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos, Durval dos Reis e Hercilio Baptista de Avellar, todos maiores brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta cidade, sendo Samuel Carlos Ferreira dos Santos neste acto representado por seu bastante procurador João Deocleciano da Luz, em virtude da competente procuração lacerada nas notas do tabelião interino, Antonio d'Avila", da capital federal, em cinco do corrente mez de fevereiro, á fls. 170 v, do livro n. 61, a qual foi exhibida e archivada neste cartorio; de outro lado, como outorgada d. Alice Cruz Ferreira dos Santos, proprietaria, viuva, residente na capital federal, Rio de Janeiro, neste acto devidamente representada pelo seu bastante procurador major Carlos Pacheco de Macedo, em virtude da competente

procuração devidamente arquivada neste cartório, sendo essa procuração lavrada nas notas do tabelião interino "Antonio d'Ávila", da capital federal, em nove da corrente mez de fevereiro, á fls. 190v. do livro de notas n. 61, que exhibiu, os presentes todos reconhecidos pelos proprios de mim tabelião e das testemunhas abaixo assignadas do que dou fé. E, perante essas testemunhas, pela referida firma, Carlos, Pacheco & Cia., e seus referidos socios, me foi dito e declarado que se constituiram em sociedade commercial, por contracto lavrado por escriptura publica nas notas deste cartório, em primeiro de março de mil novecentos e vinte e um, com o capital social de cento e cinquenta contos de reis, para a exploração da industria de artigo para sapataria, sellaria e viagens e ainda o commercio de couros, pelles e mais artigos connexos, sendo os tres primeiros socios nomeados capitalistas solidarios e o quarto socio de industria, tudo conforme consta do referido contracto, onde estão estipuladas todas as clausulas e condições estatutarias; que hoje estão de pleno accordo em modificar aquelle contracto para o effeito de se retirar da sociedade o socio Durval dos Reis e admitir-se em lugar deste, como socia commanditaria d. Alice Cruz Ferreira dos Santos, e, de facto, por esta escriptura e na melhor forma de direito, fazem a modificação do dito contracto, retirando-se o dito socio Durval dos Reis, inteiramente pago e satisfeito de seu principal e lucros e entrando como socia commanditaria a d. Alice Cruz Ferreira dos Santos, com a quota de cinquenta contos de reis, cuja importancia ja foi recebida em moeda corrente do paiz, pela sociedade, a qual dá a nova socia, quitação dessa sua contribuição social, ficando a responsabilidade dessa socia na sua qualidade de commanditaria, limitada á importancia dessa quota com a qual ella contribuiu para a sua entrada nessa sociedade; que essa modificação de sociedade é feita apenas na retirada do referido socio Durval dos Reis e na admissão da nova socia commanditaria continuando a sociedade a girar sob a mesma firma "Carlos, Pacheco & Cia, e a reger-se pelas mesmas clausulas e condições do refe-

Sub (8) *[Handwritten signature]*

do contracto de primeiro de março de mil novecentos e vinte e um, apenas com as seguintes modificações relativas á retirada do socio Durval dos Reis, e admissão da nova socia: 1a) Durval dos Reis retira-se da sociedade, recebendo por saldo de seu capital e lucros a importancia total de cinquenta e oito contos, seiscentos e quarenta e um mil seiscentos reis e cessando todos os seus direitos contra a sociedade, como tambem todas as suas responsabilidades decorrentes da mesma sociedade, desde o dia primeiro corrente anno de mil novecentos e vinte e tres, sendo que a importancia que o mesmo Durval dos Reis ora recebe é representada: dezoito contos seiscentos e quarenta e um mil seiscentos reis, em moeda corrente do paiz, neste acto contada e verificada exacta e quarenta contos de reis em letras, como dinheiro, nas quaes estão computados os juros até o seu vencimento, sendo essas letras venciveis em diversas epochas e nestas condições o dito socio dá á sociedade, plena e geral quitação de pago e satisfeito de seu principal e lucros e por sua vez a sociedade dá ao mesmo socio Durval dos Reis plena e geral quitação de toda e qualquer responsabilidade para a mesma sociedade. 2a.) Os socios Samuel Carlos Ferreira dos Santos e Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos, assumem a inteira responsabilidade do activo e passivo da mesma sociedade. 3a.) Em vista do novo accôrdo as partes deixam de observar a clausula sexta do referido contracto de sociedade, na parte que versa sobre a forma do pagamento do socio que se retire para adoptar, somente nesta escriptura, a forma ora dada, vigorando porem, essa clausula em outras occasiões em que não haja nova combinação. 4a.) Para todos os effeitos a retirada do socio Durval dos Reis, a admissão da nova socia e a modificação do contracto social, começará a operar-se a contar de primeiro de janeiro do corrente anno em diante, como si esta escriptura tivesse sido lavrada naquella data. 5a.) A importancia liquida dos lucros ou dos prejuizos sociaes que se verificar nos balanços annuos em trinta e um de dezembro, será distribuida entre os socios na seguinte proporção: oitenta e cinco per-

[Handwritten signature]

cento (25%) em partes aos socios solidarios Samuel Carlos Ferreira dos Santos e Arnaldo Pacheco Ferreira dos Santos, cinco por cento (5%) a socia commanditaria d. Alice Cruz Ferreira dos Santos, a qual terá mais, direito, a retirada mensal de um conto de reis, cuja importancia dessa retirada mensal será levada a titulo de "Despesas Geraes" e finalmente dez por cento para o socio de industria Mercilio de Avelar, ficando modificadas desta forma as condições de tal distribuição estipulada na clausula setima do alludido contracto social. 6a) O socio de industria Mercilio de Avelar retirará do dia primeiro de janeiro do corrente anno em diante, a quantia de quatrocentos mil reis, "pro labore", que será lançada em "Despesas Geraes", ficando por esta forma modificada nesse ponto a clausula oitava do contracto social, na qual era atonada a esse socio mensalmente a importancia de trescentos mil reis "pro labore", a qual passa a ser de quatrocentos mil reis. 7a) Salvo as presentes modificações consignadas nesta escriptura, continuam vigentes todas as demais clausulas e condições estipuladas no contracto social constante da escriptura lavrada nestas notas em primeiro de março de mil novecentos e vinte e um, da qual a presente escriptura de modificação fica fazendo parte integrante. Em seguida, pela nova socia admittida d. Alice Cruz Ferreira dos Santos me foi dito perante as mesmas testemunhas, que accitava a presente contracto nas condições redigidas para que produza todos os seus legaes e juridicos efeitos. De como assim disseram dou fé e me apresentaram a distribuição de hoje e o sello abaixo para firmeza de tudo me pediram este instrumento que lavrei, li perante as partes e testemunhas, pelas partes foi acceito outorgarem e assignam, com as testemunhas a tudo presentes: Bráulio de Andrade Junqueira e Joaquim de Maria, ambos maiores, perante mim Dileccio de Paula, ajudante o escrevi. Em tempo: disseram ainda os componentes da firma outorgante que por esta escriptura fica tambem modificado o prazo da duração da sociedade o qual de agora em diante será por tempo indeterminado e quando algum dos socios p

Sub 9

pretender a dissolução da presente sociedade, será obrigado para
 isso a avisar aos demais socios com antecedencia de trinta dias
 antes do termino do anno contractual então vigente e desta fór-
 ma fica tambem modificada a quarta clausula do contracto social
 de primeiro de março de mil novecentos e vinte e um, Lido este "
 em tempo", ás partes, acceitaram. Eu, Diocésio de Paula, ajudante
 ajuramentado, o escrevi. Eu, Jonas A. de Vilhena, Tabellião, o subscre-
 vi; dou fé e assigno: Jonas A. de Vilhena. (Sobre quatro estampilhas
 federaes no valôr total de tresentos mil e tresentos reis, esta-
 va:) Franca, 12 de fevereiro de 1923. (aa): Arnaldo Pacheco Ferrei-
 ra dos Santos-Carlos Pacheco de Macedo. (Em cada sello) 12-2-1923
 (abaixo) Franca, 12 de fevereiro de 1923. (aa): Arnaldo Pacheco Fer-
 reira dos Santos-Hercilio Baptista de Avellar-João Deocleciano
 da Luz-Carlos Pacheco de Macedo-Durval dos Reis-Testemunhas: Brau-
 lio de Andrade Junqueira-Joaquim de Faria. Nada mais se via em
 dita escriptura, fielmente copiada logo e dou fé. Eu, *Jonas*
de Vilhena Tabellião o subscrevi
signo in publico et notis.

Handwritten signature/initials

Exi. 1.º 1923
Jonas A. de Vilhena
Cio, seu de p.
gratua
 Registrado no Livro A de Inscripção de Firmas Commercias
 (avulbado) a folha 126 e cob o numero 408
 Franca, 23 de fevereiro de 1923
 Oficial publt. *Epitacio Beneditino*

Registrado no Livro A de Inscripção de Firmas
 Commercias a folha 185 e cob o numero 508
 Franca, 23 de fevereiro de 1923
 Oficial publt. *Epitacio Beneditino*

Certifico que a primeira via desta escrup.
tura ficou arquivada em cartorio, nesta da-
ta, para o duplo effeito de cancelamento da
firma extinta e inscriçao da nova. Dou
fi. Franca, em fevereiro 23. 1923.
Epidio Amorim
off. subst.

Exemplar por o 1º exemplar se copia arqui-
vado sob n.º 22273 por despacho da
Junta Commercial em sessão de hoje.

Secretaria da Junta Commercial do E. do
S. Paulo, 3 de Abril de 1923

O Secretario, Amorim

O primeiro exemplar deste documento
paga o selo federal de accordo com a Lei
n.º 3.906 de 25 de Dezembro de 1919.

Secretaria da Junta Commercial do E. do
S. Paulo, 3 de Abril de 1923

O Secretario, Amorim

Carb
[Signature]

Exmo. sr. dr. Juiz de Direito

Di. Ca., o Excmo. sr. Juiz de Direito, no processo nº 10.000, de 1926, em virtude de parecer do Sr. Procurador Geral, e de acordo com o art. 149 da Lei de Fallencias, nº 3.326, de 1926.

*N.º 8. D. as 1.º officio
Francisco S. Caldas, 926
[Signature]*



Carlos, Pacheco & Cia., industriaes, proprietarios da Fabrica de Calçados Jaguar, desta cidade, com firma devidamente registada, dizem, por seus procuradores abaixo assignados, consoante o instrumento junto, que devido á grande crise que assoberba o commercio em geral, com a consequente paralyzação de transacções e com a accentuada falta de recebimentos de dinheiro, se encontram em estado financeiro difficultoso sem que lhes seja possivel, presentemente, fazer face aos compromissos assumidos. No intento, entretanto, de evitarem atrazos maiores, que pössam redundar em completo prejuizo dos seus credores, e mesmo para salvarem o proprio credito, vêem, nos termos do art. 149 da Lei de Fallencias, propôr aos seus credores uma concordata preventiva, na qual se propõem pagar-lhes 30% (trinta por cento) por saldo das respectivas importancias dos seus creditos, em 3 (trez) prestações iguaes, de 10% (dez por cento) cada uma, a 12, 18 e 24 mezes, sendo que os prazos desses pagamentos se contarão da data em que passar em julgado a sentença homologatoria da concordata. Instruida esta com todós os documentos exigidos pelo §2, ns. 1, 2, 3 e 4, do art. 149, da referida Lei de Fallencias, e apresentando os seus livros obrigatorios, requerem a V. Excía que, D. e A. esta com os documentos que a accusam; sejam convocados os seus credores para tomarem conheci-

mento da proposta em dia,logar e hora que V. Excia. designar,de-
pois de ouvido a respeito o dr. Curador,e determinando a suspen-
são de qualquer acção que,em juizo,póssa ter sido requerida con-
tra os supplicantes e proseguindo-se nos demais termos do respec-
tivo processado.

Os supplicantes offerecem,para garantia da pro-
posta de concordata preventiva,todo o seu activo,composto de bens
moveis e immoveis,conforme o balanço junto.

N E S T E S T E R M O S ,

P P . D E F E R I M E N T O .

France  março de 1926.
Os  adores
Supplicantes *Augustino*
Ly

Carlos Pacheco
Samuel Carlos Ferriz dos Santos
João Pacheco
Amador Pacheco Ferriz dos Santos

RELACÃO DOS TITULOS CAUCIONADOS
 extraída em 28 de FEVEREIRO de 1926,
 em movimento no Banco do Brasil:

CADADO	LUGAR	REPORTEANCIA
A. Pacheco Ferreira dos Santos	Franca	40:000\$000
Manoel Salgueira	Olympia	1:730\$000
Lima, Irmão & Cia.	Anhanguera	1:484\$000
Gabriel Sapag	Rio Preto	706\$000
Gabriel Sapag	Rio Preto	960\$000
José Ferreira de Carvalho	Alfenas	559\$000
Moysés da Silva Roriz	Santa Luzia	1:862\$000
Manoel Corrêa	Villa São Roque	2:988\$000
Lima, Irmão & Cia.	Anhanguera	416\$000
José Flavio Garcia	Rio Preto	1:258\$000
Virgilio de Mello Salmon	Senges	1:177\$000
Moysés da Silva Roriz	Santa Luzia	570\$000
Salomao Pedro & Cia.	Barretos	1:366\$000
José Ferreira de Carvalho	Alfenas	474\$000
Avclino Marargoni	Franca	2:099\$000
Jeronymo Martins	Rio Verde	940\$000
Jeronymo L. Simão	Minheiros	1:010\$000
Carro & Comp.	Trindade	2:456\$000
Francisco Silva	Goyaz	3:345\$000
Vicente Lagmacchi	Orlandia	1:373\$000
Joao Abraham	Alvares Machaão	725\$000
Fonseca & Irmão	Itaberaby	1:086\$000
Antonio Ferreira de Amorim	Jaraguá	4:660\$000
João Pires da Costa	Goyaz	2:165\$000
Raul Felix de Souza	Jaraguá	2:525\$000
Dias de Almeida & Cia.	Rio Verde	5:406\$000
Dias de Almeida & Cia.	Rio Verde	5:406\$000
Dias de Almeida & Cia.	Rio Verde	4:882\$000
Willy & Comp.	Sapezal	754\$000
Antonio Fonseca	Jaguariaryta	1:248\$000
Dias de Almeida & Cia.	Rio Verde	2:870\$000
Dias de Almeida & Cia.	Rio Verde	2:870\$000
Dias de Almeida & Cia.	Rio Verde	2:870\$000
Antonio Ferreira de Amorim	Jaraguá	1:260\$000
F. Oliveira & Cia.	Araguary	2:018\$000
Julio Cezar Torres	Goyandira	845\$000
Bevinhate Salgado & Cia.	Ipamery	541\$000
José Collecto de Mello	Fornosa	862\$000
Leonel d'Almeida Campos	Planaltina	1:400\$000
Pedro Carbonera	Fartura	1:092\$000
Joao Abraham	Alvares Machaão	725\$000
Braulio Barreto Silva	Sapezal	1:164\$000
José Francisco & Cia.	Regente Feijó	786\$000
J. Luna & Cia.	Recife	4:623\$500
J. Luna & Cia.	Recife	4:623\$500
Thomé Jacob	Tavares	932\$000
Joaquim de Bastos	Pouso Alto	1:486\$000
Alfredo Lopes Pinto	Franca	3:711\$000
Oliveira & Irmão	Goyaz	2:225\$000
Aristides Moreira de Castro	São Miguel	2:205\$000
Luiz de Mattos Moreira	São Miguel	1:045\$000
Alfredo Lopes Pinto	Franca	5:235\$000
Sebastião Junqueira	Franca	12:110\$000
José Honorato Silva e Souza	Pouso Alto	1:395\$000
Guilherme Hartmann	Franca	2:515\$000
Guilherme Hartmann	Franca	2:515\$000
Andrade & Irmão	Arcaçú	485\$000
Macedo, Frazz & Cia.	Franca	11:515\$000
Carlos Inocêncio de Macedo	Franca	2:515\$000
Julio Marques & Cia.	Serra Azul	2:515\$000

ENDREÇO	LUGAR	R. PORTUGUESA
	CONTINUAÇÃO	186:423.000
Azeira & Mendonça	Morrinhos	1:757.000
Fonseca & Andrade	Goyaz	1:331.000
Joaquim Augusto S. Ledo	Formosa	1:778.000
Saimatu Doki & Cia.	Biriguy	1:755.000
Antonio Martins Mundim	Pouso Alto	572.000
João O. Loyes Zedes	Morrinhos	1:466.000
Vicente Zammataro	Tibiriçá	1:182.000
José Miranda Capual	Araraquã	1:444.000
Echid Abrahão	Rio Preto	2:544.000
Luiz Santarosa	Biriguy	1:927.000
Antonio Palhares de Oliveira	Uberaba	2:332.000
João Jorge Sahnun	Goyabeiras	588.000
José Sampaio da Silva	Morrinhos	986.000
Saimatu Doki & Cia.	Biriguy	944.000
José Venancio de Souza	Senhês	1:395.000
Afonso Ricci	Campinas	520.000
Afonso Ricci	Campinas	530.000
Afonso Ricci	Campinas	540.000
Echid Abrahão	Rio Preto	2:119.000
Carlos Savoia	Ouro Verde	1:126.000
Alberto Federmann	Trez Barras	776.000
José Torelli	Tamboré	1:317.000
Abdo Fraiger & Zecchim	Guayçara	683.000
Virgílio Gomes Ramos	S. José do Paranapanema	786.000
Prudencio Conegundes de Mello	Estancia	3:187.000
José Sapolnich	Aracajú	2:182.000
Alfredo Mundim & Filho	Monte Carmello	767.000
Isaac Alves Fortilho	Rio Bonito	2:553.100
Antonio Pessôa	Cardoso Almeida	410.000
Ambergen & Comp.	Rio de Janeiro	2:205.500
Guilherme Schramm & Cia. Ltda.	Joinville	2:047.000
Horé Takenchi	Alvares Machado	971.000
Felicio Chaves	Morrinhos	517.000
Waldemar Pereira de Almeida	Castro Alves	925.000
José de Oliveira Alves	Coroados	1:710.200
José de Oliveira Alves	Coroados	1:764.300
Demétrio Costa da Silva	Aracatuba	2:098.000
Cornelia Jayme	Pouso Alto	610.000
Mário Felix de Souza	Jaraguá	1:123.000
José Sciarretta	Dourados	455.500
Francisco Ribeiro	Tibiriçá	1:265.000
José Sciarretta	Dourado	462.500
Antenor Vasconcellos	Presidente Wenceslau	696.000
Moyses Elias Saud	Verrissimo	571.000
José Simões Belio	Jacubý	82.000
Alfredo Mader & Cia.	Rio das Pedras	766.000
Antonio Abrahão	Villa Souza	819.000
Christiniano Torquato Corrêa	São Pedro da União	138.000
Manoel João	Rio das Pedras	375.000
Manoel Salgueiro	Olympia	700.000
João Cândido Lima	Garinho das Canôas	602.000
Emilia Abella & Cia.	Casua	283.400
Joaquim dos Santos	Caconde	126.000
J. Rocetti	São Benedicto	553.000
Luiz Ferreira Cardoso	Bom Jesus da Penha	100.000
João Antonio Noqueira	Tapyratiba	85.000
Antonio Eugenio Delphino	Arceburgo	619.000
Correa & Companhia	Machado	150.000
Jurandyr Goulart	Longo Sento	770.000
José Guedes da Moura Filho	Serra da Alfenas	77.000
Vicente Viçla	Ubu Verde	77.000
Antonio Rodrigues da Silva	Frutopolis	77.000
Ezequilo Oliveira	Jatubý	77.000
José Theodoro de Souza	Franc.	77.000
Antonio Barbosa Vieira	Ribeirão Preto	77.000
	CONTINUAÇÃO.....	577

EMPRESA	LUGAR	VALOR
	CONTINUAÇÃO	252:900000
Olyntio Franca	Uberabinha	1:000000
Dimas Macedo	Sao Paulo	530000
Gabriel Sapig	Rio Bonito	620000
Abolpo Claro de Oliveira	Afonso de Camargo	790000
Leonião Martins Pereira	Sta. Rita do Paranahyba	660000
Abraham Miguel & Cia.	Congonhal	400000
Francisco Garcia de Oliveira	Sant'Anna dos Olhos D'Agua	350000
Theodomiro Garcia	Pedregulho	470000
Jeronymo Ferreira Pinto	Franca	540000
Nicolau Zacura & Filho	Sao Pedro do Turvo	1:200000
Pedro Carmonera	Fartura	1:210000
Agapito Sanchez Pacheco	Collina	1:150000
Agapito Sanchez Pacheco	Collina	1:150000
Agapito Sanchez Pacheco	Collina	1:150000
Agapito Sanchez Pacheco	Collina	1:150000
Manoel Corrêa	Villa São Roque	2:980000
Laudelino Monteiro	Colônia Mineira	1:750000
Manoel Remalho	Pinhalão	300000
Francisco Garcia Martins	Glycerio	840000
Vicente Lomacchia	Orlandia	1:370000
A. Rodrigues & Cia.	Abadia do Paranahyba	560000
Carlos Pacheco de Macedo ✓	Franca	125:000000
Antonio Salomao	Campo Grande	620000
F. Dantas & Cia.	Aracaju	1:300000
Octavilio Corrêa Dantas	Aracaju	1:400000
Moyses da Silva Fortiz	T. vares	2:450000
José Rabello Muniz	Franca	6:510000
Galileu Moura	Franca	6:240000
Irmãos Pacheco & Cia.	Guarapuava	840000
F. Martins & Cia.	Corumbahyba	820000
Nemitailla Jorge	Santo Anastacio	660000
Silveira Guimarães & Cia.	Igaçaba	617000
Joaquin de Lima	Caldas Novas	1:150000
A. Barroso & Cia.	Cayua	580000
Manoel Bernardes de Amorim	Jaraguá	704000
Roberto Barnash	Mafra	750000
Jorge José	Mafra	1:150000
Henrique Zaguiini	Rio Negro	820000
Augusto Cambara	Guayçara	1:520000
Augusto Cambara	Guayçara	550000
José de Freitas	Ignacio Uchoa	1:070000
José de Freitas	Ignacio Uchoa	1:000000
	Somma Réis.....	428:892000

Franca, São Paulo de 1925 S. E. A. C.

Carlos Pacheco de
Samuel Carlos Ferreira dos Santos

Carlos Pacheco de
Samuel Carlos Ferreira dos Santos

Usamos Codign RIBFRO
Endereço Telegrafico:
"CAOSPACO"

ALVARO JAGUAR

Carlos Pacheco & Comp

PRACA N.S. DA CONCEIÇÃO.66.
CAIXA POSTAL.32
FRANCA - EST. DE SÃO PAULO

R\$ 1.800.800,00

Recebi dos Srs Carlos, Pacheco &
importancia supra de um conto e
oito mil reis (1.800.800,00) relativos aos juros
do ano do titulo de minha propria
e 1/2 annos, titulo esse que por se
fica reduzido a dez contos de reis,
(10.000,00), com valor para 16 de Junho
do anno.

na mesma, firmo o presente.

Francisco de Janeiro de 1925

[Signature]

DUPLICATA N. 2263

MACEDO, MARX & COMP
C/ta. 139-Telez. "MACEDO"
FRANCA

VEN.º em 21 de Setembro de 1925

R\$. 8.922,5100

Franca, 9 de Setembro de 1925

Os Srs. Ilmo. e Srs. CARLOS, PACHECO & CIA. estabelecido a sua

N. em FRANCA estado de S. PAULO

Devem a MACEDO, MARX & COMP, estabelecidos no bairro dos Coqueiros—FRANCA

Importancia de sua compra de mercadorias, conforme nossa factura desta data
n. 2263 registrada no copiador n. 5 a folhas n. 226 Rs.

BITO CENTOS, NOVECENTOS E TRINTA E DOIS MIL E OITOCENTOS

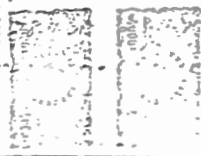
Reconhecemos a exactidão desta DUPLICATA, na importancia total de

BITO CENTOS, NOVECENTOS E TRINTA E DOIS MIL E OITOCENTOS

que pagar emos aos Srs. MACEDO, MARX & COMP. ou á sua ordem, na
praça de Franca no dia 31 de DEZEMBRO de 1925



Francisco, 28.11.25



PHOSPHOROS DE SEGURANCA

MARCA *Mil* 5 "SOBERANOS"

2 CESAR, 15 - TELEPHONE, 58 - CAIXA, 126

Carlos Pacheco de Macedo FRANCA
E. DE SÃO PAULO
INDUSTRIAL
AAA

DUPPLICATA

III

32

N.º 154.6

Franca, 19 de novembro de 1925

Ilmo. Snr. A. Pacheco Santos estabelecido

Franca

DEVE

A Carlos Pacheco de Macedo, estabelecido na Praça N. S. da Conceição, 53, em

FRANCA

Importancia de sua compra de mercadorias.

Conforme minha factura desta data, N.º 154

registrada no Copiador N.º 1.º a folhas 67

deuscentos e oitocentos

dois mil reis

R.S. 10.507.000

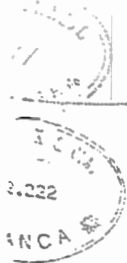
Reconhecendo a exactidão desta Duplicata, na importancia total

de deuscentos, oitocentos e dois mil reis

que pagarei ao Snr. Carlos Pacheco de Macedo,

de sua ordem, na praça de Franca

no dia 21 de Janeiro de 1926



Franca
[Signature]

[Faint signature]

XXXII — PRODUÇÃO DE CALÇADOS — 1911/1938

ANOS	Número de fábricas registradas	PRODUTOS							TOTAL	Índice (1925/26 = 100)	
		BOTAS DE MONTAR	BOTINAS E CO-TURNOS	SAPATOS E BOF-ZEGUINS	CHINELOS E SANDALIAS	IGALOCHAS	SAPATOS PARA BANHO	IPERNEIRAS			
											De couro, pele ou qualquer tecido
1.000 pares											
1911	4.541	34	(1) 3.324	(2) 2.371	6.845					12.577	41
1912	5.221	54	(1) 3.811	(2) 2.692	7.707					14.262	54
1913	5.601	77	(1) 3.822	(2) 3.072	7.645					14.627	55
1914	6.551	35	(1) 2.556	(2) 2.510	6.570			89		11.764	44
1915	5.671	24	2.641	2.874	8.012			82	12	13.641	48
1916	5.991	24	3.435	3.711	9.201			139	30	16.553	59
1917	6.601	23	3.580	3.471	9.022			594	80	16.774	59
1918	7.081	24	3.577	3.651	7.743			2.480	100	17.573	61
1919	7.612	24	3.934	3.873	7.271			1.953	85	17.254	61
1920	7.670	24	4.057	4.690	10.393			176	133	19.577	66
1921	7.961	57	3.654	5.177	9.150			310	104	18.454	64
1922	8.191	58	4.061	7.024	9.641			50	241	21.074	71
1923	7.691	24	4.801	7.690	7.851		46	1	34	20.811	77
1924	8.501	27	5.001	9.104	11.477		0	4	23	25.941	81
1925		31	4.841	10.814	9.311		220	111	147	25.481	80
1926		43	4.745	10.001	8.755		366	114	154	24.181	83
1927		14	5.051	10.554	10.779		1.479	221	157	26.251	89
1928	8.231	11	5.737	11.214	12.184		531	183	191	30.057	100
1929	8.284	14	6.596	10.750	10.434		546	2.335	(3) 563	34.242	123
1930											
1931	8.151	13	16.031		8.738		414	225	(3) 185	25.611	90
1932		22	16.764		8.842		166	264	(3) 217	26.276	91
1933	7.661	24	14.741		7.507		160	260	(3) 305	23.000	81
1934		25	18.191		5.551		13	211	(3) 221	24.221	83
1935	7.951	26	19.687		6.381		3	91	(3) 157	26.341	87
1936	7.711	25	25.971		7.271		36	7	(3) 86	33.407	117
1937	7.201	40	26.051		10.353		8	161	(3) 145	36.787	131
1938	7.511	43	31.311		11.053		10	180	(3) 160	42.763	150
1939	7.184	(5) 1	(6) 36.201		(5) 1.053	(7) ...	(5) 1	(5) 5		37.265	131

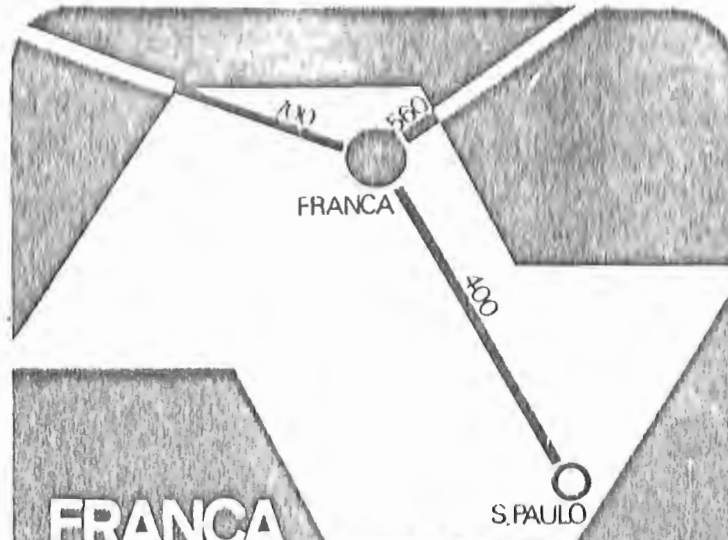
(1) Inclusive botassegura. — (2) Exclusivo botassegura. — (3) Inclusive botassegura. — (4) Inclusive sapatos de tênis, de pele de repteu. — (5) Parte da produção está incluída na produção de sapatos. — (6) Inclusive sapatos de tênis, de pele de repteu, galochas e parte na produção de botas de montar, canoas e sandálias, sapatos para menino e perneiras. — (7) Inclusive na produção de sapatos etc.

Produção nacional de calçados entre 1911/1938.

DISTRITO INDUSTRIAL DE FRANCA

BRASILIA

B. HORIZONTE



FRANCA EM NÚMEROS

POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	150.000 habitantes
ÁREA DO MUNICÍPIO	581 Km ²
ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS	700
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS	1.938
ESTABELECIMENTOS RURAIS	587
UNIDADES ESCOLARES	140
FACULDADES	4
ALTITUDE	1.040 metros
TEMPERATURA MÁXIMA (média)	25 graus
TEMPERATURA MÍNIMA (média)	14 graus
AGÊNCIAS BANCÁRIAS	14
CAIXAS ECONÔMICAS	5
CAFE - ano 1978 - EXPORTAÇÕES	US\$ 29.419.964,19
POTENCIAL ENERGÉTICO	
Capacidade atual	50 MVA
Demanda	27 MVA
EMBALETES - linhas de TELEX	47
SERVIÇO TELEFÔNICO - com DDD e DDI	
CULTURA DE CAFE - safra 78/79	536.428 sacas

INFORMAÇÕES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Rua Frederico Moura, 1517
Fone (PABX geral) - (016) 722-2422
Telex - 0166-255
CEP - 14.400 - Franca - São Paulo

EMPRESÁRIO: FACILITE NOSSE COMVITE

A CIDADE E SEU POVO



Franca vive uma etapa de acentuada expansão industrial

A semente jogada no solo fértil do terreno vocacional da indústria calçadista, transformou-se no maior centro de exportação de calçados de São Paulo e o segundo do País. Conta com excelente estrutura de energia, água, esgoto e pavimentação. É grande centro produtor de máquinas, componentes e couros, além de uma economia baseada na produção de café, leite e cereais. Franca, de excelente clima e povo trabalhador, hospitaleiro e amigo

AEROPORTO

Com pista, em asfalto para aterrissagem de grandes aeronaves e servindo de apoio para a rota de Brasília

Em linha aérea, Franca é servida, atualmente por um vôo diário para São Paulo, existindo estudos sobre a viabilidade de aumento de mais um horário. Mais de 25 aeronaves particulares de pequeno e médio porte utilizam-se deste moderno aeroporto de Franca.



TERMINAL RODOVIÁRIO

Construído com o apoio do Governo do Estado, apresenta-se como uma obra de aspecto funcional e moderno. Grande área interna para diversos serviços oferecidos aos usuários. Partidas e chegadas diárias em torno de 250 ônibus e movimentação de 4.000 mil pessoas

Linhas diretas com as principais capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Goiânia. Ampia área verde de quase 40 mil metros quadrados. Um local para receber você, como mais um amigo de Franca

A MENSAGEM

Senhores Empresários:

Nossa Administração conta com o apoio e incentivo indispensáveis da parte dos diversos órgãos dos Governos Estadual e Federal, esta tomando as providências necessárias para a instalação do Distrito Industrial de Franca.

Para tanto já dispomos de uma gleba de 82 alqueires, onde pretendemos ver muito em breve as primeiras indústrias instaladas, dentro da política, inteligente e salutar, de desconcentração e descentralização das indústrias de Grande São Paulo.

Formulamos um convite oficial a todos os interessados e visitarem Franca, onde procuraremos fornecer todas as informações necessárias.

Juntos iremos contribuir para o progresso de nossa comunidade, do Estado e da Nação Brasileira

Atenciosamente,

MAURÍCIO SANDOVAL RIBEIRO
Prefeito Municipal

administração Maurício Sandoval Ribeiro



**DISTRITO
INDUSTRIAL
DE FRANCA**



DINFRA - DISTRITOS INDUSTRIAIS DE FRANCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA

ADM. SIDNEI FRANCO DA ROCHA



vencendo desafios

I – PROPOSTAS DE COMPRA:

- 01 - Formulário próprio do Dinfra.
- 02 - Aprovação no prazo máximo de 20 dias.
- 03 - Assinatura de escritura de promessa de compra e venda.

II – PROJETO DE CONSTRUÇÃO:

- 04 - Apresentação no prazo máximo de 90 dias após compromisso de compra e venda.
- 05 - Início da construção até 180 dias a contar da aprovação do projeto pelos órgãos competentes.
- 06 - Início das atividades no prazo máximo de 36 meses, a contar da data da aprovação do projeto.

III – OCUPAÇÃO DA ÁREA:

- 07 - Construções: mínimo de 40 por cento da área total do terreno.
- 08 - Áreas livres (obrigatória e utilizável): máximo de 60 por cento da área total do terreno.
- 09 - Dimensionamento da área livre obrigatória:
 - a) Recuo na frente do terreno: 10 metros;
 - b) Recuo nos lados do terreno: 05 metros;
 - c) Recuo nos fundos do terreno: 05 metros;

IV – VENDAS:

- 10 - À vista: desconto de 30 por cento do valor após deduzidos os incentivos.
- 11 - À prazo: na forma da Tabela Price em anexo.

V – OUTRAS INFORMAÇÕES:

- 12 - Os interessados poderão construir na área livre utilizável.
- 13 - Os interessados poderão adquirir área para futura expansão da empresa que, se não for realizada no prazo combinado, a gleba deverá reverter ao Dinfra.
- 14 - Haverá isenção de impostos municipais, pelo prazo de 12 anos, na forma do Código Tributário vigente, salvo para os que deixarem de cumprir seus compromissos firmados com o Dinfra.
- 15 - O Dinfra construirá a infra-estrutura básica (já incluída nos preços de venda) e a infra-estrutura de apoio, sem ônus para os compradores.
- 16 - Infra-estrutura básica:
 - a) Rede mestra de abastecimento de água nas vias de comunicação;
 - b) Rede de energia elétrica nas vias de comunicação;
 - c) Rede telefônica nas vias de comunicação;
 - d) Sistema de escoamento de águas pluviais;
 - e) Vias de acesso asfaltadas;
 - f) Sistema de esgoto;
 - g) Rede de iluminação pública;
- 17 - Infra-estrutura de apoio:
 - a) Serviços de Administração do Distrito Industrial;
 - b) Serviços de Segurança e Controle da Área do Distrito Industrial;
 - c) Posto de Atendimento Médico;
 - d) Posto de Bombeiros;
 - e) Serviços de Conservação e Limpeza;
 - f) Serviços de Sinalização;



DINFRA - DISTRITOS INDUSTRIAIS DE FRANCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA

ADM. SIDNEI FRANCO DA ROCHA



vencendo desafios

- g) Área física de lazer;
- h) Central de Comunicação;
- i) Central de Processamento de Dados;
- j) Centro de Convenções;
- k) Centro de Exposições Permanentes ou Temporárias;
- l) Salão de Recepção e Festas;
- m) Restaurante Comercial;
- n) Centro Comercial fechado ou aberto;
- o) Centro Bancário;
- p) Cozinha e Restaurante Industrial;
- q) Creche (s);
- r) Hotel;
- s) Posto de Gasolina e Farmácia;
- t) Outros, considerados de importância para a integração do DI.

INFORMAÇÕES:

Prefeitura Municipal
Assessoria de Indústria e Comércio
Rua Frederico Moura, 1517, sala 4
Fone 722-2422 – ramal 32
14.400 – Franca (SP)

